PREFEITURA MUNICIPAL
COSMÓPOLIS

000139

LEI Nº 2.295 DE 16 DE SETEMBRO DE 1997.

"Dispõe sobre a inclusão do estudo de noções sobre segurança no trabalho das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

* **Artigo 1º.-** Fica incluído o estudo de noções sobre segurança no trabalho no currículo das instituições de ensino médio mantidas pelo Poder Público Municipal.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, da sua publicação.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 16 DE SETEMBRO DE 1997.

JOAQUIM JOSÉ PEDROZO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de Editais, na sede da Prefeitura, na mesma data.

ANDREIA SIMÕES DE ALMEIDA CAMARGO
SETOR DE EXPEDIENTE

Autor do Projeto de Lei: Vereador José Carlos Amaro

* Emenda nº24/97- Autoria Vereadores Silvio Luiz Baccarin, Antonio Saraiva Sobrinho, João Dias Damaceno Filho e Wanderley Rolando Rosa Júnior.

FEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 2.075, de 17 de novembro de 1994.
"Dispõe sobre a implantação do jogo de damas na rede pré-escola e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - O Poder Executivo deverá implantar nas olas Municipais de Ensino Infantil - EMEIS de Cosmópolis o ensi do jogo de damas.

Artigo 2º - A supervisão técnica desta implantação deve ficar a cargo do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Artigo 3º - O jogo de damas deverá ser considerado como téria curricular, sendo ministrada semanalmente.

Parágrafo Único - A aula semanal será trinta minutos in indo uma parte teórica e uma parte prática.

Artigo 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão conta do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publi ção.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

EITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 17 DE NOVEMBRO DE 1994.

MAURO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

- Segue fl. 02 -

A/C. Andréia

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Esteio

Mensagem nº 153/99

Esteio, 29 de novembro de 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO
RECEBIDO
Em 01 / 12 / 99
DIRETOR - GERAL

Senhor Presidente:

Pela presente, encaminhamos à consideração e voto desse Legislativo Municipal, o projeto de lei anexo, que "Dispõe sobre o incentivo ao emprego no Município de Esteio."

Quando da propositura do projeto de lei que deu origem a Lei Municipal nº 2.904/99, que concede incentivo ao comércio local, referiu-se a necessidade de em face da recessão, buscar-se alternativas tanto da iniciativa privada, quanto da pública, de tal sorte que afora incentivar-se a aquisição no comércio local, houvesse uma geração de empregos, a tal ponto que a cadeia produtiva pudesse ser restabelecida, ou seja, maior número de empregos, maior volume de vendas, geração de renda e geração de tributos que resultarão em escolas, infra-estrutura e saúde para a população. Somente esta integração poderá alavancar o desenvolvimento seja de nossa cidade, seja do Estado ou do País.

Assim, prosseguindo neste mister de emprestar a possível colaboração do Poder Público, vimos através do presente expediente, criar incentivo ao emprego no Município de Esteio. De tal forma, que todos aqueles que empregarem pessoas residentes em Esteio, lograrão obter desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano devido a municipalidade.

A proposta atinge pessoas jurídicas e físicas, compreendendo assim também os autônomos, na área de serviços e, aqueles que empregam domésticos.

Valoriza-se, agora, o residente no Município de Esteio, de tal sorte que seja afastado o grande número de desempregados, que concentram-se na região metropolitana.

Esperando contar com o apoio dos nobres Vereadores e, reafirmando a convicção de buscar sempre novas alternativas

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Esteio

Sendo o que se apresenta para o momento, colhemos o ensejo para renovar nossos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

VANDERLAN CARVALHO DE VASCONSELOS
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. PAULO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta.

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Esteio

APROVADO EM SESSÃO DE
Sala das Sessões 1 / 12 / 19
PERMANENTE

PROJETO DE LEI Nº 165/99
EXPEDIENTE Nº 254/99

Dispõe sobre o incentivo ao emprego no Município de Esteio.

VANDERLAN CARVALHO DE VASCONSELOS, Prefeito Municipal de Esteio. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, com fundamento no art. 70, inc. IV, da Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

L E I :

ART. 1º - Fica instituída no Municipio de Esteio a campanha de fomento ao emprego, que consistirá em desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano nos exercícios de 1999 e 2000, nas condições que menciona.

ART. 2º - As pessoas físicas ou jurídicas, que a partir da vigência desta lei , concederem emprego aos residentes em Esteio farão jus a desconto no IPTU em quantia equivalente a R$12,00 (doze) reais ao mês que mantiver o funcionário empregado e a cada pessoa que contratar, limitado o desconto a 50% (cinqüenta por cento) do imposto devido pelo contribuinte nos exercícios de 1999 e 2000.

ART. 3º - As pessoas físicas ou jurídicas para fazer jus ao desconto, deverão apresentar os seguintes documentos comprobatórios:

a) comprovante de residência em Esteio do empregado, consistente em conta de água, luz ou telefone;
b) cópia da CTPS devidamente anotada; e
c) cópia da guia do FGTS do mês anterior e dos meses das competências, que pleitear o desconto do IPTU, ou cópia da guia de recolhimento previdenciário do mês anterior e dos meses das competências, que pleitear o desconto do IPTU, na hipótese do empregador doméstico.

Parágrafo único – Os documentos de que trata o "caput" poderão ser apresentados em fotocópia autenticada, ou por cópia simples acompanhadas dos originais para conferência no ato pelo funcionário encarregado do poder público municipal.

ART. 4º - O Município de Esteio fornecerá ao contribuinte um bônus contendo o valor do desconto obtido através da apresentação dos

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Esteio

comprovantes de que trata o art. 3º, o(s) qual (is) será (ão) apresentado(s) por ocasião do pagamento do IPTU, junto a tesouraria da municipalidade ou nos estabelecimentos bancários arrecadadores, nos exercícios de 1999 e 2000, sendo o valor do(s) bônus abatido da quantia devida à título de IPTU, até o limite de 50%, sendo desprezadas as importâncias constantes dos bônus superiores ao teto estabelecido nesta lei, não fazendo jus o contribuinte a qualquer restituição.

§ 1º - O Município não se responsabilizará por eventual extravio do bônus fornecido e, tampouco, emitirá segunda via do mesmo.

§ 2º - Não serão aceitos para fins de desconto os bônus que apresentarem rasuras ou emendas ou cuja autenticidade da íntegra do documento seja duvidosa.

§ 3º - Na hipótese de parcelamento, quando a importância a ser paga for inferior a R$ 24,00, serão desprezados os valores dos bônus apresentados que excederem a 50% (cinqüenta por cento), não fazendo jus o contribuinte a qualquer restituição.

ART. 5º - Para fazer jus ao desconto o empregador deverá estar cadastrado como contribuinte do IPTU ou estar responsabilizado contratualmente pelo pagamento desse.

Parágrafo único – Na hipótese de ser contratualmente responsabilizado pelo IPTU, o empregador deverá comprovar documentalmente tal condição, na forma do regulamento a ser expedido.

ART. 6º - O benefício constante desta lei aplica-se somente aqueles que concederem novos empregos, aos residentes em Esteio, a partir da vigência desta lei.

ART. 7º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei, especialmente quanto à emissão do bônus desconto e identificação da campanha, através de Decreto

ART. 8º - O desconto previsto nesta lei não será cumulativo com o previsto na Lei Municipal nº 2.904, de 28 de julho de 1999, prevalecendo o que for maior, na hipótese do contribuinte ser beneficiário em ambas as normas.

ART. 9º - Eventuais despesas decorrentes desta lei, encontrarão cobertura nas dotações orçamentárias próprias.

ART. 10 - Esta lei entrará em vigor no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Esteio,

A/C: NOEMIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
R. Alfredo Bueno, 1235 - Tel. (019) 867.1121 - Fax (019) 867.2856 - Cep 13.820-000 - Jaguariúna - SP

LEI N° 1.200, de 12 de maio de 1998.

Institui a Comissão Municipal de Emprego, no âmbito do Sistema Público de Emprego, e dá providências correlatas.

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1° - Fica instituída a Comissão Municipal de Emprego com a finalidade de consubstanciar a participação da sociedade organizada na administração de um Sistema Público de Emprego.

Parágrafo Único - A Comissão Municipal de Emprego, órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, estará vinculado à Comissão Estadual de Emprego, instituída pelo Decreto nº 40.322, de 15 de setembro de 1995.

Art. 2° - Compete à Comissão:

I- aprovar seu Regimento Interno, observados os critérios da Resolução 80 do CODEFAT, de 19 de abril de 1995;

II - propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego - SINE, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho;

III - articular-se com instituições públicas e privadas, inclusive acadêmicas e de pesquisa, com vistas à obtenção de subsídios para o aprimoramento e orientação de suas ações, da atuação dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Emprego - SINE, como também das ações relativas aos Programas de Geração de Emprego e Renda;

IV - articular-se com instituições e organizações envolvidas no Programa de Geração de Emprego e Renda, visando a integração de suas ações;

V - promover o intercâmbio de informações com outras comissões municipais de emprego, objetivando, não apenas a integração do Sistema, mas também a obtenção de dados orientadores de suas ações;

VI - formular diretrizes específicas sobre a atuação do Sistema Nacional de Emprego - SINE, em consonância com aquelas defendidas pelo MTb/CODEFAT;

VII - propor a locação de recursos, por área de atuação, quando da elaboração do Plano de Trabalho pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE no âmbito correspondente;

VIII - proceder ao acompanhamento da utilização de recursos alocados mediante convênios, ao Sistema Nacional de Emprego - SINE e ao Programa de Geração de Emprego e Renda no que se refere ao cumprimento dos critérios, de natureza técnica, definidos pelo MTb/CODEFAT e Comissão Estadual de Emprego;

IX - participar da elaboração do Plano de Trabalho do Sistema Nacional de Emprego - SINE no âmbito de sua competência para que seja submetido à aprovação da Comissão Estadual de Emprego;

X - acompanhar a execução do Plano de Trabalho do Sistema de Emprego - SINE e do Programa de Geração de Emprego e Renda;

XI - propor a Coordenação Estadual do Sistema Nacional de Emprego - SINE, e reformulação das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho, quando necessário;

XII - propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Emprego - SINE e do Programa de Geração de Emprego e Renda;

XIII - examinar em primeira instância, o Relatório de Atividade, apresentado pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE;

XIV - criar Grupo de Apoio Permanente (GAP), com composição tripartite e paritária em igual número de representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público, o qual poderá, a seu critério, constituir subgrupos temáticos, temporários ou permanentes, de acordo com as necessidades específicas;

XV - subsidiar, quando solicitada, as deliberações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e da Comissão Estadual de Emprego;

XVI - encaminhar, após avaliação, às diversas instituições financeiras, projetos para obtenção de apoio creditício;

XVII - receber e analisar, sob os aspectos quantitativos, os relatórios de acompanhamento dos projetos financeiros com os recursos do Fundo de amparo ao Trabalhador - FAT;

XVIII - elaborar relatórios sobre a análise procedida encaminhando-os à Comissão Estadual de Emprego;

XIX - acompanhar de forma continua, os projetos em andamento nas respectivas áreas de atuação;

XX - articular-se com entidades de formação profissional em geral, inclusive as escolas técnicas, sindicatos de pequenas e micro empresas e demais entidades representativas de empregados e empregadores, na busca de parceria na qualificação e assistência técnica aos beneficiários de financiamento com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e nas demais ações que se fizerem necessárias;

XXI - indicar as áreas e setores prioritários para alocação de recursos no âmbito do Programa Geração de Emprego e Renda.

Parágrafo 1° - A Comissão, na sua área de competência, caberá o papel de acompanhar a utilização dos recursos financeiros administrados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE e no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda.

Parágrafo 2° - O número de integrantes do Grupo de Apoio Permanente - GAP, a que se refere o inciso XIV, em nenhuma hipótese poderá ser superior à quantidade de representantes na Comissão Municipal.

Art. 3° - A comissão Municipal de Emprego será constituída de forma tripartite e paritária contando com a representação em igual número, do poder público, de trabalhadores e de empregadores, mediante seguintes órgãos e entidades:

I - Representantes do Poder Público:

a) um representante da Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho;

b) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento; e

c) um representante da Secretaria Municipal de Promoção Social.

II - Representantes dos Trabalhadores:

a) um representante dos trabalhadores na indústria de Jaguariúna;

b) um representante dos trabalhadores no comércio ou mais um da indústria de Jaguariúna ; e

c) um representante dos trabalhadores rurais.

III- Representantes dos Empregadores:

a) um representante do comércio indicado pela Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna;

b) um representante da indústria indicado pela Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna; e

c) um representante dos produtores rurais indicado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Jaguariúna.

Parágrafo 1° - Cada um dos órgãos e entidades referidas neste artigo indicará (um) representante e seu suplente.

Parágrafo 2° - Os representantes titulares e suplente dos trabalhadores e empregados serão indicados pelas respectivas organizações, de comum acordo com a Comissão Estadual.

Parágrafo 3° - Nos termos dispostos no "caput" deste artigo a composição da Comissão Municipal será formalizada por ato do Governo Municipal que enviará à Comissão Estadual cópia do ato de sua instituição e do Regimento Interno.

Parágrafo 4° - O mandato de cada representante é de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo 5° - As instituições, inclusive as financeiras, que interagirem com a Comissão poderão participar das reuniões, se convidadas, sendo-lhes facultado manifestar-se sobre os assuntos abordados sem, entretanto, ter direito a voto.

Art. 4° - A Comissão Municipal de Emprego será constituída dos seguintes órgãos:

I - Colegiado;

II - Presidência;

III- Secretaria Executiva.

Art. 5° - A Presidência da Comissão será em sistema de rodízio, entre as bancadas do poder público, dos trabalhadores e dos empregadores, tendo o mandato do Presidente a duração de 12 (doze) meses e vedada a recondução para período consecutivo.

Parágrafo único - A eleição do Presidente ocorrerá por maioria simples de votos dos integrantes da Comissão.

Art. 6° - A Secretaria Executiva da Comissão será exercida por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Promoção Social, a ela cabendo as realizações das tarefas técnicas e administrativas.

Art. 7° - Pela atividade exercida na Comissão, os seus membros, titulares ou suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios.

Art. 8° - As reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas no mínimo uma vez a cada mês, em dia e hora marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias, sendo precedida da convocação de todos os seus membros.

Art. 9° - As reuniões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo por convocação do Presidente da Comissão ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 10 - As deliberações da Comissão deverão ser tomadas por maioria simples de voto, com "quorum" mínimo de metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente voto de qualidade .

Parágrafo único - As decisões normativas terão forma da deliberação, numeradas de forma sequencial.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 12 de maio de 1998.

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria Municipal do Governo, na data supra.

ISAÉL DE SOUZA
Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
R. Alfredo Bueno, 1235 - Tel. (019) 867.1121 - Fax (019) 867.2856 - Cep 13.820-000 - Jaguariúna - SP

PORTARIA Nº 078, de 1998.

Dispõe sobre composição da Comissão Municipal de Emprego.

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc., no uso de suas atribuições legais e, com apoio no art. 3º, § 3º, da Lei nº 1.200, de 12 de maio de 1998,

RESOLVE:

Compor, de forma tripartite e paritária, conforme adiante segue, a Comissão Municipal de Emprego:

I - Representantes do Poder Público:

a) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho:
Membro:Lucinéia Maria Silvestre Cabral-RG nº 9.816.932-4
Suplente: Alnice Contieri Lavoura-RG nº 4.645.758

b) Secretaria Municipal de Planejamento:
Membro: Flávio Paoliello Machado de Souza-RG nº 9.180.926
Suplente: Milton Roberto Souto-RG nº 3.991.609

c) Secretaria Municipal de Promoção Social:
Membro: Rita de Cássia Bergamasco Soares de Moraes-RG nº 11.938.039
Suplente: Bernadete de Lourdes Marin Marçal-RG nº 6.308.209

II - Representantes dos Trabalhadores:

a) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Jaguariúna:
Membro: José Carlos Ferreira Lopes Cesar-RG nº 4.937.575
Suplente: Rui Barbosa Filho-RG nº 9.573.000

b) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Jaguariúna:
Membro: Ronaldo Miranda da Silva-RG nº 19.187.559
Suplente: Waldomiro Rodrigues Modesto-RG nº 9.388.318

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Araras:
Membro: Celso Luiz Zaparolli-RG nº 15.311.073
Suplente: Eduardo de Souza-RG nº 16.125.073

./.

III - Representantes dos Empregadores:

a) Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna:
Membro: Wagner Lima-RG nº 8.529.121
Suplente: Vanildo Pereira da Silva-RG nº 6.814.230

b) Federação das Indústrias do Estado de São Paulo:
Membro: Rui Rabello-RG nº 15.405.229
Suplente: Luiz Antonio de Souza-RG nº 9.023.727

c) Sindicato Rural da Região de Mogi-Mirim:
Membro: Arnoldus Hermanus Josef Wigman-RG nº 11.424.027
Suplente: Adriano Fonseca-RG nº 16.130.289.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 28 de setembro de 1998.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA - SP

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria Municipal do Governo, na data supra.

ISAEL DE SOUZA
Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA
Rua Alfredo Bueno, 1235 - Tel. (019) 867-9700 - Fax (019) 867-2856 - Cep 13820-000 - Jaguariúna - SP

LEI Nº 1.254, de 27 de outubro de 1999.

Dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar termo de cooperação técnica com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar competente Termo de Cooperação Técnica com o Estado de São Paulo, através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, objetivando o estabelecimento de cooperação técnica mútua para execução do "Programa do Seguro Desemprego", no âmbito do Sistema Nacional de Emprego-SINE-São Paulo, integrada às políticas de geração de emprego e renda definidas pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo a implantação e manutenção de Posto de Atendimento ao Trabalhador-PAT no Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 27 de outubro de 1999.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA · SP ·

ANTONIO MAURÍCIO HOSSRI
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria Municipal do Governo, na data supra.

ISAEL DE SOUZA
Secretário

MINUTA REFERÊNCIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/99

Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir a entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.

CAPÍTULO I - DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Artigo 1º - Fica criada a Região Metropolitana de Campinas, como unidade regional do Estado de São Paulo, constituída pelo agrupamento dos seguintes Municípios: Americana, Campinas, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo + (Arthur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Pedreira e Santo Antônio de Posse).

Parágrafo Único - Integrarão a Região Metropolitana de Campinas os Municípios que vieram a ser criados em decorrência de desmembramento ou fusão dos Municípios que a integram.

Artigo 2º - A criação da Região Metropolitana de Campinas tem por finalidade concretizar os objetivos referidos no artigo 153, "caput" da Constituição Estadual, bem como no artigo 1º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1.994.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Artigo 3º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, de caráter deliberativo e normativo, composto por um representante de cada Município que a integra e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum, assegurada a paridade das decisões nos termos dos artigos 9º e 16 da Lei Complementar nº 760/94 e artigo 154 da Constituição do Estado de São Paulo.

§1º - Os representantes do Estado no Conselho de Desenvolvimento serão designados pelo Governador do Estado, a partir de indicações das Secretarias a que se vincularem as funções públicas de interesse comum, atendidas as prescrições do artigo 10º da Lei Complementar nº 760/94.

§2°- Os representantes dos Municípios integrantes da Região, no Conselho de Desenvolvimento, serão os Prefeitos ou as pessoas por eles designadas, na forma da legislação municipal.

§3°- Os representantes e seus suplentes serão designados por um período de 24 (vinte e quatro) meses, permitida a recondução.

§4°- Os membros do Conselho de Desenvolvimento poderão ser substituídos mediante comunicação ao Colegiado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§5°- Sempre que houver mudança de Chefe do Poder Executivo Estadual ou Municipal, a substituição poderá ser realizada imediatamente, através de comunicação ao Colegiado.

§6°- As competências e o funcionamento do Conselho serão especificados em Regimento Interno.

Artigo 4° - O Conselho da Região Metropolitana de Campinas terá um (1) Presidente, um (1) Vice-Presidente e uma Secretaria Executiva, cujas funções serão definidas no Regimento Interno do Conselho.

§1°- O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pelo voto secreto de seus pares, para um mandato de um (1) ano, permitida a recondução.

§2° - No caso de empate, proceder-se-á nova votação, à qual concorrerão os dois mais votados e persistindo o empate, serão considerados eleitos os mais idosos.

Artigo 5° - O Conselho somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta dos votos ponderados, em conformidade com a Lei Complementar n° 760/94, no seu artigo 16, §1°.

§1° - A aprovação de qualquer matéria sujeita à deliberação ocorrerá pelo voto da maioria simples dos votos ponderados, em conformidade com a Lei Complementar n° 760/94, no seu artigo 16, §2°.

§2° - Na hipótese de empate, far-se-á nova votação em reuniões sucessivas, até o número de três (3), findas as quais, persistindo o empate, a matéria será submetida à audiência pública ordinária ou extraordinária , voltando à apreciação do Conselho, para nova deliberação.

§3° - Persistindo o empate, a matéria será arquivada e não poderá ser objeto de nova proposição do mesmo exercício, salvo se apresentada por um terço dos membros do Conselho ou por iniciativa popular, subscrita, no mínimo, por 0,5% (cinco décimos por cento) do eleitorado da região.

§4° - As deliberações do Conselho serão comunicadas aos Municípios da Região e às autoridades estaduais, responsáveis pelas funções públicas de interesse comum, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Artigo 6° - O Conselho de Desenvolvimento terá, além das fixadas no artigo 13 da Lei Complementar n° 760, de 1° de agosto de 1.994, como atribuição propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Região Metropolitana que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços públicos metropolitanos.

Artigo 7° - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas compatibilizará suas deliberações com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento da região.

Artigo 8° - Os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas e o Estado compatibilizarão, no que couber, seus planos e programas às diretrizes do planejamento da Região, expressamente estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento.

Parágrafo Único - O Estado, no que couber, compatibilizará os planos e programas estaduais às diretrizes referidas no "caput" deste artigo.

Artigo 9° - As funções públicas de interesse comum serão definidas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas entre os seguintes campos funcionais:

I- Planejamento e uso do solo;

II- Transporte e sistema viário regional;

III- Habitação;

IV- Saneamento básico;

V- Meio Ambiente;

VI- Desenvolvimento econômico; e

VII- Atendimento social.

§1° - O planejamento do serviço referido no inciso II, será da competência do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas.

§2° - A operação de transportes coletivos de caráter regional será feita pelo Estado, diretamente ou mediante concessão ou permissão.

§3° - Entende-se, para os efeitos desta Lei Complementar, que o campo funcional VII - atendimento social. engloba, entre outras, as funções saúde e educação.

Artigo 10° - O Conselho de Desenvolvimento estabelecerá em seu Regimento Interno os procedimentos adequados a participação popular, mediante:

I- A divulgação dos planos, programas, projetos e propostas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II- acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;

III- possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reunião do Conselho de Desenvolvimento para sustentação; e

IV- possibilidade de solicitação de audiência pública para esclarecimentos.

Artigo 11 - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas convocará, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, audiências públicas para expor suas deliberações referentes aos estudos e planos em desenvolvimento pelas câmaras temáticas, como também prestarão contas relativas à utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas.

Artigo 12- O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas poderá constituir Câmaras Temáticas para as funções públicas de interesse comum e Câmaras Temáticas Especiais, voltadas a um programa, projeto ou atividade específica.

Parágrafo Único - O Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento disciplinará o funcionamento das Câmaras Temáticas.

CAPÍTULO III - DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Artigo 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, vinculado à Secretaria de Transportes Metropolitanos a que estará subordinada a futura autarquia, com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas será autorizada por um Conselho de Orientação, composto por 6 (seis) membros, indicados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, dentre seus integrantes, respeitada a paridade entre o Estado e os Municípios.

Artigo 14 - A área de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas abrangerá os Municípios que compõem a Região Metropolitana.

Artigo 15 - São objetivos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas:

I- financiar e investir em programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Campinas;

II- contribuir com recursos técnicos e financeiros para melhoria dos serviços públicos municipais;

III- contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sócioeconômico da Região; e

IV- contribuir com recursos técnicos e financeiros para a redução das desigualdades sociais da Região.

Artigo 16 - Constituirão recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas:

I - recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;

II- transferências da União, destinadas à execução de planos e programas de interesse comum entre a Região Metropolitana de Campinas e a União;

III- empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

IV- retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos;

V- produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI- resultado de aplicações de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a alçada do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas;

VII - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum; e

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais

Parágrafo Único - O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas integrará o orçamento anual do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO IV - DA AUTARQUIA

Artigo 17 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar autarquia para o fim de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Campinas, em conformidade com o disposto no "caput" do artigo 17 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Artigo 18 - A autarquia terá sede e foro em Campinas e obedecerá aos princípios da administração pública constantes dos artigos 37 a 39 da Constituição Federal.

Artigo 19 - A autarquia terá as seguintes atribuições:

I- arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados;

II - fiscalizar a execução da legislação pertinente e, dentro dos limites de sua competência, aplicar as respectivas sanções.

III - elaborar planos, programas e projetos de interesse comum e estratégico, estabelecendo objetivos e metas, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;

IV - promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessário à realização de atividades de interesse comum;

V - reunir, consolidar e manter atualizadas as informações estatísticas e de qualquer natureza, necessárias para o planejamento metropolitano, especialmente as de natureza físico-territoral, demográfica, econômica, financeira, urbanística, social, cultural, ambiental e outras de relevante interesse público, bem como promover anualmente, a sua ampla divulgação; e

VI - exercer outras atribuições que lhe sejam legalmente conferidas.

Artigo 20 - A autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, que caracteriza o regime especial da autarquia, consiste na capacidade de:

I - em relação à gestão administrativa, conduzir, de acordo com as atribuições legais, os assuntos referentes a pessoal, organização dos serviços e controle interno;

II- em relação à gestão financeira e patrimonial, elaborar e executar o orçamento, gerir a receita e os recursos adicionais, administrar os bens móveis e imóveis, e celebrar convênios e contratos.

Artigo 21 - A autarquia adotará, como princípio, a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões adequadas, dando prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, que serão atribuídos a órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 22 - A autarquia sujeitar-se-á às normas de controle externo previstas na Constituição do Estado e na legislação complementar.

Artigo 23 - Os recursos e patrimônio da autarquia serão estabelecidos em legislação específica sem prejuízo das já estabelecidas.

Artigo 24 - A autarquia terá a seguinte estrutura administrativa básica: uma Diretoria Executiva integrada por um Diretor Superintendente e dois Diretores Adjuntos, aos quais serão atribuídas funções técnicas e administrativas, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25 - Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a:
I- abrir créditos especiais até o limite de R$ 100,00 (cem reais);

II- proceder à incorporação no Orçamento vigente, das classificações orçamentárias incluídas pelos créditos autorizados no inciso I, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Parágrafo Único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo, serão cobertos na forma prevista no §1° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964.

Artigo 26 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1° - Enquanto não especificadas as funções públicas de interesse comum, pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, prevalecerão as compreendidas nos seguintes campos funcionais:

a) planejamento e uso do solo;

b) transporte e sistema viário regional;

c) habitação;

d) saneamento básico;

e) meio ambiente;

f) desenvolvimento econômico; e

g) atendimento social.

Artigo 2° - O Conselho de Orientação referido no §1° do artigo 14 desta Lei Complementar, será constituído em 30 (trinta) dias contados da data de constituição do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, e suas atribuições serão definidas em regulamento dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

Artigo 3º - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas elaborará seu Regimento Interno provisório no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação.

APR/SEP, em 29 de setembro de 1999

MINUTA REFERÊNCIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/99

Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir a entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas, e dá providências correlatas.

CAPÍTULO I - DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Artigo 1º - Fica criada a Região Metropolitana de Campinas, como unidade regional do Estado de São Paulo, constituída pelo agrupamento dos seguintes Municípios: Americana, Campinas, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo + (Arthur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Pedreira e Santo Antônio de Posse).

Parágrafo Único - Integrarão a Região Metropolitana de Campinas os Municípios que vieram a ser criados em decorrência de desmembramento ou fusão dos Municípios que a integram.

Artigo 2º - A criação da Região Metropolitana de Campinas tem por finalidade concretizar os objetivos referidos no artigo 153, "caput" da Constituição Estadual, bem como no artigo 1º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1.994.

CAPÍTULO II - DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Artigo 3º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, de caráter deliberativo e normativo, composto por um representante de cada Município que a integra e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum, assegurada a paridade das decisões nos termos dos artigos 9º e 16 da Lei Complementar nº 760/94 e artigo 154 da Constituição do Estado de São Paulo.

§1º - Os representantes do Estado no Conselho de Desenvolvimento serão designados pelo Governador do Estado, a partir de indicações das Secretarias a que se vincularem as funções públicas de interesse comum, atendidas as prescrições do artigo 10º da Lei Complementar nº 760/94.

§2°- Os representantes dos Municípios integrantes da Região, no Conselho de Desenvolvimento, serão os Prefeitos ou as pessoas por eles designadas, na forma da legislação municipal.

§3°- Os representantes e seus suplentes serão designados por um período de 24 (vinte e quatro) meses, permitida a recondução.

§4°- Os membros do Conselho de Desenvolvimento poderão ser substituídos mediante comunicação ao Colegiado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§5°- Sempre que houver mudança de Chefe do Poder Executivo Estadual ou Municipal, a substituição poderá ser realizada imediatamente, através de comunicação ao Colegiado.

§6°- As competências e o funcionamento do Conselho serão especificados em Regimento Interno.

Artigo 4° - O Conselho da Região Metropolitana de Campinas terá um (1) Presidente, um (1) Vice-Presidente e uma Secretaria Executiva, cujas funções serão definidas no Regimento Interno do Conselho.

§1°- O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pelo voto secreto de seus pares, para um mandato de um (1) ano, permitida a recondução.

§2° - No caso de empate, proceder-se-á nova votação, à qual concorrerão os dois mais votados e persistindo o empate, serão considerados eleitos os mais idosos.

Artigo 5° - O Conselho somente poderá deliberar com a presença da maioria absoluta dos votos ponderados, em conformidade com a Lei Complementar n° 760/94, no seu artigo 16, §1°.

§1° - A aprovação de qualquer matéria sujeita à deliberação ocorrerá pelo voto da maioria simples dos votos ponderados, em conformidade com a Lei Complementar n° 760/94, no seu artigo 16, §2°.

§2° - Na hipótese de empate, far-se-á nova votação em reuniões sucessivas, até o número de três (3), findas as quais, persistindo o empate, a matéria será submetida à audiência pública ordinária ou extraordinária , voltando à apreciação do Conselho, para nova deliberação.

§3° - Persistindo o empate, a matéria será arquivada e não poderá ser objeto de nova proposição do mesmo exercício, salvo se apresentada por um terço dos membros do Conselho ou por iniciativa popular, subscrita, no mínimo, por 0,5% (cinco décimos por cento) do eleitorado da região.

§4° - As deliberações do Conselho serão comunicadas aos Municípios da Região e às autoridades estaduais, responsáveis pelas funções públicas de interesse comum, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Artigo 6° - O Conselho de Desenvolvimento terá, além das fixadas no artigo 13 da Lei Complementar n° 760, de 1° de agosto de 1.994, como atribuição propor critérios de compensação financeira aos Municípios da Região Metropolitana que suportem ônus decorrentes da execução de funções ou serviços públicos metropolitanos.

Artigo 7° - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas compatibilizará suas deliberações com as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado para o desenvolvimento da região.

Artigo 8° - Os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas e o Estado compatibilizarão, no que couber, seus planos e programas às diretrizes do planejamento da Região, expressamente estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento.

Parágrafo Único - O Estado, no que couber, compatibilizará os planos e programas estaduais às diretrizes referidas no "caput" deste artigo.

Artigo 9° - As funções públicas de interesse comum serão definidas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas entre os seguintes campos funcionais:

I- Planejamento e uso do solo;

II- Transporte e sistema viário regional;

III- Habitação;

IV- Saneamento básico;

V- Meio Ambiente;

VI- Desenvolvimento econômico; e

VII- Atendimento social.

§1° - O planejamento do serviço referido no inciso II, será da competência do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas.

§2° - A operação de transportes coletivos de caráter regional será feita pelo Estado, diretamente ou mediante concessão ou permissão.

§3° - Entende-se, para os efeitos desta Lei Complementar, que o campo funcional VII - atendimento social. engloba, entre outras, as funções saúde e educação.

Artigo 10° - O Conselho de Desenvolvimento estabelecerá em seu Regimento Interno os procedimentos adequados a participação popular, mediante:

I- A divulgação dos planos, programas, projetos e propostas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II- acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;

III- possibilidade de representação por discordância e de comparecimento à reunião do Conselho de Desenvolvimento para sustentação; e

IV- possibilidade de solicitação de audiência pública para esclarecimentos.

Artigo 11 - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas convocará, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, audiências públicas para expor suas deliberações referentes aos estudos e planos em desenvolvimento pelas câmaras temáticas, como também prestarão contas relativas à utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas.

Artigo 12- O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas poderá constituir Câmaras Temáticas para as funções públicas de interesse comum e Câmaras Temáticas Especiais, voltadas a um programa, projeto ou atividade específica.

Parágrafo Único - O Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento disciplinará o funcionamento das Câmaras Temáticas.

CAPÍTULO III - DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Artigo 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, vinculado à Secretaria de Transportes Metropolitanos a que estará subordinada a futura autarquia, com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região.

Parágrafo único - A aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas será autorizada por um Conselho de Orientação, composto por 6 (seis) membros, indicados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, dentre seus integrantes, respeitada a paridade entre o Estado e os Municípios.

Artigo 14 - A área de aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas abrangerá os Municípios que compõem a Região Metropolitana.

Artigo 15 - São objetivos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas:

I- financiar e investir em programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Campinas;

II- contribuir com recursos técnicos e financeiros para melhoria dos serviços públicos municipais;

III- contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sócioeconômico da Região; e

IV- contribuir com recursos técnicos e financeiros para a redução das desigualdades sociais da Região.

Artigo 16 - Constituirão recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas:

I - recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;

II- transferências da União, destinadas à execução de planos e programas de interesse comum entre a Região Metropolitana de Campinas e a União;

III- empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

IV- retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos;

V- produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI- resultado de aplicações de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a alçada do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas;

VII - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum; e

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais

Parágrafo Único - O Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas integrará o orçamento anual do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO IV - DA AUTARQUIA

Artigo 17 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar autarquia para o fim de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Campinas, em conformidade com o disposto no "caput" do artigo 17 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Artigo 18 - A autarquia terá sede e foro em Campinas e obedecerá aos princípios da administração pública constantes dos artigos 37 a 39 da Constituição Federal.

Artigo 19 - A autarquia terá as seguintes atribuições:

I- arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados;

II - fiscalizar a execução da legislação pertinente e, dentro dos limites de sua competência, aplicar as respectivas sanções.

III - elaborar planos, programas e projetos de interesse comum e estratégico, estabelecendo objetivos e metas, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;

IV - promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessário à realização de atividades de interesse comum;

V - reunir, consolidar e manter atualizadas as informações estatísticas e de qualquer natureza, necessárias para o planejamento metropolitano, especialmente as de natureza físico-territoral, demográfica, econômica, financeira, urbanística, social, cultural, ambiental e outras de relevante interesse público, bem como promover anualmente, a sua ampla divulgação; e

VI - exercer outras atribuições que lhe sejam legalmente conferidas.

Artigo 20 - A autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, que caracteriza o regime especial da autarquia, consiste na capacidade de:

I - em relação à gestão administrativa, conduzir, de acordo com as atribuições legais, os assuntos referentes a pessoal, organização dos serviços e controle interno;

II- em relação à gestão financeira e patrimonial, elaborar e executar o orçamento, gerir a receita e os recursos adicionais, administrar os bens móveis e imóveis, e celebrar convênios e contratos.

Artigo 21 - A autarquia adotará, como princípio, a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões adequadas, dando prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, que serão atribuídos a órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 22 - A autarquia sujeitar-se-á às normas de controle externo previstas na Constituição do Estado e na legislação complementar.

Artigo 23 - Os recursos e patrimônio da autarquia serão estabelecidos em legislação específica sem prejuízo das já estabelecidas.

Artigo 24 - A autarquia terá a seguinte estrutura administrativa básica: uma Diretoria Executiva integrada por um Diretor Superintendente e dois Diretores Adjuntos, aos quais serão atribuídas funções técnicas e administrativas, nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25 - Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a:
I- abrir créditos especiais até o limite de R$ 100,00 (cem reais);

II- proceder à incorporação no Orçamento vigente, das classificações orçamentárias incluídas pelos créditos autorizados no inciso I, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Parágrafo Único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo, serão cobertos na forma prevista no §1° do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964.

Artigo 26 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1° - Enquanto não especificadas as funções públicas de interesse comum, pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, prevalecerão as compreendidas nos seguintes campos funcionais:

a) planejamento e uso do solo;

b) transporte e sistema viário regional;

c) habitação;

d) saneamento básico;

e) meio ambiente;

f) desenvolvimento econômico; e

g) atendimento social.

Artigo 2° - O Conselho de Orientação referido no §1° do artigo 14 desta Lei Complementar, será constituído em 30 (trinta) dias contados da data de constituição do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, e suas atribuições serão definidas em regulamento dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

Artigo 3º - O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas elaborará seu Regimento Interno provisório no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação.

APR/SEP, em 29 de setembro de 1999

PROJETO DE LEI.....

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL E OUTRAS ANTENAS TRANSMISSORAS DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA NO MUNICÍPIO DE ..... E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal aprovou e eu.....

Artigo 1°- A instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, no município de ....., fica sujeita às condições estabelecidas na presente lei.

Artigo 2°- Estão compreendidas nas disposições desta lei as antenas transmissoras que operam na faixa frequência de 100 KHz (cem quilohertz) a 300 GHz (trezentos gigahertz).

Parágrafo único- Excetuam-se do estabelecido no "caput" deste artigo as antenas transmissoras associadas a:

I- radares militares e civis, com propósito de defesa e/ ou controle de tráfego aéreo;
II- rádio amador, faixa do cidadão e similares;
III- rádio - comunicadores de uso exclusivo das polícias militar, civil e municipal, corpo de bombeiros, defesa civil, controle de tráfego, ambulâncias e outros;
IV- rádio - comunicadores instalados em veículos terrestres, aquáticos ou aéreos;
V- produtos comercializados como bens de consumo, tais como fornos de microondas, telefones celulares, brinquedos de controle remoto e outros.

Artigo 3°- Toda instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnética deverá ser feita de modo que a densidade de potência total, considerada a soma de radiação preexistente com a da radiação adicional emitida pela nova antena, medida por equipamento que faça a integração de todas as freqüências na faixa prevista por esta lei, não ultrapasse 100µ W/cm2 (cem microwatts por

centímetro quadrado),em qualquer local possível de ocupação humana.

Artigo 4°- Quando não cumprida a exigência do artigo anterior, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal da saúde, intimará a empresa responsável, para que , no prazo de 120 (cento e vinte) dias, proceda às alterações, de qualquer natureza e a seu critério, de forma a reduzir o nível de densidade de potências aos limites estabelecidos.

§ 1°- O intimado poderá recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, caso entenda que o excesso não se deve a sua instalação, apontando aquela à qual atribui a responsabilidade pelo descumprimento desta lei.

§ 2°- No caso de impetração de recurso, o Poder Público Municipal determinará a realização de medições, com interrupção alternada das emissões dos envolvidos, a fim de decidir qual instalação deverá interromper as transmissões, para adequar-se aos limites permitidos.

§ 3°- Se necessário a interrupção das transmissões, por uma ou mais instalações, deverá adequar-se primeiro a que aumentou sua radiação ou a que entrou em funcionamento em data mais recente.

§ 4°- Caso as obras de adequação estejam em andamento, o intimado poderá requerer a prorrogação do prazo concedido, até 15(quinze) dias antes do vencimento daquele, sempre por tempo determinado, que não poderá ser superior ao inicial.

§ 5°- Cabe à Municipalidade julgar, segundo critérios técnicos, os pedidos de prorrogação do prazo, podendo deferi-lo, conforme o requerido por prazo menor, ou indeferi-lo.

§ 6°- A não adequação da instalação no prazo concedido, acarretará na interrupção da emissão de radiação eletromagnética, com lacração da mesma.

Artigo 5°- O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar no mínimo, a 30 (trinta) metros de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada e

dos imóveis confinantes.
§ 1°- Os imóveis construídos, após a instalação da antena, que estejam situados, total ou parcialmente, na área delimitada no "caput" deste artigo, serão objetos de medição radiométrica, porém, não haverá objeção a permanência da antena, se respeitado o limite máximo de radiação previsto no artigo 3° desta lei.

§ 2°- A estação Rádio Base de telefonia celular não se enquadra no disposto no "caput" deste artigo, subordinando-se ao limite máximo de radiação permitido por esta lei.

Artigo 6°- A base de qualquer torre de sustentação de antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 5 (cinco) metros de distância das divisas do lote onde estiver instalada, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Para as bases de sustentação das torres de telefonia celular, esta distância será de: no mínimo, 3 (três) metros, desde que respeitado o limite máximo de radiação.

Artigo 7°- Nas zonas residências de alta concentração demográfica, com edificações de mais de três andares, a instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnéticas poderá ser feita nos edifícios.

Parágrafo único- Indicada a instalação da antena transmissoras em edificação não pertencente ao interessado, será necessário a autorização do proprietário, cujo obtenção será de responsabilidade única e exclusiva do interessado.

Artigo 8°- A Prefeitura Municipal exigirá laudo assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, onde constem medidas nominais do nível de densidade de potência nos limites da propriedade da instalação, nas edificações vizinhas e nos edifícios com altura igual ou superior à antena, num raio de 200 (duzentos) metros.

§ 1°- O laudo radiométrico será submetido à apreciação da Secretaria Municipal da Saúde e deve ser apresentado por ocasião da instalação da antena transmissora e, anualmente, para controle.

§ 2°- as medidas deverão ser feitas com equipamentos comprovadamente calibrados dentro das especificações do fabricante e submetidos a verificação periódica da Secretaria Municipal da Saúde, e que meçam a densidade de potência por integração das faixas de freqüências na faixa de interesse.

§ 3°- As medidas deverão ser previamente comunicadas à Prefeitura Municipal, mediante pedido protocolado, onde constem local, dia e hora de sua realização.

§ 4°- A Secretaria Municipal de Saúde acompanhará as medidas, podendo indicar pontos que devam ser medidos.

Artigo 9°- As antenas transmissoras somente entrarão em operação após a concessão do alvará sanitário pela Secretaria Municipal da Saúde, observados os critérios estabelecidos por aquele órgão.

Artigo 10- A presente lei deverá ser regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Artigo 11- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I-) POLÍTICA URBANA: CONSIDERAÇÕES

II-) O CONCEITO DE URBANISMO NO DIRETO BRASILEIRO

III-) O DIREITO URBANÍSTICO

- conceito
- campo de abrangência
- a natureza das limitações urbanísticas
- a competência concorrente das entidades político-administrativas da Federação sobre Direito Urbanístico.

IV-) PLANEJAMENTO E PLANO DIRETOR

- O planejamento como processo dinâmico e permanente para a definição da Política Urbana (aspectos, fases e participação popular).
- Fases do planejamento: diagnóstico, prognóstico e plano de ação.
- A participação popular.
- O Plano Diretor como um conjunto de normas estáticas, resultante de um corte no processo de planejamento (elaboração, aprovação, obrigatoriedade e abrangência).

V-) A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL BÁSICA

VI-) INSTITUTOS JURÍDICOS DE DIREITO URBANÍSTICO.

I-) POLÍTICA URBANA: CONSIDERAÇÕES

1-) A POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A Constituição Federal de 1988, por considerar a Política Urbana de grande interesse público e importância para o país, elevou-a à condição de matéria constitucional, inserindo-a como Capítulo II do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira – artigos 182 e 183.

Assim, embora não sendo da essência do Direito Constitucional, por terem sido sido aprovadas obedecendo ao processo de aprovação da Constituição Federal, essas normas sobre a Política Urbana tornaram-se matéria constitucional, caracterizadas como normas jurídicas formalmente constitucionais.

II-) O CONCEITO DE URBANISMO NO DIREITO BRASILEIRO

2-) Analisando os dispositivos da Constituição Federal (artigo 182, "caput" e parágrafos 1° e 2°), concluímos que nossa Carta Magna adotou a concepção inglesa de Urbanismo, uma evolução da concepção francesa.

Para essa – concepção francesa – o Urbanismo envolvia somente o estético, considerado este unicamente como a arte de embelezar a cidade.

Já, para a concepção inglesa, evoluindo do estético para o social, o Urbanismo passa a considerar o bem-estar da coletividade, em todos os espaços habitáveis – cidade e campo – visando a unidade fundamental entre a Natureza e o Homem; entendendo-se por espaços habitáveis todas as áreas em que o homem exerce coletivamente qualquer das quatro funções sociais: habitação, trabalho, circulação e recreação.

Assim, é que, na nossa Constituição Federal, o artigo 182 "caput" fala que "a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes". O parágrafo primeiro, que "o plano diretor é o instrumento básico para a política de desenvolvimento e de expansão urbana". E o parágrafo segundo, que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano anterior".

3-) Hely Lopes Meirelles desta forma conceitua o Urbanismo: "é o conjunto de medidas estatais destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida ao homem na comunidade". (em *Direito Municipal Brasileiro*, 10ª edição – Malheiros Editores – pág. 389).

III-) O DIREITO URBANÍSTICO

4-) As exigências urbanísticas desenvolveram-se tanto que surgiu a necessidade de criação do "Direito Urbanístico, ramo do Direito Público destinado ao estudo e formulação dos princípios e normas que devem reger os espaços habitáveis, no seu conjunto cidade-campo" (Hely Lopes Meirelles – em obra citada, págs. 391/392); envolvendo todas as áreas em que o homem exerce coletivamente qualquer de suas quatro funções essenciais na comunidade: habitação, trabalho, circulação e recreação, excluídas somente as terras de exploração agrícola, pecuária ou extrativa, que não afetem a vida urbana.

5-) O campo do Direito Urbanístico é bastante amplo e engloba, por exclusão, tudo aquilo que não está abrangido pelo artigo 4° inciso I, do Estatuto da Terra (Lei Nacional no.

4.504, de 30 de Novembro de 1964), que assim conceitua o imóvel rural: "o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada".

Portanto, tudo aquilo que não se enquadrar como imóvel rural, conforme o conceito dado pelo Estatuto da Terra, insere-se no campo do Direito Urbanístico.

6-) As limitações urbanísticas são normas de ordem pública. Derivam do poder de polícia da Administração Pública. Exteriorizam-se em limitações de uso da propriedade ou de outros direitos individuais, sob a tríplice modalidade positiva (fazer), negativa (não fazer) ou permissiva (deixar de fazer). Protegem a coletividade, na sua generalidade; não os indivíduos nas suas relações individuais, como é o caso dos direitos de vizinhança. Fundamentam-se na função social da propriedade.

7-) A competência sobre Direito Urbanístico, tanto para legislar (Poder Legislativo), como para aplicar a lei (Poder Executivo) é das três entidades político-administrativas da Federação brasileira (União, Estados e Municípios). É portanto competência concorrente dessas três entidades federativas.

Dessa forma, em primeiro lugar, na área legislativa: à União compete editar as normas gerais sobre Urbanismo, conforme preceitua o artigo 24, inciso I, combinado com o parágrafo primeiro da Constituição Federal (está em tramitação no Congresso Nacional o "Estatuto da Cidade"); aos Estados compete editar normas específicas para o seu território (artigo 24, inciso I, combinado com o parágrafo segundo da Constituição Federal), suplementando a legislação da União sobre a matéria; finalmente, aos Municípios compete suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, legislando sobre assuntos de interesse local (artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal).

Em segundo lugar, na área administrativa, à União compete elaborar e implantar o Plano Nacional de Urbanismo (de alcance para todo o território nacional), instituindo diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos (vide artigo 22, inciso XX da Constituição Federal); aos Estados compete elaborar e implantar o Plano Estadual de Desenvolvimento (de alcance para o próprio território), conforme competência que lhe é outorgada pelo parágrafo primeiro do artigo 25 da Constituição Federal (teoria dos poderes residuais); e aos Municípios compete elaborar e implantar o Plano Diretor local, conforme competência que lhe outorga o artigo 30, incisos V, VIII e IX da Constituição Federal.

IV-) PLANEJAMENTO E PLANO DIRETOR

8-) o Planejamento é um processo dinâmico e permanente, por meio do qual é definida a Política Urbana.

Envolve, no mínimo, quatro aspectos:

- ***físico-territorial*** - exemplos: ações relacionadas com abertura ou alargamento de vias públicas; com construção ou ampliação dos sistemas de água e esgoto; com a construção ou ampliação de distritos industriais;
- ***social*** – exemplos: ações nas áreas de saúde, educação, cultura, promoção social;
- ***econômico*** – exemplo: ações relacionadas com a vocação do Município (industrial, agrícola, turística);
- ***administrativo*** – exemplos: ações relacionadas com as leis orçamentárias (orçamento plurianual, lei de diretrizes, orçamentárias e orçamento anual);

com a estrutura da Administração Pública Municipal (direta ou indireta);
com a estrutura dos cargos e respectivos vencimentos.

Deve envolver, no mínimo, três fases:

diagnóstico – conhecimento da real situação do Município, nos vários aspectos;

prognóstico – prenunciar sobre a futura situação do Município, englobando também os vários aspectos;

plano de ação – o elenco das ações a serem efetivadas para se alcançar o prenúncio pretendido.

O processo de planejamento deve envolver ainda e necessariamente a participação popular, conforme dispõe o inciso XII do artigo 29 da Constituição Federal, que exige "a cooperação das associações representativas no planejamento municipal".

9-) O Plano Diretor ou Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado "é o conjunto complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local" (Hely Lopes Meirelles, em obra citada, pág. 403).

A elaboração do Plano Diretor é objeto do processo de planejamento, feito por especialistas nos diversos aspectos de sua abrangência, sob a orientação política do Prefeito e seguindo os anseios da comunidade local, transmitidos por meio da participação popular.

A sua aprovação deve ser feita por lei municipal, com supremacia sobre as demais leis do Município, para dar preeminência e maior estabilidade às regras e diretrizes do planejamento. Portanto, deve ser objeto de Lei Complementar à Lei Orgânica Municipal.

O Plano Diretor, segundo o parágrafo primeiro do artigo 182 da Constituição Federal, é obrigatório para cidades (zonas urbanas e de expansão urbana) com mais de vinte mil habitantes.

Entretanto, no Estado de São Paulo, em decorrência do parágrafo primeiro do artigo 181 da Constituição Paulista, os planos diretores são obrigatórios a todos os Municípios e devem envolver a totalidade dos seus territórios (zona urbana, zona de expansão urbana e zona rural), ficando excluídas do seu alcance somente o parcelamento do solo rural, para fins rurais, conforme definido no inciso I, do artigo 4° do Estatuto da Terra, ou seja, o parcelamento (loteamento e desmembramento) do solo situado na zona rural, para as finalidades rurais, que são: exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

V-) A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL BÁSICA

10-) O Processo de planejamento deve compreender também a elaboração de várias leis, que formam a Legislação Municipal Básica, a qual envolve:

- A lei básica e fundamental, que é o Plano Diretor, que contém as diretrizes políticas para o desenvolvimento planejado do Município nos seus quatro aspectos: físico, social, econômico e administrativo;
- A lei de zoneamento do Município, que o divide em: zona urbana, zona de expansão urbana, zona de urbanização específica e zona rural;
- A lei de parcelamento do solo, que contém normas sobre loteamento, desmembramento e desdobro de lotes;
- A lei de uso e ocupação do solo, que efetiva o zoneamento das zonas urbanas e de expansão urbana, dando critério para uso e ocupação dos lotes;

- O Código de Construções, que estabelece os parâmetros para as edificações em todo o Município;
- O Código Ambiental, que contém as normas disciplinadoras do Meio Ambiente;
- O Código Tributário Municipal, que trata dos Impostos, Taxas e contribuições de melhoria do Município;
- O Código de Posturas, que engloba outras normas, a exemplo das normas sobre publicidade e uso das vias públicas;
- As leis orçamentárias que englobam:
  - **a-)** o orçamento plurianual, que compreenderá as diretrizes, objetivos e metas de administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (§ 1° do artigo 165 da Constituição Federal).
  - **b-)** a lei de diretrizes orçamentárias, que compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente; a orientação para a elaboração da lei orçamentária anual; e as alterações na legislação tributária (parágrafo segundo do artigo 165 da Constituição Federal).
  - **c-)** o orçamento anual, que compreenderá (parágrafo quinto do artigo 165 da Constituição Federal):
    - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
    - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto;
    - o orçamento da seguridade social (se o Município possuir previdência própria), abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como s fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- A lei que dispõe sobre a estrutura da Administração Municipal (direta: secretarias, departamentos e unidades hierarquicamente inferiores; e indireta: autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações governamentais de direito privado);
- A lei que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos ou de Empregos e Salários, dependendo se o regime jurídico dos servidores públicos e estatutário ou coletivista, respectivamente.

VI-) INSTITUTOS JURÍDICOS DE DIREITO URBANÍSTICO

Para fins de implantação da Política Urbana, existem no nosso direito positivo alguns institutos jurídicos dirigidos a essa finalidade.

São eles:

a-) desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

b-) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

c-) concessão do direito real de uso;

d-) tombamento;

e-) parcelamento ou edificação compulsórios;

f-) imposto sobre a propriedade predial e territorial. urbana progressivo no tempo;

g-) servidão administrativa;

h-) requisição;

i-) usucapião urbano;

j-) ocupação temporária;

k-) limitações administrativas, constantes das: Lei de Parcelamento de Solo; Lei de Uso e Ocupação do Solo; Código de Construções; e Código de Posturas Municipais.

Referidos institutos jurídicos, caracterizados como de intervenção do Poder Público na propriedade privada, fundamentam-se na função social da propriedade, constitucionalmente assegurada.

Com efeito, a Constituição Federal no artigo 5°, inciso XXII consagra: "é garantido o direito de propriedade" que envolve o direito do proprietário usar, gozar e dispor de seus bens (artigo 524 do Código Civil Brasileiro).

Entretanto, logo a seguir, no inciso XXIII do artigo 5°, a Constituição Federal determina: "a propriedade atenderá a sua função social".

Ademais, em outro dispositivo – artigo 170 -, localizado no Capítulo I, do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, como princípios da atividade econômica, o texto constitucional federal cita a "propriedade privada" (artigo 170, inciso II); e a "função social da propriedade" (artigo 170, inciso III).

Portanto, o direito de propriedade, assegurado como um dos princípios do nosso sistema jurídico, não existe de forma absoluta, eis que subordina-se à função social dessa mesma propriedade.

Nessas condições, é desses institutos jurídicos que o Poder Público dispõe para efetivar a implantação da Política Urbana, traçada por meio do Plano Diretor.

Paulínia, Outubro de 1999

DARCI FERNANDES PIMENTEL
Advogada OAB/SP 17.223

e-) parcelamento ou edificação compulsórios;

f-) imposto sobre a propriedade predial e territorial. urbana progressivo no tempo;

g-) servidão administrativa;

h-) requisição;

i-) usucapião urbano;

j-) ocupação temporária;

k-) limitações administrativas, constantes das: Lei de Parcelamento de Solo; Lei de Uso e Ocupação do Solo; Código de Construções; e Código de Posturas Municipais.

Referidos institutos jurídicos, caracterizados como de intervenção do Poder Público na propriedade privada, fundamentam-se na função social da propriedade, constitucionalmente assegurada.

Com efeito, a Constituição Federal no artigo 5°, inciso XXII consagra: "é garantido o direito de propriedade" que envolve o direito do proprietário usar, gozar e dispor de seus bens (artigo 524 do Código Civil Brasileiro).

Entretanto, logo a seguir, no inciso XXIII do artigo 5°, a Constituição Federal determina: "a propriedade atenderá a sua função social".

Ademais, em outro dispositivo – artigo 170 -, localizado no Capítulo I, do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, como princípios da atividade econômica, o texto constitucional federal cita a "propriedade privada" (artigo 170, inciso II); e a "função social da propriedade" (artigo 170, inciso III).

Portanto, o direito de propriedade, assegurado como um dos princípios do nosso sistema jurídico, não existe de forma absoluta, eis que subordina-se à função social dessa mesma propriedade.

Nessas condições, é desses institutos jurídicos que o Poder Público dispõe para efetivar a implantação da Política Urbana, traçada por meio do Plano Diretor.

Paulínia, Outubro de 1999

DARCI FERNANDES PIMENTEL
Advogada OAB/SP 17.223

DECRETO Nº 13.261 DE 28 DE OUTUBRO DE 1999

Regulamenta a Lei Nº 9.580, de 22 de Dezembro de 1997, Alterada Pela Lei Nº 9.891, de 26 de Outubro de 1998, e Aprova a Norma Técnica Especial Relativa à Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações Em Geral e Outras Antenas Transmissoras de Radiação Eletromagnética no Município de Campinas

O Prefeito Municipal de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1° - As antenas transmissoras a que se refere a Lei nº 9.580, de 22 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 9.891, de 26 de outubro de 1998, somente poderão entrar em operação após a concessão do Alvará Sanitário pela Secretaria Municipal de Saúde, atendidos os padrões estabelecidos no presente decreto.

Parágrafo único - Para o caso das antenas que já se encontram em operação, o Alvará Sanitário referente ao exercício de 1999 deverá ser requerido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, podendo ser apresentado o laudo radiométrico em até 90 (noventa) dias, a partir dessa mesma data.

Art. 2° - O Alvará Sanitário a que se refere o artigo anterior será renovado anualmente, devendo o responsável pela antena transmissora formular o pedido de renovação até o dia 31 de março de cada exercício.

Art. 3° - Fica aprovada a Norma Técnica Especial, parte integrante deste decreto, que estabelece procedimentos técnico-administrativos relativos à instalação, licenciamento e funcionamento de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, no município de Campinas.

Art. 4° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 28 de outubro de 1999

FRANCISCO AMARAL

Prefeito Municipal

RUBENS ANDRADE DE NORONHA

Secretário de Assuntos Jurídicos e da Cidadania

IGOR CARLOS CONCILIO DEL GUERCIO

Secretário Municipal de Saúde

ADRIANA ANGÉLICA ROSA VAHTERIE ISEMBURG GIACOMINI

Secretária de Obras, Serviços Públicos e Projetos

WALTER KUFEL JR.

Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Redigido na Coordenadoria Setorial Técnico-Legislativa, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, de acordo com o expediente em nome da Secretaria Municipal de Saúde, e publicado no Departamento de Expediente do Gabinete do Prefeito, na data supra.

ARY PEDRAZZOLI

Diretor do Departamento de Expediente do Gabinete do Prefeito

Visto: RUI FERNANDO AMARAL G. DE CARVALHO

Supervisor da Coordenadoria Técnico-Legislativa

NORMA TÉCNICA ESPECIAL RELATIVA À INSTALAÇÃO DE ANTENAS TRANSMISSORAS DE RÁDIO, TELEVISÃO, TELEFONIA CELULAR, TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL E OUTRAS ANTENAS TRANSMISSORAS DE RADIAÇÃO ELETROMAGNÉTICA.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I.1 - Para os efeitos desta Norma Técnica considera-se:

I.1.1- Antena transmissora ou simplesmente antena: dispositivo, conjunto de dispositivos e equipamentos a partir dos quais são emitidas radiações eletromagnéticas com propósito de transmissão de informações;

I.1.2 - Instalação: qualquer local onde uma antena transmissora esteja permanente ou temporariamente instalada;

I.1.3 - Densidade de potência total: magnitude da somatória de densidade de fluxo de energia em um determinado ponto no espaço, em potência por unidade de área, medida em watts/m2 (watt por metro quadrado) e seus múltiplos e submúltiplos (miliwatt ou microwatt por centímetro quadrado);

I.1.4 - Radiação por radiofreqüência (RRF): radiação eletromagnética na faixa de 3 kHz a 300GHz do espectro eletromagnético;

I.1.5 - Radiação de fundo: radiação eletromagnética preexistente à adição de uma nova antena numa região.

I.2 - Estão compreendidas nesta Norma Técnica as antenas que operam na faixa de freqüência de 100 kHz (cem kilohertz) e 300 GHz (trezentos gigahertz), executadas as antenas associadas a

1.2.1- radares militares e civis com propósito de defesa e/ou controle aéreo;
1.2.2 - radioamador, faixa do cidadão e similares;
1.2.3 - radiocomunicadores de uso exclusivo das polícias militar, civil e municipal, corpo de bombeiros, defesa civil, controle de tráfego, ambulâncias e outros;
1.2.4 - radiocomunicadores instalados em veículos terrestres, aquáticos ou aéreos;
1.2.5 - produtos comercializados como bens de consumo, tais como: fornos de microondas, telefones celulares, brinquedos de controle remoto e outros.

2 - DA INSTALAÇÃO

2.1 - Os pontos de emissão de radiação deverão estar, no mínimo, a 30 (trinta) metros de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada e dos imóveis confinantes.

2.2 - A base da torre de sustentação da antena deverá estar distante das divisas do lote onde estiver instalada, no mínimo:
2.2.1 - 3 (três) metros, no caso de torre de antena de telefonia celular;
2.2.2 - 5 (cinco) metros, para os demais casos.

2.3 - Nas zonas residenciais de alta concentração demográfica, com edificações de mais de 3 (três) andares, a instalação de antenas poderá ser feita nos edifícios, mediante autorização expressa de seus proprietários, cuja obtenção será de responsabilidade do interessado, respeitadas as normas e orientações técnicas para o seu funcionamento.

3 - DO FUNCIONAMENTO

3.1 - A densidade de potência total, no entorno habitável das fontes de emissão, não deve ultrapassar a 100 W/cm2 (cem microwatts por centímetro quadrado), respeitados os limites dos campos elétrico e magnético em zona de campo próximo, definidos pelas normas nacionais e internacionais, e a critério da autoridade sanitária.

3.2 - Instalada uma nova antena, a radiação proveniente da mesma passa a incorporar o nível de radiação de fundo, para a concessão do Alvará Sanitário, que deverá especificar as condições técnicas autorizadas para seu funcionamento, no local e período em questão.

3.3 - A comprovação do atendimento ao disposto no artigo 3°, da Lei nº 9.580/97, com a redação dada pela Lei nº 9.891/98, será feita mediante medições diretas anuais, cujos resultados serão submetidos à apreciação da autoridade sanitária, na forma de laudos radiométricos e demais documentos referentes às especificações técnicas de operação da antena ou conjunto de antenas, às expensas do empreendedor.

3.3.1- A concessão do Alvará Sanitário deverá ser requerida anualmente, pelo responsável pela antena, e estará condicionada à apresentação do laudo radiométrico atualizado e dos demais documentos constantes do Anexo I, que integra esta Norma Técnica.

3.4 - Deverá ser comunicada, de imediato e a qualquer tempo, toda alteração na configuração física ou nos parâmetros de operação da antena, concomitantemente à apresentação de laudo que demonstre as novas condições de instalação.

3.5 - Não será autorizada a entrada em operação de antena em local onde a radiação de fundo produza densidade de potência total acima do limite estabelecido nesta Norma Técnica.

4 - DO LAUDO RADIOMÉTRICO

4.1 - As empresas e serviços de avaliação técnica somente poderão ter laudos reconhecidos pela autoridade sanitária se procederem ao prévio cadastramento de serviços e responsabilidade técnica, condicionado este à comprovação de títulos e experiência na área de radiação eletromagnética.

4.2 - O laudo radiométrico deverá ser assinado por físico ou engenheiro, com conhecimento comprovado na área de radiação eletromagnética e conter, pelo menos, os dados especificados no Anexo II, desta Norma Técnica.

4.3 - As medidas de densidade de potência serão realizadas nos limites da propriedade da instalação e nas edificações vizinhas, num raio de 200 (duzentos) metros, por equipamentos que meçam a densidade de potência por integração do espectro eletromagnético entre 50 MHz (cinquenta megahertz) e 300 GHz (trezentos gigahertz), levando-se em conta a integração de efeitos das fontes de emissão relevantes objetivamente verificadas.

4.4. As medidas de campo elétrico e campo magnético serão realizadas nos limites da propriedade da instalação e nas edificações vizinhas, num raio de 200 (duzentos) metros, com o correspondente cálculo da densidade de potência equivalente na faixa de frequência abaixo de 50 Mhz.

4.5 - As medições deverão ser feitas com equipamentos comprovadamente calibrados, dentro das especificações do fabricante, sob certificação e responsabilidade técnica cadastrada, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

4.6 - A realização das medições deverá ser agendada com a autoridade sanitária e confirmada mediante ofício protocolado, informando as especificações técnicas necessárias, local, dia e cronograma dos trabalhos.

4.6.1- A Secretaria Municipal de Saúde terá 10 (dez) dias úteis para confirmar ou reagendar a medição.

4.6.2 - A autoridade sanitária poderá indicar pontos adicionais de medição.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - Nos locais onde a densidade de potência total ultrapasse o limite disposto no artigo 3º, da Lei nº 9.580/97, com a redação dada pela Lei nº 9.891/98, a Secretaria Municipal de Saúde determinará a execução de procedimentos de investigação, adequação ou reinstalação, por meio de alterações de qualquer natureza, de forma a atender ao limite legal de exposição.

5.2 - Havendo mais de uma instalação na região, a adequação aos limites estabelecidos será feita na seguinte ordem:

5.2.1- Aquela que, após a entrada em operação de outras instalações, teve parâmetros de operação modificados em data mais recente;

5.2.2 - Aquela que entrou em funcionamento em data mais recente.

5.3 - O responsável pela instalação, intimado a executar procedimentos de adequação, poderá recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, caso entenda que o excesso não se deve a sua instalação, apontando aquela à qual atribui a responsabilidade pelo descumprimento dos parâmetros estipulados em lei.

5.4 - A Secretaria Municipal de Saúde poderá determinar a interrupção alternada da operação das instalações envolvidas, no caso de impetração de recurso, para a realização de medições, a fim de decidir qual delas deverá ajustar-se aos limites impostos na lei.

5.5 - O prazo para adequação da instalação será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, mas nunca por prazo superior ao inicialmente concedido e desde que:

5.5.1 - Seja solicitada a prorrogação do prazo com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência;

5.5.2 - Os procedimentos para adequação estejam em andamento;

5.5.3 - Que haja razão técnica plausível.

5.6 - A não adequação da instalação no prazo concedido acarretará a interrupção de seu funcionamento.

ANEXO I

Relação dos documentos necessários à obtenção do Alvará Sanitário:
1. Requerimento do Alvará Sanitário inicial ou de sua renovação anual, assinado pelo responsável pela antena;
2. Comprovante de recolhimento da taxa, no valor de 97,6864 UFIR's (item 30, do inciso I do artigo 1º, do Decreto nº 11.423/93);
3. Alvará Sanitário do ano anterior, quando tratar-se de solicitação de renovação ou comunicação de alteração;
4. Cópia autenticada do projeto e memoriais de edificação, aprovados pelos órgãos competentes;
5. Laudo de Vistoria atualizado, concedido pela Defesa Civil;
6. Cópia do contrato social ou de trabalho, constando o nome do responsável pela antena, quando do alvará inicial ou comunicação de alteração;
7. Laudo Radiométrico atualizado;
8. Cópia da ata de assembléia do condomínio que aprovou a instalação da antena no edifício, quando for o caso.

ANEXO II

Dados que devem constar do Laudo Radiométrico:

1. Dados construtivos e especificações da instalação e data de início de operação;
2. Mapa contendo a localização e identificação das antenas - inclusive com os respectivos diagramas de irradiação no plano horizontal e vertical -, edificações, imóveis vizinhos e vias públicas existentes;
3. Para antena instalada em unidade móvel, sem local específico de operação, o mapa deverá conter, no mínimo, croqui do veículo, localização da antena, com respectivo diagrama de irradiação no plano horizontal e vertical, e pontos de medição distribuídos uniformemente ao redor da antena e distantes dela 5 (cinco), 10 (dez), 50 (cinquenta) , 100 (cem) e duzentos 200 (duzentos) metros;
4. Descrição técnica detalhada das antenas, com todas as especificações e parâmetros de operação, meios de sustentação, aterramento e outros dados pertinentes à engenharia construtiva, potência total de operação e tecnologia de funcionamento;
5. Descrição técnica dos equipamentos de medição e dos métodos de calibração empregados, explicitando o processo de certificação atualizado segundo as normas nacionais e internacionais aplicáveis;
6. Descrição dos procedimentos empregados nas medições, com detalhamento dos pontos medidos e o mapeamento das intensidades máximas atingidas em situação de simulação de emissão em potência nominal de funcionamento, segundo o projeto técnico do equipamento e com todas as faixas de frequência ocupadas;
7. Resultado das medidas de densidade de potência, em W/cm2 (microwatts por centímetro quadrado), em cada ponto de medição devida à radiação eletromagnética de fundo, excluída a contribuição da radiação eletromagnética proveniente da nova instalação;
8. Resultado das medidas de densidade de potência total, em W/cm2 (microwatt por centímetro quadrado) em cada ponto de medição, contabilizando a contribuição da radiação eletromagnética proveniente da instalação em estudo, destacando as piores situações encontradas em pontos sujeitos à exposição humana, com exceção das pessoas que trabalhem na manutenção das antenas;
9. Cópia de documentos comprobatórios da aceitação de responsabilidade técnica pelo laudo radiométrico por parte da Secretaria Municipal de Saúde;
10. Cópia de documentos comprobatórios da calibração do equipamento de medição empregado.

Publicada novamente por ter saído com incorreção.

LEI Nº 9891 DE 26 DE OUTUBRO DE 1998

Altera a Redação do Artigo 3º da Lei Nº 9.580, de 22 de Dezembro de 1997, Que "Dispõe Sobre a Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações Em Geral e Outras Antenas Transmissoras de Radiação Eletromagnética no Município de Campinas e Dá Outras Providências"

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 3º da Lei nº 9.580, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - Toda instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnética deverá ser feita de modo que a densidade de potência total, considerada a soma da radiação preexistente com a da radiação adicional emitida pela nova antena, medida por equipamento que faça a integração de todas as freqüências na faixa prevista por esta lei, não ultrapasse $100\mu W/cm^2$ (cem microwatts por centímetro quadrado), em qualquer local de possível ocupação humana."

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 26 de outubro de 1998

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Prefeito Municipal Em Exercício

autoria: Prefeitura Municipal de Campinas

LEI Nº 9812 DE 30 DE JULHO DE 1998

Obriga o Executivo Municipal, Através de Seu Órgão Competente, a Cobrar da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), o Uso dos Terrenos do Município Onde Estiver Instalados os Postes, as Linhas, as Torres e as Subestações de Energia Elétrica e Dá Outras Providências

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, através de seu órgão competente, obrigado a cobrar da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) o uso dos terrenos do município onde estiverem implantados os postes, as linhas, as torres e as subestações de energia elétrica.

Parágrafo único - O uso dos terrenos será de locação cobrado mensalmente.

Artigo 2° - A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) terá o prazo de 30 dias após o decreto regulamentador para adequar seus procedimentos ao pagamento no disposto desta lei.

Parágrafo único - A Companhia Paulista de Força e Luz deverá fornecer os mapas do sistema elétrico do município, quantificando os postes, subestações, alimentadores e locais onde passa a fiação de energia elétrica, e toda vez que houver alteração física da rede com aumento ou diminuição da topografia elétrica, e a CPFL deverá informar esta alteração para adequar a nova cobrança.

Artigo 3° - O poder executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, definindo as medições necessárias para embasar a cobrança preconizada no disposto desta Lei, determinando os preços incidentes, tanto nas subestações, linhas de transmissão das torres ou de postes existentes no município.

Parágrafo único - A área física utilizada por cada componente elétrico, como poste de concreto, poste de madeira, torres, fiação aérea, fiação subterrânea, subestação serão levantadas [redacted] medições tipograficamente em cada local para incidir a cobrança num valor único da área total do município utilizada.

Artigo 4° - O valor arrecadado pela cobrança estipulada nesta Lei será destinado à manutenção e ampliação da rede de iluminação pública do município.

Artigo 5° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 30 de julho de 1998

FRANCISCO AMARAL

Prefeito Municipal

autoria: Antonio Rafful

LEI Nº 9580 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997

Dispõe Sobre a Instalação de Antenas Transmissoras de Rádio, Televisão, Telefonia Celular, Telecomunicações em Geral e Outras Antenas Transmissoras de Radiação Eletromagnética no Município de Campinas e Dá Outras Providências

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1° - A instalação de antenas transmissoras de rádio, televisão, telefonia celular, telecomunicações em geral e outras antenas transmissoras de radiação eletromagnética, no município de Campinas, fica sujeita às condições estabelecidas na presente lei.

Artigo 2° - Estão compreendidas nas disposições desta lei as antenas transmissoras que operam na faixa de freqüência de 100 KHz (cem quilohertz) a 300 GHz (trezentos gigahertz).

Parágrafo único - Excetuam-se do estabelecido no "caput" deste artigo as antenas transmissoras associadas a:

I- radares militares e civis, com propósito de defesa e/ou controle de tráfego aéreo;

II- rádio amador, faixa do cidadão e similares;

III- rádio-comunicadores de uso exclusivo das polícias militar, civil e municipal, corpo de bombeiros, defesa civil, controle de tráfego, ambulâncias e outros;

IV- rádio-comunicadores instalados em veículos terrestres, aquáticos ou aéreos;

V- produtos comercializados como bens de consumo, tais como fornos de microondas, telefones celulares, brinquedos de controle remoto e outros.

Artigo 3° - Toda instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnética deverá ser feita de modo que a densidade de potência total, considerada a soma da radiação preexistente com a da radiação adicional emitida pela nova antena, medida por equipamento que faça a integração de todas as freqüências na faixa prevista por esta lei, não ultrapasse 100 mW/cm2, em qualquer local passível de ocupação humana.

Artigo 4° - Quando não cumprida a exigência do artigo anterior, a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, intimará a empresa responsável, para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, proceda às alterações, de qualquer natureza e a seu critério, de forma a reduzir o nível de densidade de potência aos limites estabelecidos.

§ 1° - O intimado poderá recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, caso entenda que o excesso não se deve a sua instalação, apontando aquela à qual atribui a responsabilidade pelo descumprimento desta lei.

§ 2° - No caso de impetração de recurso, o Poder Público Municipal determinará a realização de medições, com interrupção alternada das emissões dos envolvidos, a fim de decidir qual instalação deverá interromper as transmissões, para adequar-se aos limites permitidos.

§ 3° - Se necessária a interrupção das transmissões, por uma ou mais instalações, deverá adequar-se primeiro a que aumentou sua radiação ou a que entrou em funcionamento em data mais recente.

§ 4° - Caso as obras de adequação estejam em andamento, o intimado poderá requerer a prorrogação do prazo concedido, até 15 (quinze) dias antes do vencimento daquele, sempre por tempo determinado, que não poderá ser superior ao inicial.

§ 5° - Cabe à Municipalidade julgar, segundo critérios técnicos, os pedidos de prorrogação do prazo, podendo deferi-lo, conforme o requerido ou por prazo menor, ou indeferi-lo.

§ 6° - A não adequação da instalação no prazo concedido, acarretará na interrupção da emissão de radiação eletromagnética, com lacração da mesma.

Artigo 5° - O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 30 (trinta) metros de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada e dos imóveis confinantes.

§ 1° - Os imóveis construídos, após a instalação da antena, que estejam situados, total ou parcialmente, na área delimitada no "caput" deste artigo, serão objetos de medição radiométrica, porém, não haverá objeção à permanência da antena, se respeitado o limite máximo de radiação previsto no artigo 3° desta lei.

§ 2° A Estação Rádio Base de Telefonia Celular não se enquadra no disposto no "caput" deste artigo, subordinando-se ao limite máximo de radiação permitido por esta lei.

Artigo 6° - A base de qualquer torre de sustentação de antena transmissora deverá estar, no mínimo, a 5 (cinco) metros de distância das divisas do lote onde estiver instalada, observado o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único - Para as bases de sustentação das torres de telefonia celular, esta distância será de, no mínimo, 3 (três) metros, desde que respeitado o limite máximo de radiação.

Artigo 7° - Nas zonas residenciais de alta concentração demográfica, com edificações de mais de três andares, a instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnética poderá ser feita nos edifícios.

Parágrafo único - Indicada a instalação da antena transmissora em edificação não pertencente ao interessado, será necessária a autorização do proprietário, cuja obtenção será de responsabilidade única e exclusiva do interessado.

Artigo 8° - A Prefeitura Municipal exigirá laudo assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, onde constem medidas nominais do nível de densidade de potência nos limites da propriedade da instalação, nas edificações vizinhas e nos edifícios com altura igual ou superior à antena, num raio de 200 (duzentos) metros.

§ 1° - O laudo radiométrico será submetido à apreciação da Secretaria Municipal da Saúde e deve ser apresentado por ocasião da instalação da antena transmissora e, anualmente, para controle.

§ 2° - As medições deverão ser feitas com equipamentos comprovadamente calibrados, dentro das especificações do fabricante e submetidos à verificação periódica da Secretaria Municipal da Saúde, e que meçam a densidade de potência por integração das faixas de freqüência na faixa de interesse.

§ 3° As medições deverão ser previamente comunicadas à Prefeitura Municipal, mediante pedido protocolado, onde constem local, dia e hora de sua realização.

§ 4° - A Secretaria Municipal da Saúde acompanhará as medições, podendo indicar pontos que devam ser medidos.

Artigo 9° - As antenas transmissoras somente entrarão em operação após a concessão do alvará sanitário pela Secretaria Municipal da Saúde, observados os critérios estabelecidos por aquele órgão.

Artigo 10 - A presente lei deverá ser regulamentada dentro de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Artigo 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 22 de dezembro de 1997

- 04 3105 7621

MINUTA

Lei n.º de de de 1997

Institui o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais "....."

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais "....." objetivando:

I - manter as estradas em perfeitas condições de uso, de forma a garantir aos produtores rurais o transporte seguro dos insumos e safras agrícolas;

II - controlar a erosão do solo agrícola.

Art. 2º - Para consecução do Programa ora instituído caberá ao Município:

I - zelar pelo sistema de drenagem das estradas visando a:

a) proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas pluviais corram diretamente sobre ela, mediante a manutenção de um abaulamento transversal de no mínimo 3% (três por cento);

b) diminuir a quantidade de água conduzida através da estrada, por meio de saídas laterais, passagens abertas e bueiros com espaçamento adequado, de forma a conduzir tecnicamente a água para fora do leito de estrada.

II - zelar pela observância, nas estradas municipais, das normas técnicas atinentes a pista de rolamento, acostamento, faixa da estrada e distância de visibilidade;

III - manter atualizados mapas cadastrais das estradas municipais e das jazidas de material utilizável na recuperação das estradas;

IV - manter os barrancos e os acostamentos ao longo das estradas devidamente roçados.

Art. 3º - São obrigações dos proprietarios de imoveis adjacentes às estradas municipais:

I - executar as obras e serviços que impeçam as aguas pluviais de atingirem as estradas;

II - evitar a dispersão ou o escoamento de excesso de água nas estradas municipais;

III - evitar qualquer dano no leito carroçavel ou ao acostamento, bem como a retiradas do material vegetal necessário a conservação e manutenção da estrada;

IV - evitar a obstrução ou dificultar a passagem das águas pluviais pelos canais de escoamento, abertos pelo município ao longo das estradas.

Art. 4º - Aos infratores das disposições contidas nesta lei serão aplicadas, na forma prevista em Regulamento, as penalidades de:

I - advertência;

II - multa de [illegible] a [illegible] (UFIR).

Parágrafo 1º - As penalidades acima referidas incidirão sobre os autores sejam eles arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, técnico responsável, administradores, diretores, promitentes-compradores ou proprietários de área agro-silvo-pastoril, ainda que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou superiores hierárquicos.

Parágrafo 2º - A autuação pelo Estado por infrigência a Lei Estadual n.º 6.181, de 04 de julho de 1988, alterada pela Lei n.º 8.421, de 23 de novembro de 1993, excluirá a autuação pelo município em razão da mesma infração.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo para execução do Programa " Melhor Caminho ", nos termos do Decreto Estadual n.º 41.721, de 17 de abril de 1997.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Casa Branca

Estado de São Paulo

Ana,

Conforme o solicitado, estou enviando cópia da Resolução 02/97 (Jornal) e Lei 2284/97 (panfletos).

Atenciosamente,

Virginia

26/10/97

Projeto de Lei de autoria dos Vereadores JOSÉ CARLOS RIBEIRO, BENEDITO IZIDORO SCAPIM e LUIS ROBERTO COSTELLA.

LEI Nº. 2.284 de 07 de Agosto de 1997.

Dispõe sobre a impressão de panfletos distribuídos em domicílios do Município.

A Câmara Municipal aprova e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:-

Art. 1º. - Todos os panfletos impressos e distribuídos domiciliarmente no Município de Casa Branca deverão conter a seguinte frase:- **"Não jogue este impresso na via pública - conserve a cidade limpa".**

Art. 2º. - Caberá à fiscalização da Prefeitura Municipal verificar o cumprimento desta Lei.

Art. 3º. - À Prefeitura Municipal caberá enviar cópia desta Lei às empresas gráficas do município, para o seu cumprimento.

Parágrafo ùnico - É da gráfica a responsabilidade da ciência ao interessado na impressão de panfletos e afins.

Art. 4º. - O não cumprimento, por qualquer uma das partes citadas no parágrafo único do artigo 3º., implicará em multa equivalente a 2 V.R.M.

Art. 5º. - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Casa Branca, 07 de Agosto de 1997.

JOSÉ APARECIDO SORIANO
PREFEITO MUNICIPAL

Afixada na Sede da Prefeitura Municipal e arquivada nesta Secretaria.

MARIA JOSÉ PORFIRIO MARSON
SECRETÁRIA GERAL

RESOLUÇÃO N° 02/99
De 06 de abril de 1999

Autoriza a Mesa da Câmara Municipal de Casa Branca a editar jornal com notícias da Câmara Municipal, como órgão informativo do Poder Legislativo, na forma como especifica, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Casa Branca - SP, aprovou e eu, Vereador Marco César de Paiva Aga, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Casa Branca, satisfeitas as formalidades legais, a mandar editar, sob responsabilidade técnica e financeira do Poder Legislativo, o Jornal da Câmara Municipal, como órgão de divulgação das atividades legislativas e fiscalizadoras municipais.

Art. 2° - O periódico será um informativo mensal de 4 (quatro) páginas, formato tablóide, com tiragem de 1000 (mil) exemplares, onde não constarão matérias de caráter publicitário e comercial, e a sua distribuição será gratuita à população.

Art. 3° - As matérias constantes do jornal não poderão ser de cunho político partidário, objetivando somente prestar à comunidade casa-branquense informações sobre o trabalho legislativo dos membros do Legislativo.

Art. 4° - Cada vereador deverá indicar as matérias a ele relacionadas que deverão ser divulgadas mensalmente, respeitado o espaço dedicado a cada partido com representação na Câmara Municipal.

Art. 5° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Casa Branca, 06 de abril de 1999.

Ver. MARCO CÉSAR DE PAIVA AGA
Presidente

Registrada em Livro competente, e nesta data, publicada na Secretaria da Câmara Municipal.

SÉRGIO ARGEU SCACABARROZZI
Diretor de Secretaria

LEI Nº 9793 DE 06 DE JULHO DE 1998

Concede Benefícios Fiscais para Pagamento de Débitos em Atraso

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os débitos tributários e taxas de serviços urbanos, inscritos ou não em Dívida Ativa, constituídos até 31 de dezembro de 1997 e devidamente atualizados monetariamente, poderão ser pagos à vista com os seguintes benefícios:

I – 100% (cem por cento) de desconto na multa e 100% (cem por cento) de desconto nos juros devidos desde que o pagamento seja efetuado de 03 a 31 de agosto de 1998;

II – 80% (oitenta por cento) de desconto na multa e 80% (oitenta por cento) de desconto nos juros devidos desde que o pagamento seja efetuado de 1º a 30 de setembro de 1998;

III – 50% (cinquenta por cento) de desconto na multa e 50% (cinquenta por cento) de desconto nos juros devidos desde que o pagamento seja efetuado de 1º a 30 de outubro de 1998.

Parágrafo único – Os benefícios previstos neste artigo não atingem as multas decorrentes de auto de infração pelo descumprimento de obrigações acessórias.

Artigo 2º - Os débitos não tributários, inscritos na Dívida Ativa, constituídos até 31 de maio de 1998 e devidamente atualizados monetariamente, poderão ser pagos à vista, com os seguintes benefícios:

I - 20% (vinte por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 03 a 31 de agosto de 1998;

II – 15% (quinze por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 1º a 30 de setembro de 1998;

III – 10% (dez por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 1º a 30 de outubro de 1998.

Artigo 3º - Os saldos devedores de acordos em curso ou não cumpridos, devidamente formalizados, poderão ser pagos à vista com os seguintes benefícios.

I – 15% (quinze por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 03 a 31 de agosto de 1998;

II – 10% (dez por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 1º a 30 de setembro de 1998;

III – 5% (cinco por cento) de desconto para pagamentos efetuados de 1º a 30 de outubro de 1998.

Artigo 4º - Os contribuintes que mantenham em curso processos administrativos ou judiciais impugnando valores devidos deverão renunciar aos feitos para fazerem jus aos benefícios.

Artigo 5º - Somente poderão obter os incentivos previstos nesta lei os contribuintes que estiverem em dia ou atualizarem os pagamentos dos tributos devidos referentes ao exercício de 1998.

Artigo 6º - Os débitos tributários e não tributários que já sejam objeto de ação de execução fiscal poderão ser pagos nas formas previstas nos artigos 1º, 2º e 3º, acrescidos, quando for o caso, de custas judiciais e honorários advocatícios.

Artigo 7º - Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta lei.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando durante os meses de agosto, setembro e outubro do corrente exercício, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 06 de julho de 1998

FRANCISCO AMARAL

Prefeito Municipal

Autoria: Prefeitura Municipal de Campinas

Câmara Municipal de Cosmópolis



"O MUNICÍPIO E A
REFORMA ADMINISTRATIVA"

Edson Reginaldo Beraldo
Holambra - SP

09 de abril de 1999
Cosmópolis - SP

Jacinto
867 7116

Barbara

COSMÓPOLIS

DECRETO NO. 2898, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1992.

"Regulamenta o serviço autorizado de coleta e remoção de entulhos por caçambas estáticas no Município de Cosmópolis."

JOAQUIM JOSÉ PEREZ, Prefeito Municipal de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar a coleta e remoção de entulhos em caçambas estáticas no Município de Cosmópolis;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer normas para a fiscalização dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º - O serviço de coleta e remoção de entulhos em caçambas estáticas no Município de Cosmópolis, poderá ser executado por uma ou mais empresas particulares, regularmente estabelecidas e inscritas no Departamento Municipal de Finanças, observado o presente regulamento.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, a caçamba estática é o recipiente metálico, de medida padronizada, destinada ao acondicionamento e remoção de entulhos, removível e transportada por caminhão-guincho ou com equipamento autoplacável.

Art. 3º - Entulho é todo e qualquer resíduo proveniente de trabalhos de construção, reforma e demolição de prédios, de materiais inúteis provenientes de construção, reforma e demolições de prédios.

Art. 4º - As caçambas serão visivelmente identificadas com o nome, endereço e telefone do prestador do serviço.

Art. 5º - As caçambas serão sinalizadas em cores que refletidas permitam a rápida visualização, inclusive durante o período noturno.

COSMÓPOLIS

Art. 6º. - As caçambas serão colocadas no recuo frontal ou lateral das obras e, eventualmente , se o espaço não o permitir em virtude de ser a obra executada no alinhamento, no passeio, desde que possua largura superior a 2(três) metros, quando será observada uma faixa livre mínima de 0,5 (meio) metro junto aquele, destinada a circulação de pedestres.

Art. 7º. - Na impossibilidade de se atender ao disposto no art. 6º , as caçambas serão colocadas no leito carroçável, a 0,5 (meio) metro da guia, de modo a permitir o escoamento de água, bem como observadas as regras de trânsito, precipuamente no que concerne a permissão para estacionamento e observação de distância de 10(dez) metros das esquinas.

Parágrafo Único - Os fiscais do Departamento de Obras e Planejamento do Município, quando necessário, poderão intimar a empresa proprietária das caçambas a removê-las para locais mais adequados, atendendo ao interesse público.

Art. 8º. - As caçambas completadas com entulhos e as que já tenham servido totalmente à coleta , mesmo que incompletas, serão retiradas dos locais em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 9º. - Os entulhos coletados pelas caçambas somente poderão ser despejados em locais previamente determinados pelo Departamento competente da Prefeitura Municipal de Cosmópolis.

Art. 10 - O descumprimento por parte das empresas às regulamentações do presente Decreto, ensejará a suspensão para funcionamento por 10(dez) dias e, em caso de reincidência, a cassação do alvará de funcionamento , sem prejuízo das multas cabíveis.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS 17 DE NOVEMBRO DE 1997

JOAQUIM JOSÉ PEDROZO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de Editais, na sede da Prefeitura na mesma data.

ANDREIA SIMÕES DE A. CAMARGO
SETOR DE EXPEDIENTE

LEI Nº 3.264, DE 18 DE JANEIRO DE 1995.

Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social, com a finalidade de representar os interesses do Município de Mogi Guaçu e dos órgãos, organismos e entidades governamentais e não governamentais de assistência social com atuação em Mogi Guaçu, perante os Governos do Estado de São Paulo e Federal, notadamente junto aos Conselhos Estadual e Nacional de Assistência Social.

Art. 2º O Conselho ora criado deverá atuar de forma a atender aos princípios e diretrizes para promoção da Assistência Social no âmbito do Município de Mogi Guaçu, elaborando, para aprovação pelo Poder Executivo Municipal, os projetos e programas da Política Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8742, de 07/12/93, e a legislação posterior que a alterar, com-plementar ou regulamentar.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social terá a seguinte composição:

I - Representantes da administração Municipal

- 01 (um) representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos;
- 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda,
- 01 (um) representante da Secretaria da Saúde,
- 01 (um) representante da Secretaria da educação e Cultura,
- 01 (um) representante da Secretaria de promoção Social;

II - Representante de Entidades e Organismos Não Governamentais de Assistência Social

- 01 (um) representante da FEAG - federação das Entidades Assistenciais Guaçuanas;
- 01 (um) representante da Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Mogi uaçu,
- 01 (um) representante do CAMP - Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro;
- 01 (um) representante do CASMOÇU - Centro de ação Social de Mogi Guaçu;
- 01 (um) representante do Lar da Velhice Guaçuana;
- 01 (um) representante da Associação das Mulheres Guaçuanas.

Parágrafo único. Cada órgão da administração Municipal e entidade ou

organismo não governamental indicará, juntamente com o nome de seu representante, também o nome de seu respectivo suplente, que substituirá o titular em todos os seus impedimentos.

Art. 4º A nomeação das pessoas indicadas pelos órgãos, entidades e organismos para representá-los junto ao Conselho criado pela presente Lei, ocorrerá mediante Decreto editado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O mandato da primeira composição do Conselho será de 01 (um) ano, e terá como funções precípuas:

a) estabelecer interação com os Conselhos Estadual e Nacional de Assistência Social;

b) elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

c) efetuar o levantamento dos prestadores de assistência social, públicos e privados, e preceder a seu cadastramento inicial;

d) efetuar o levantamento da situação local visando a montagem dos estudos para elaboração dos projetos e programas desti-nados à criação da Política Municipal de Assistência Social;

e) adotar as providências necessárias à criação do Fundo Municipal de Assistência Social e do Plano de Assistência Social

rt. 5º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, a ser elaborado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da publicação do Decreto que nomear seus membros, que será aprovado mediante Decreto, disporá, entre outros assuntos, sobre:

a) a estrutura organizacional e hierárquica do Conselho, atribuições e competências de cada um de seus membros;

b) a duração do mandato dos membros da segunda e seguintes composições do Conselho;

c) os princípios e diretrizes para atuação do Conselho, visando suas finalidades institucionais.

Art. 6º O Conselho Municipal de Assistência Social não possuirá qualquer vinculação ao Poder Público Municipal, bem como a nomeação de seus membros não implicará na geração de qualquer vínculo laboral ou previdenciário com a administração Municipal.

Art. 7º O Conselho Municipal de Assistência Social de que trata esta Lei será autônomo em suas condutas e decisões responsabilizando-se exclusivamente por suas ações e omissões, administrativa, civil e criminalmente.

Art. 8° Em hipótese alguma os componentes do Consoe-lho, titulares e suplentes, perceberão remuneração por qualquer forma, por sua participação e atuação no Conselho, devendo o Regimento Interno dispor sobre eventuais ajudas de custo, e ressarcimento de despesas realizadas por seus membros no desempenho de suas funções de Conselheiros.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e onerando as despesas com sua execução as verbas próprias consignadas no orçamento.

Mogi Guaçu, 18 de Janeiro de 1995. "Ano 117° da fundação do Município, em 09 de Abril de 1877".

HÉLIO MIACHON BUENO
Prefeito Municipal

PAULO HENRIQUE M. R. SAMPAIO
Sec. Mun. de promoção Social

FERNANDO DE SEIXAS PEREIRA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Encaminhada a publicação na data supra

LEI Nº 3.334, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.
Cria o Fundo Municipal de Assistência Social e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social.

Art. 2º constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício,

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na for-ma da Lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras,

VII - doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas

as receitas correspondentes.

§ 2° - Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3° O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será gerido pela Secretaria de promoção Social da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1° - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - constará do Plano Diretor do Município.

§ 2° - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria de promoção Social.

Art. 4° Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência Social.

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência Social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 5° O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não

governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6º As contas e os relatório do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Especial no valor R$ 100,00 (cem reais).

Art. 8º O valor do crédito de que trata o artigo anterior, será coberto com recursos considerados disponíveis nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mogi Guaçu, 26 de Dezembro de 1995. "Ano 118º da fundação do Município, em 09 de Abril de 1877".

HÉLIO MIACHON BUENO
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO DA FONSECA
SEC.MUN.DE PROMOÇÃO SOCIAL

ANTONIO CARLOS VITAL
SEC.MUN.DA FAZENDA

FERNANDO DE SEIXAS PEREIRA
CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.521, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

Autoriza a celebração de convênio com entidades assistenciais do município, objetivando a descentralização das ações de serviços de assistência social e dá outras providências

O Vice-Prefeito no exercício no cargo de Prefeito Municipal de Mogi Guaçu, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 6º da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com as Entidades Assistenciais do Município, com prazo de vigência a partir de 02 de janeiro até 31 de dezembro de 1998, tendo por objeto a ação compartilhada e, visando a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistências social previstos no Plano Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 1998.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Mogi Guaçu, 26 de fevereiro de 1998. "Ano 120º da fundação do Município, em 09 de abril de 1877"

DR. DÊNIS CAMILO DE CARVALHO
Vice-Prefeito em Exercício

LENY CAETANO SUAREZ CASTEDO
Sec.Mun.Promoção Social

PROF.UBIRAJARA RAMOS
Chefe do Gabinete do Prefeito

encaminhado à publicação da data supra.

LEI Nº 3.593, DE 12 DE MARÇO DE 1999.

Prorroga o prazo previsto na lei nº. 3.521, de 26/02/1998.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI:**

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de Dezembro do ano 2000, o prazo de vigência dos convênios celebrados com as Entidades Assistenciais do Município, tendo por objeto a ação compartilhada para a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, para a execução de programas de assistência social previstos no Plano Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei onerarão dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mogi Guaçu, 12 de Março de 1999. "Ano 121º da fundação do Município, em 09 de Abril de 1877".

ENGº WALTER CAVEANHA
PREFEITO MUNICIPAL

LENY CAETANO SUAREZ CASTEDO
SEC.MUN.DE PROMOÇÚO SOCIAL

PROF.UBIRAJARA RAMOS
CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO

Encaminhada à publicação na data supra.

LEI Nº 10.079 DE 12 DE MAIO DE 1999

Obriga as Agências Bancárias no Âmbito do Município, a Colocar à Disposição dos Usuários Pessoal Suficiente no Setor de Caixas, para que o Atendimento Seja Efetivado em Tempo Razoável

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam as agências bancárias, no âmbito do Município, obrigadas a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente, no Setor de Caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se como tempo razoável para atendimento:

I - até 30 (trinta) minutos em dias normais;

II - até 45 (quarenta e cinco) minutos em véspera ou após feriados prolongados;

III - até 30 (trinta) minutos nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, de vencimentos de contas de concessionária de serviços públicos e de recebimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 1º - Os bancos ou suas entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei as datas mencionadas nos incisos II e III.

§ 2º - O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I, II e III leva em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais à manutenção do ritmo normal das atividades bancárias, tais como energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º - As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 4º - O não-cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes punições:

I - advertência;

II - multa de 500 (quinhentas) UFIR's (Unidades Fiscais de Referência).

III - multa de 1000 (mil) UFIR's (Unidades Fiscais de Referência).

IV - suspensão do Alvará de Funcionamento, temporariamente por 48 (quarenta e oito) horas.

V - Cassação definitiva do Alvará de Funcionamento.

Parágrafo único - Será levado em conta somente para aplicação das penalidades a unidade infratora no caso de filiais ou rede.

Art. 5º - As denúncias dos munícipes, devidamente comprovadas, deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal da Cidadania - Departamento de Proteção ao Consumidor, órgão municipal encarregado de zelar pelo cumprimento desta Lei, concedendo-se direito de defesa ao Banco denunciado.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 12 de maio de 1999

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Prefeito Municipal

autoria: Vereadores Luis Yabiku e Ester Viana

PROTOCOLO P.M.C. Nº 27.634-99

Santo Antonio da Posse, 07 de maio de 1999.

Tópicos que deverão ser abordados na Lei para Autorização de Participação em consórcio e para recebimento dos resíduos sólidos dosmésticos das outras cidades.

- Autorização para o Munocípio de receber os resíduos sólidos dos outros Municípios participantes do "Consórcio":

- Criação de Um Grupo Gestor, com a participação;

1- Representante do Poder Executivo

2- Representante do Poder Legislativo

3- Representante da Sociedade Civil (3 Representante) de cada Município, mais um Representante do Consórcio dos Rios Piracicaba e Capivari: grupo este que será regidopor Estatuto a ser elaborado:

Lixo industrial será proibido;

Lixo hospitalar - buscar solução em conjunto;

Criar um programa de Educação Ambiental, coordenado pelo Grupo Gestor;

- Participação da Implantação da Usina, proporcional a tonelagem de Resíduos produzidos;

- Avaliação Anual da Usina/Aterro por Técnicos da Cetesb;

- Multa para o Município que desistir da participação igual a duas vezes o valor da Implantação nos outros Municípios;

- Possibilidade de parceria com a Iniciativa Privada;

- Possibilidade de disposição de utilização de Municípios Circunvizinhos/criar regras;

- Benefícios para a cidade que for sediar a Usina/Aterro;

- Mão de obra local;

- Participação de 20% do lucro;

- Pagamento de valor à menor à ser determinado por tonelada de resíduos produzidos;

- Outras.

- A escolha das áreas e a posterior escolha do local mais apropriado para Usina/Aterro, deverão ser, obedecendo Estudo Técnico e Ambientais, por empresa qualificada e sem vínculo com qualquer dos participantes.

- Elaborar/Contratar Projetos, aprová-los nos orgãos competentes (com estudos ambientais, tais comoEIA-Rima), e após definidos, definir datas para Implantação e colocação em funcionamento.

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. : Mauricio de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra/SP - Tels. (019) 860 - 1321 / 860 - 1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

DECRETO N° 149 DE 23 DE ABRIL DE 1996.

CONVERTE VALORES DE TARIFAS E PREÇOS PÚBLICO DE URV EM REAL.

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

D E C R E T A:

Artigo 1° - Ficam os valores constantes da tabela única fixada pelo Decreto n° 053 de 17 de junho de 1994, convertidos de valores em URV para Real.

Tabela Única a que se refere o Artigo 2° do Decreto n° 053/94

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAL
01 - Execução de muros e passeios	
1.1 - muros/por m²	35,70
1.2 - passeios/por m²	19,22
02 - Execução de aterros, terraplenagem, escavações e fretes:	
2.1 - aterros/hora máquina	81,42
2.2 - terraplenagem/hora máquina	81,42
2.3 - escavações/hora máquina	81,42
2.4 - fretes/quilômetro rodado	3,30
03 - Execução de roçagem e limpeza:	
3.1 - até 500 m²	59,48
3.2 - de 501 m² à 1.500 m²	66,79
3.3 - 1.501 m² à 3.000 m²	81,42
3.4 - acima de 3.000 m² - cada 500 m²	63,14
04 - Retirada de entulhos:	
4.1 - até 04 m³	46,66
4.2 - cada m³ ou fração	19,22
05 - Numeração de prédios: por emplacamento	11,90
06 - Apreensão e guarda de bens, mercadorias e animais:	
6.1 - abandonados na via pública - por unidade	22,88
6.2 - encontrados em poder de contribuinte responsável ou de terceiros, desde que constituam prova material de infração à	3,30

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

constituam prova material de infração à legislação tributária - por quilo	
6.3 - veículos automotores - por unidade e por dia	96,08
6.4 - veículos de tração animal - por unidade e por dia	96,08
6.5 - bicicletas - por unidade e por dia	5,11
6.6 - motocicletas e similares - por unidade e por dia	10,06
6.7 - mercadoria ou objetos de qualquer espécie - por quilo	2,39
6.8 - cavalar, muar ou bovino - por cabeça e por dia	96,08
6.9 - caprino, ovino ou suíno - por cabeça e por dia	22,88
6.10- canino - por cabeça e por dia	22,88
07 - Execução de alinhamento e nivelamento: por metro linear de testada	5,11
08 - Extinção de formigueiros: por unidade	11,90
09 - Expediente, protocolo e arquivo:	
9.1 - petição/protocolo	3,30
9.2 - atestados, declarações e 2ªs vias de documentos por lauda ou fração	5,11
9.3 - alvarás	5,11
9.4 - certidões - por unidade cadastral ou inscrição	5,11
9.5 - atos normativos(leis, decretos, etc) por lauda	3,30
9.6 - baixa ou transferência de qualquer natureza em lançamento ou registros	5,11
9.7 - concessões individuais ou a empresas	8,25
9.8 - permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade	8,25
9.9 - contratos com o Município - por lauda ou fração	5,11
9.10 - prorrogação de contrato com o Município por lauda ou fração	3,30
9.11 - termo de registro de qualquer natureza lavrado em livro - por página ou fração	1,84
9.12 - 2ªs vias de aviso-recibo de lançamento de tributo ou tarifa	1,29
10 - Rompimento e remendo de asfalto e rebaixamento ou elevações de guias:	
10.1 - rompimento e remendo de asfalto por m²	22,88
10.2 - rebaixamento ou elevação de guias por	8,25

DECRETO Nº 053/94

Dispõe sobre fixação de preço público.

CELSO CAPATO, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc, usando as atribuições que lhe confere o artigo 93 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que preceitua o Decreto 051/94, desta data,

DECRETA : -

Artigo 1º - Os preços públicos serão cobrados em razão das atividades de natureza industrial, comercial, de prestação de serviços e do uso de bens pertencentes ao Município, adiante especificados:

1 - execução de muros e passeios;
2 - execução de aterros, terraplenagens e escavações;
3 - execução de roçagem e limpeza;
4 - retirada de entulhos;
5 - numeração de prédios;
6 - apreensão e guarda de bens, mercadorias e animais;
7 - execução de alinhamento e nivelamento;
8 - extinção de formigueiros;
9 - expediente, protocolo e arquivo;
10 - rompimento e remendo de asfalto e rebaixamento ou elevação de guias;
11 - uso de áreas de domínio público;
12 - uso de áreas de próprios municipais.

Artigo 2º - Em razão da utilização dos serviços públicos municipais referidos no artigo anterior, como contra-prestação de caráter individuais ou na unidade de fornecimento, será cobrado um preço, conforme anotado na Tabela Única anexa a este Decreto, calculado sobre a Unidade Fiscal do Município de Holambra - UFMH.

Parágrafo Único - O preço será devido pelo peticionário ou por que tenha interesse nos serviços ou no fornecimento e deverá ser recolhido antecipadamente, no ato que for protocolada a respectiva petição, sempre que seu montante puder ser previamente apurado.

Artigo 3º - Não estão abrangidos pelo disposto no artigo anterior, quanto aos itens e subitens adiante mencionados na Tabela Única referida no mesmo artigo:

a) quanto ao item 9, o que couber:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

I - servidores do Município, quando pleiteiam em relação aos respectivos cargos e funções;

II - aqueles que pleiteiam para finalidades militares, eleitorais, escolares, previdenciárias e assistência judiciária gratuita;

III - instituições filantropia e benemerência;

IV - entidades de qualquer culto (religiosas);

V - instituições de assistência social;

VI - pedido de devolução de recolhimento indevido;

b) quanto aos itens 11 e 12:

I - instituições de filantropia e benemerência;

II - entidades religiosas de qualquer culto;

III - instituições de assistência social;

IV - atividades de rendimento mensal não superior a um (1) salário-mínimo destinado, exclusivamente, ao sustento de quem às exerça ou de sua família;

V - artesanato;

VI - feirantes.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua pulbicação.

Artigo 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 17 de junho de 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Publicado, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

Tabela Única a que se refere o Art. 2º do Decreto nº 053/94, de 17 de junho de 1994.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM URV
01 - Execução de muros e passeios:	
1.1 - muros/por m2	12,98
1.2 - passeios/por m2	6,99
02 - Execução de aterros, terraplenagem, escavações e fretes:	
2.1 - aterros/hora máquina	29,61
2.2 - terraplenagem/hora máquina	29,61
2.3 - escavações/hora máquina	29,61
2.4 - fretes/quilômetro rodado	1,20
03 - Execução de roçagem e limpeza:	
3.1 - até 500 m2	21,63
3.2 - de 501 m2 à 1.500 m2	24,29
3.3 - de 1.501 m2 à 3.000 m2	29,61
3.4 - acima de 3.000 m2 - cada 500 m2	22,96
04 - Retirada de entulhos:	
4.1 - até 04 m3	16,97
4.2 - cada m3 ou fração	6,99
05 - Numeração de prédios: por emplacamento	4,33
06 - Apreensão e guarda de bens, mercadorias e animais:	
6.1 - abandonados na via pública - por unidade	8,32
6.2 - encontrados em poder de contribuinte responsável ou de terceiros, desde que constituam prova material de infração à legislação tributária - por quilo	1,20
6.3 - veículos automotores - por unidade e por dia	34,94
6.4 - veículos de tração animal - por unidade e por dia	34,94
6.5 - bicicletas - por unidade e por dia	1,86
6.6 - motocicletas e similares - por unidade e por dia	3,66
6.7 - mercadoria ou objetos de qualquer espécie - por quilo	0,87
6.8 - cavalar, muar ou bovino - por cabeça e por dia	34,94
6.9 - caprino, ovino ou suíno - por cabeça e por dia	8,32
6.10 - canino - por cabeça e por dia	8,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

07 - Execução de alinhamento e nivelamento:
por metro linear de testada.....1,86

08 - Extinção de formigueiros:
por unidade.....4,33

09 - Expediente, protocolo e arquivo:
9.1 - petição/protocolo.....1,20
9.2 - atestados, declarações e 2ª vias de documentos - por lauda ou fração.....1,86
9.3 - alvarás.....1,86
9.4 - certidões - por unidade cadastral ou inscrição 1,86
9.5 - atos normativos (leis, decretos, etc) por lauda 1,20
9.6 - baixa ou transferência de qualquer natureza em lançamento ou registros.....1,86
9.7 - concessões individuais ou a empresas.....3,00
9.8 - permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade.....3,00
9.9 - contratos com o Município - por lauda ou fração 1,86
9.10 - prorrogação de contrato com o Município por lauda ou fração.....1,20
9.11 - termo de registro de qualquer natureza lavrado em livro - por página ou fração.....0,67
9.12 - 2ªs vias de aviso-recibo de lançamento de tributo ou tarifa.....0,47

10 - Rompimento e remendo de asfalto e rebaixamento ou elevações de guias:
10.1 - rompimento e remendo de asfalto por m2.....8,32
10.2 - rebaixamento ou elevação de guias por metro linear.....3,00

11 - Uso de áreas de domínio público:
11.1 - espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas vias e logradouros públicos, ou espaço ocupado para estacionamento de veículos em locais designados pela Prefeitura por prazo e a critério desta, executados no que concerne a estacionamento de veículos, os espaços contidos nos pontos de táxi e na zona azul:
por dia e por m2.....0,27
por mês e por m2.....3,00
11.2 - espaço ocupado por circo, parques de diversões, rodeios, touradas e congêneres por semana e por m2.....0,07

12 - Uso de áreas de próprios municipais:
12.1 - espaço ocupado por balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes, em próprios municipais - por prazo a critério da Prefeitura:
por dia e por m2.....0,47
por mês e por m2.....3,00
12.2 - espaço ocupado por box
por mês e por m2.....3,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Tabela Única a que se refere o Art. 2º do Decreto nº 053/94, de 17 de junho de 1994.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM URV
01 - Execução de muros e passeios:	
1.1 - muros/por m2	12,98
1.2 - passeios/por m2	6,99
02 - Execução de aterros, terraplenagem, escavações e fretes:	
2.1 - aterros/hora máquina	29,61
2.2 - terraplenagem/hora máquina	29,61
2.3 - escavações/hora máquina	29,61
2.4 - fretes/quilômetro rodado	1,20
03 - Execução de roçagem e limpeza:	
3.1 - até 500 m2	21,63
3.2 - de 501 m2 à 1.500 m2	24,29
3.3 - de 1.501 m2 à 3.000 m2	29,61
3.4 - acima de 3.000 m2 - cada 500 m2	22,96
04 - Retirada de entulhos:	
4.1 - até 04 m3	16,97
4.2 - cada m3 ou fração	6,99
05 - Numeração de prédios: por emplacamento	4,33
06 - Apreensão e guarda de bens, mercadorias e animais:	
6.1 - abandonados na via pública - por unidade	8,32
6.2 - encontrados em poder de contribuinte responsável ou de terceiros, desde que constituam prova material de infração à legislação tributária - por quilo	1,20
6.3 - veículos automotores - por unidade e por dia	34,94
6.4 - veículos de tração animal - por unidade e por dia	34,94
6.5 - bicicletas - por unidade e por dia	1,66
6.6 - motocicletas e similares - por unidade e por dia	3,66
6.7 - mercadoria ou objetos de qualquer espécie - por quilo	0,87
6.8 - cavalar, muar ou bovino - por cabeça e por dia	34,94
6.9 - caprino, ovino ou suíno - por cabeça e por dia	8,32
6.10 - canino - por cabeça e por dia	8,32

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

07 - Execução de alinhamento e nivelamento:
por metro linear de testada.....1,86

08 - Extinção de formigueiros:
por unidade.....4,33

09 - Expediente, protocolo e arquivo:
9.1 - petição/protocolo.....1,20
9.2 - atestados, declarações e 2ª vias de documentos - por lauda ou fração.....1,86
9.3 - alvarás.....1,86
9.4 - certidões - por unidade cadastral ou inscrição 1,86
9.5 - atos normativos (leis, decretos, etc) por lauda 1,20
9.6 - baixa ou transferência de qualquer natureza em lançamento ou registros.....1,86
9.7 - concessões individuais ou a empresas.....3,00
9.8 - permissão para exploração, a título precário, de serviço ou atividade.....3,00
9.9 - contratos com o Município - por lauda ou fração 1,86
9.10 - prorrogação de contrato com o Município por lauda ou fração.....1,20
9.11 - termo de registro de qualquer natureza lavrado em livro - por página ou fração.....0,67
9.12 - 2ªs vias de aviso-recibo de lançamento de tributo ou tarifa.....0,47

10 - Rompimento e remendo de asfalto e rebaixamento ou elevações de guias:
10.1 - rompimento e remendo de asfalto por m2.....8,32
10.2 - rebaixamento ou elevação de guias por metro linear.....3,00

11 - Uso de áreas de domínio público:
11.1 - espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas vias e logradouros públicos, ou espaço ocupado para estacionamento de veículos em locais designados pela Prefeitura por prazo e a critério desta, executados no que concerne a estacionamento de veículos, os espaços contidos nos pontos de táxi e na zona azul:
por dia e por m2.....0,27
por mês e por m2.....3,00
11.2 - espaço ocupado por circo, parques de diversões, rodeios, touradas e congêneres por semana e por m2.....0,07

12 - Uso de áreas de próprios municipais:
12.1 - espaço ocupado por balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes, em próprios municipais - por prazo a critério da Prefeitura:
por dia e por m2.....0,47
por mês e por m2.....3,00
12.2 - espaço ocupado por box
por mês e por m2.....3,00

Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região

ILMA Sra. Dra. Ofício Nº 28/99
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
D.D. Vereadora da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Campinas, 20 de Abril de 1999

Companheira e amiga Andreas Adrianus Antonius Graat+ venho, por meio desta como Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região e secretário geral da Federação Estadual dos Taxistas do estado de São Paulo, solicitar a Vs. excelência, a digna aprovação da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, o apoio ao nosso Sindicato, para o nosso movimento ante-pedágio no Estado de São Paulo. De acordo com a cópia em anexo de algumas Câmaras, de algumas cidades como Paulinia e Serra Negra, que já aderiu ao nosso movimento. Até o final de Abril estaremos convidando Autoridades de Trânsito e Autoridades Políticas de todo o estado de São Paulo, para participarmos juntos de um debate, que será organizado no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, para daqui iniciarmos um grande movimento contra atitudes do governador Mário Covas, de privatizar as rodovias paulistas, de liberar as construções exageradas de praças de pedágios em nossa rodovias, como excesso de valores de cobranças e liberações de cobranças sentido bidirecional, liberando as empresas privatizadoras a fazerem aumentos abusivos nas cobranças, como o caso do pedágio da rodovia Campinas x Mogi-Mirim, o qual já contamos com o apoio de todos os municípios daquela região.

Como grande amigo que somos, o apoio que Vs. Excelência sempre deu ao nosso Sindicato e aos nossos motoristas sofredores, esperamos com grande urgência a sua moção com aprovação de todos os Vereadores desta casa aprovando e participando do nosso movimento.

Aproveitamos o ensejo para elevarmos a mais alta estima e destinta consideração.

ATENCIOSAMENTE:

RUBENS GOIS
PRESIDENTE

46109498/0002-53
SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS VEÍCULOS ROD DE CAMPINAS
Rua Prof. Camilo Vanzolini n.º 390
Ponte Preta - CEP 13036-560
CAMPINAS - S.P

272 5089 221 - 8200

DAVILSON AP. ROGGIERI
OAB/SP 69.041
CIC 602 758 048-87

ISMAEL SANCHES
OAB/SP 68.602
CIC 716 766 278-04

ADVOGADOS

Capivari, 11 de janeiro de 1.999.

Sr. Presidente:

Recebemos a missiva de Vossa Senhoria protestando contra a construção e cobrança de pedágios. Realmente é um absurdo. Tenho vários clientes que são motoristas e reclamam do abuso praticado pelo governo do Estado. Como vereador estaremos apresentando moção de repúdio na Câmara Municipal de Capivari, para que seja enviado ao governador. Conte conosco.

Atenciosamente.

davilson ap. roggieri - vereador-PPB

ESCRITÓRIO: RUA PADRE FABIANO, 820 — FONE/FAX (019) 491-3053 — CEP 13 360-000 — CAPIVARI — SP

MOÇÃO DE REPÚDIO

Apresentamos à Mesa, ouvido o Plenário e dispensadas as formalidades legais, Moção de Repúdio ao Sr. Governador do Estado de São Paulo pela construções e cobrança de pedágios. Em 05 de janeiro, por sinal, recebemos missiva do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região se posicionando contrariamente a cobrança de tais imposições. Tenho vários clientes que relatam as dificuldades diárias que passam nas estradas, principalmente do Estado de São Paulo, tendo que pagar vários pedágios, de forma exploratória. Basta observar que estão fazendo dois pedágios somente na nossa região. Um na rodovia Aguanguera, na proximidades de Americana, e outro na Rodovia Catelo Branco, sentido interior São Paulo, nas proximidades da Rodovia do Açucar. Além dos pedágios, cobra-se um absurdo de IPVA.

Enquanto isso, a rodovia que liga Capivari a Campinas continua intransitável, para dizer o mínimo.

Após a tramitação legal, requer seja enviado a presente Moção de repúdio ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, acompanhado de cópia do ofício enviado pelo Sindicato.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 1.999.

davi

Câmara Municipal da Estância de Serra Negra
Estado de São Paulo

Ofício nº 298/PC

Serra Negra, 08 de Março de 1.999.

Ref: Moção de Apoio.

Prezado Senhor,

Em virtude do recesso parlamentar desta Casa de Leis, comunico a Vossa Senhoria que, em Sessão deste Poder Legislativo realizada em 21 de dezembro p.p., foi aprovada, por unanimidade, a Moção nº 010/98, de autoria do Ver. Charles Lolli, de apoio ao Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campinas e Região, para que não sejam construidos mais pedágios em estradas da nossa região, cuja cópia anexamos.

Atenciosamente,

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID
Presidente da Câmara Municipal

ILMO. SR. RUBENS DA ROSA GOIS
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO.
CAMPINAS - SP.

Rua Nossa Senhora do Rosário, s/n.º - Centro de Convenções "Circuito das Águas"
Mezanino Salas 06 e 07 - Caixa Postal 161 - CEP 13930-000 - Fone/Fax: 892-2024
Home-Page: http://www.cmserranegra.sp.gov.br - E-Mail: cmserranegra@linkway.com.br

Câmara Municipal da Estância de Serra Negra
Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 010, DE 1.998

Senhor Presidente,

PROPONHO na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presete **Moção de Apoio** ao Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campinas e Região, para que não sejam construídos mais pedágios em estradas da nossa região.

Da decisão desta Casa, proponho mais seja dada ciência ao Sr. Rubens da Rosa Gois, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campinas e Região.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1.998

VER. CHARLES LOLLI

J U S T I F I C A T I V A

A presente moção, vem apoiar o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Campinas e Região, contra a construção de novos pedágios no Estado e a cobrança abusiva da tarifa dos mesmos.

Assim proponho a presente para que as empresas que terceirizam as rodovias do Estado, não venham, através de uma concessão do Governo, solapar os usuários das estradas, pois é um abuso que estão cometendo.

Rua Nossa Senhora do Rosário, s/n.º - Centro de Convenções "Circuito das Águas"
Mezanino Salas 06 e 07 - Caixa Postal 161 - CEP 13930-000 - Fone/Fax: 892-2024
Home-Page: http://www.cmserranegra.sp.gov.br - E-Mail: cmserranegra@linkway.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 043/99

Em 18 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o teor da **Moção nº 02, de autoria do Vereador Mario Lacerda (Mario's)**, aprovada em Sessão Ordinária realizada a 17 do corrente, de apoio ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região na luta contra a construção de novos postos de cobrança de pedágio.

Na oportunidade, reitero os meus protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

JURANDIR BATISTA DE MATOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
Rubens da Rosa Gois
DD. Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários
Campinas-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 02/99

AUTOR: VEREADOR MARIO LACERDA (MARIO'S)

APROVADA EM SESSÃO DE 17-02-99

"EM APOIO AO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO NA LUTA CONTRA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS POSTOS DE COBRANÇA DE PEDÁGIO."

"Com a privatização das Rodovias Estaduais, as empresas concessionárias passaram a explorar os pedágios e ter o direito de criar novos postos de cobrança.

No entanto, temos observado um abuso na cobrança das tarifas, além do excesso de postos de cobrança em algumas regiões. Com isso, os condutores autônomos de veículos rodoviários têm encontrado muitas dificuldades, pois são obrigados a repassar para o valor do frete o aumento nas despesas com os pedágios, prejudicando também os consumidores que vão comprar mercadorias encarecidas.

O Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região tem apoiado as manifestações de várias cidades do Estado visando mobilizar as autoridades estaduais e todos os motoristas contra essas cobranças abusivas sem prestação de contas à população.

Face ao exposto, submeto à apreciação dos nobres Vereadores a presente **M O Ç Ã O** em apoio ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região na luta contra a construção de novos postos de cobrança de pedágio no Estado, solicitando seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Mário Covas, ao Presidente da Assembléia Legislativa e ao Presidente do Sindicato, Sr. Rubens da Rosa Gois".

Paulínia, 17 de fevereiro de 1999

JURANDIR BATISTA DE MATOS
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

OF. RS. 152/99

Campinas, 03 de abril de 1999.

Ilustríssimo Senhor:

Tomo a liberdade de lhe encaminhar, para seu conhecimento, cópia da moção de minha autoria, aprovada pela Câmara Municipal, que apoia o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região contra a construção de novos pedágios no Estado de São Paulo.

Sem mais para o momento, coloco-me à sua disposição.

Atenciosamente

Dr. Romeu Santini
Vereador

Ilmo. Sr.
Rubens Góes
MD. Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº. 30 /99

EMENTA: APOIA A LUTA DO SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO CONTRA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS PEDÁGIOS.

EXMO. SR. PRESIDENTE

A decisão do Governo do Estado de privatizar as principais rodovias paulistas foi saudada como uma medida progressista, trazendo a premissa da modernização de nossas estradas. Contudo, as empresas concessionárias que passaram a explorar o sistema rodoviário, ganharam também o direito de criar novos pedágios, onerando ainda mais nossa sociedade.

Além desse aspecto, tem sido abusiva a cobrança da tarifa dos pedágios, trazendo sérias conseqüências para os condutores rodoviários autônomos, os quais são obrigados a arcar com as despesas, impedidos que são de repassar os valores à tarifa. Com isso, também as mercadorias que são transportadas para abastecer as regiões do Interior chegam ao seu destino encarecidas com esse repasse.

Dessa forma, consideramos lícita e justa a luta empreendida pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários contra a cobrança abusiva nos pedágios.

Ante o exposto, e ouvido o Plenário, propomos seja aprovada Moção de Apoio à Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e Região contra a construção de novos pedágios no Estado de São Paulo e que, do deliberado, seja oficiado ao Sr. Rubens da Rosa Gois, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas.

Sala das Reuniões, 29 de Abril de 1999

Dr. Romeu Santini
Vereador

MOÇÃO Nº..036./98

MOÇÃO DE PROTESTO
PROTESTA CONTRA AUMENTO DO PEDÁGIO DA SP 340

Os Vereadores, que esta subscrevem, com fundamento no artigo 229, inciso I do Regimento Interno, vem apresentar à discussão e aprovação dos integrantes desta Câmara Municipal a presente **MOÇÃO DE PROTESTO CONTRA O AUMENTO DO PEDÁGIO DA SP 340.**

Com efeito, trata-se de aumento abusivo e inoportuno, considerando-se o momento de crise financeira, atualmente vivida pelo nosso país ainda mais tendo em vista que o percentual do aumento em questão será de 27% (vinte e sete por cento), ou seja, bem acima da inflação apurada para o período.

Ademais, há a se levar em conta que a quantia a ser cobrada importará, em muitos casos, em maior gasto com pedágios do que com o próprio combustível a ser usado pelo veículo.

É o caso, por exemplo, de uma viagem entre Holambra e Casa Branca, envolvendo cerca de cem quilometros, na qual o pagamento dos dois pedágios a serem ultrapassados levará a um gasto maior do que com o combustível a ser utilizado.

Outrossim, a medida atingirá, em cheio, o transporte de carga, tendo-se em vista que cinco viagens (durante uma semana) de uma carreta entre Holambra e São Paulo, importará em um gasto com pedágios de mais de R$15.000,00 (quinze mil reais) por ano.

Ora, esse acréscimo recairá fatalmente no custo da produção, que , por via de consequência, aumentará o custo do produto no seu preço final.

Nessas condições e por entendermos que o referido aumento trará sérios prejuízos para os moradores da nossa região, é que estamos encaminhando a presente **MOÇÃO DE PROTESTOS**, a qual, após aprovado, deverá ser remetido ao **Exmo. Sr. Dr. Mário Covas, DD.Governador do Estado de São Paulo, ao Exmo. Sr. Michael Paul Zeitlin, DD.Secretário Estadual dos Transportes, a RENOVIAS (Empresa Concessionária que administra as estradas da região); e, finalmente, às Câmaras Municipais da região**, para conhecimento e, se entederem cabível, apoio a esta iniciativa.

Secretaria da Câmara Municipal de Holambra, aos 07 de dezembro de 1.998.

Vereadores: José Mario da Silva

P.B. Wal

José Marcos Souza

APROVADO
FAVORÁVEIS 8
CONTRÁRIOS
ABSTENÇÕES
09/12/98 P.B. Wal
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
09/12/98
P.B. Wal
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 1.678
Fls No 50 Livro No 09
Data 07/12/98
SECRETÁRIA

14- PARCEIROS DO PNMT

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

BB - Banco do Brasil S.A

AMPTUR - Associação dos Municípios com Potencial Turítico.

CTI's - Comissões de Turismo Integrado

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

CAIXA - Caixa Econômica Federal

FINEP - Financiadores de Estudos e Projetos

PAB - Programa do Artesanato Brasileiro

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PCS - Program Comunidade Solidária

ABOMTUR - Associação Brasileira dos Orgãos Municipais de Turismo

FENAGTUR - Federação Nacional dos Guias de Turismo Movimento da Cidadania pelas Àguas.

HOLAMBRA

Sua história inicia-se com a chegada dos primeiros imigrantes holandeses, a 5 de junho de 1948, após a 2ª Guerra Mundial que havia devastado a Europa. Na reconstrução desses países os recursos eram precários, as terras extremamente caras devido à escassez e à grande procura delas. A alternativa era a emigração, iniciar nova vida em outros países.

A Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda (Katholieke nederlandse Boer en Tuinders Bonde - KNBTB), que mesmo antes da guerra já promovia a emigração de agricultores católicos, enviou ao Brasil uma comissão, que idealizou, através do Sr. Geert Heymeijer, a fundação de um núcleo de migração coletiva, sendo exibido na Holanda documentários junto aos filiados à KNBTB, que, entusiasmados com tal possibilidade e com forte ligação com o clero católico holandês, pressionaram o governo para que viabilizasse o projeto junto ao governo brasileiro. Firmado o acordo entre os dois países, as autoridades governamentais na época eram: JULIANA VAN ORANGE, Rainha Regente nos Países Baixos; GEN. EURICO GASPAR DUTRA, Presidente do Brasil; KLEIJN MOLEKAMP, Embaixador de Sua Majestade, a Rainha da Holanda no Brasil; e DR. ADHEMAR DE BARROS, Governador do Estado de São Paulo, o governo brasileiro concedeu empréstimo para aquisição da área onde seria instalada a colônia.

Comprada a Fazenda Ribeirão, até então pertencente ao Frigorífico Armour, no valor de dez milhões e quinhentos mil cruzeiros (dez mil contos), com o empréstimo federal de três milhões de cruzeiros (três mil contos), pagos como sinal da compra, assumindo a Cooperativa o restante da dívida.

A colonização da Fazenda Ribeirão pelos imigrantes holandeses deve-se a um diverso grupo de pessoas, que na prática eram constituídas pelos senhores: GEERT HEYMEIJER, líder da emigração para o Brasil, JIM V. SCHWARTZENAU, membro da legação holandesa no Rio de Janeiro; WILLEM MILTENBURG, agricultor; e HENK RUHE, horticultor, que se reuniram, NO ANO DE NOSSO SENHOR DE 1948, POR VOLTA DAS 14 HORAS DO DIA 14 DE JULHO, NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, NUM LUGAR SOLITÁRIO, APROXIMADAMENTE O CENTRO DA FAZENDA RIBEIRÃO, BEIRANDO O CÓRREGO BORDA DA MATA, COM A JUNÇÃO DO RIBEIRÃO DA CACHOEIRA, quando assim falou o primeiro: "O trabalho que agora vamos iniciar é difícil e de grande importância, rezemos um Pai Nosso". Após terem rezado juntamente o Pai Nosso, Geert Heymeijer tomou a pá e sob o pronunciamento do rogo "DEUS ABENÇOE O NOSSO TRABALHO" fincou a pá na terra e a revolveu. Em seguida os outros assim o fizeram. Com este ato foi dado iní-

cio na Fazenda Ribeirão à instalação da primeira colônia no Brasil de católicos holandeses, que ficará sob a todo-poderosa proteção de Maria Imaculada e de seu Filho. Criou-se a Cooperativa Agropecuária do Núcleo Holandês de Ribeirão, logo Cooperativa Granjas Reunidas, em seguida denominada Cooperativa Agropecuária Holambra, cujo nome, "Holambra", de propriedade dos produtores associados da Cooperativa Agropecuária Holambra, surgiu da idéia conjunta dos imigrantes pioneiros, das palavras: **Hol**anda-**Am**érica-**Bra**sil, acompanhado da filosofia da união entre holandeses e brasileiros, objetivando a integração econômica, cultural e social do homem do campo.

Sem permitir que se saísse capital do país, já que se reestruturava pós-guerra, a Holanda abriu exceção ao núcleo do Brasil, enviando gado, máquinas e outros materiais necessários para o empreendimento, juntando-se ao capital próprio. Os primeiros imigrantes eram, entre outros presentes, os senhores: TOON CRUYSEN, ANTONIUS JOHANNES SCHREURS, PETRUS GERARDUS SCHREURS, GEORGE BARCUM DE GRAAF e PETER PRANGE. Épocas muito difíceis, matas densas, de vegetação nativa tipo cerrado fechado, com imensas colônias de formigueiros, "cupim" e alta incidência do capim "barba-de-bode", imediatamente iniciou-se um trabalho árduo e de união, de quem luta para vencer: destoca dos cerrados, aração dos pastos, e as construções das primeiras moradias, formadas por casas de colonos, tipo "pau-a-pique", sempre pintadas com cal branca, erguidas com os próprios esforços e iluminadas por Deus e os lampiões a querosene.

As primeiras fontes econômicas advinham do gado leiteiro holandês, mas a pecuária fracassou em pouco tempo por diversas doenças desconhecidas no País: o gado foi sendo dizimado. Voltaram as atenções para a agricultura, onde também surgiram problemas, desconheciam as técnicas de plantio das culturas locais, condições de clima e solo, ainda, com o adubo comprado no exterior a preços elevados, tinham grandes despesas, a situação financeira da colônia foi se tornando crítica. Desencorajados, devido às dificuldades, vários colonos se desligaram da cooperativa, migrando para o Sul do Brasil.

Após reiterados pedidos de empréstimo ao governo holandês, os senhores Waveren e Van Rogge, respectivamente economista e agrônomo, chegaram à Holambra em 1950, enviados pela Holanda para que analisassem a viabilidade do empréstimo. Juntos com os senhores G. Eijsink, P. Veld e J. Nabuurs, elaboraram o "Plano dos Vinte Hectares", no qual se propunha a divisão da Fazenda Ribeirão em sítios e exploração diversificada. Posicionaram-se favoráveis ao pedido. Após a liberação do empréstimo, foi implantado o plano pelo então Presidente da Cooperativa, Sr. Charles Hogenboom e os sítios sendo adquiridos pelos sócios agricultores a partir de 1951.

Com a diversificação da produção, processada e comercializada pela Cooperativa Agropecuária Holambra, como a fabricação de toneladas de queijos, abate de aves, fabricação de ração, café e outros, aprimoramento das técnicas, foi-se estabilizando a colônia.

As primeiras sementes de gladíolos (palma-de-santa-rita) foram trazidas entre 1958 e 1965, com a chegada de muitos outros imigrantes holandeses, estes com mais recursos que os pioneiros e, juntos, o grupo de agropecuaristas conseguiu levar adiante o ideal de um povo, que saiu da Holanda desvastada pela pior Guerra Mundial.

Entre as diversas culturas agrícolas e criações pecuárias desenvolvidas economicamente em Holambra, cada uma teve seus anos de glória, observando-se forte acentuação às culturas de flores e plantas ornamentais, o que concedeu à comunidade holambrense um desenvolvimento econômico de grande sucesso neste segmento, principalmente no período de 1966 a 1980.

A Cooperativa Agropecuária Holambra muito fez nestes anos todos: conservação de estradas, abastecimento de água, serviço social e outros, ainda, através dela, individualmente ou em comissões, reivindicavam às autoridades dos municípios as benfeitorias necessárias, que na maioria das vezes eram atendidas como o solicitado, mas não se revertiam à Holambra todos os recursos por ela gerados.

A Lei Complementar Estadual nº 651, de 31 de julho de 1990, estabeleceu condições indispensáveis e cumulativas para a emancipação político-administrativa, dentre as quais era ser distrito há mais de dois anos, e Holambra, por se localizar em mais de um município, não atendia à exigência, havia residências no centro urbano que se localizavam sobre a divisa de Artur Nogueira com Jaguariúna. Mas o parágrafo 2º do artigo 2º desta mesma lei complementar diz independer da qualidade de distrito quando a área da nova unidade municipal pertencer a mais de um município. Deu-se mais um passo no caminho da independência.

Outra exigência era o plebiscito, democraticamente decidir-se-ia pela emancipação, que ocorreu em 27 de outubro de 1991; posteriormente escolhida como a data comemorativa de aniversário do município, através da Lei Municipal nº 035, de 7 de junho de 1993. Dos dois mil quinhentos e vinte e cinco (2.525) eleitores holambrenses, foram às urnas mil quinhentos e noventa e um (1.591), sendo que mil quinhentos e trinta e quatro (1.534) disseram "SIM", trinta e nove (39) foram "contrários", treze (13) votaram em "branco" e cinco (5) "nulos".

Com a aprovação popular, o município de Holambra, entre outros, foi criado através da Lei Estadual nº 7.664, de 30 de dezembro de 1991; com sede no núcleo urbano, e extensão territorial de sessenta e cinco quilômetros quadrados (65 km²) desmembrados dos municípios Artur Nogueira (27 km²), Cosmópolis (12 km²), Jaguariúna (20 km²) e Santo Antonio de Posse (6 km²).

Holambra, a "Cidade das Flores", teve sua independência, de fato, a partir da instalação do município, a 1º de janeiro de 1993, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos no pleito de 3 de outubro de 1992 para um período de quatro (4) anos, ficando os poderes municipais assim constituídos para o primeiro mandato:

EXECUTIVO

PREFEITO - CELSO CAPATO
VICE-PREFEITO - PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL

LEGISLATIVO

VEREADORES - ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
ANTÔNIO DE SOUZA
ANTÔNIO JOSÉ ESPERANÇA
APARÍCIO DE ALMEIDA
DONIZETE CARVALHO DA SILVA
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
IRAN DAIER BRUNHANI
VALTER COSTELLA

Segundo Mandato

EXECUTIVO

PREFEITO - ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
VICE-PREFEITO - ANTÔNIO DE SOUZA

LEGISLATIVO

VEREADORES - ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
JOAQUIM DE CARVALHO
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
JOSÉ MARCOS DE SOUZA
JOSÉ MÁRIO DA SILVA
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
VALTER COSTELLA
WILSON BARBOSA

MAPA E ASPECTOS GERAIS - MUNICÍPIO DE HOLAMBRA



01 - Origem do Nome: junção de **Hol**anda + **Am**érica + **Bra**sil.
02 - Fundamentação para a criação do Município: **§ 1º, Artigo 34, ADCT, CESP**, e **Lei Complementar Estadual nº 651**, de 31 de julho de 1990.
03 - Realização do Plebiscito pela Emancipação: **27/10/1991.**
04 - Criação do Município: **Lei Estadual nº 7.664,** de 30 de dezembro de 1991.
05 - Instalação do Município: **1º/01/1993.**
06 - Data de Aniversário: **27 de outubro,** Lei Municipal nº 035, de 7 de junho de 1993.
07 - Cognome: **"Cidade das Flores"**, Lei Municipal nº 259, de 17 de junho de 1997.
08 - Zona Geográfica do Estado: **Leste Paulista.**
09 - Região Administrativa: **Quinta (5ª).**
10 - Região de Governo: **Campinas.**
11 - Comarca: **Mogi Mirim.**
12 - Extensão Territorial: **Sessenta e cinco (65) km².**
13 - Limites e Áreas Desmembradas:
NORTE: **Artur Nogueira - 27 km² e Mogi Mirim.**
SUL: **Jaguariúna - 20 km² e Paulínia.**
LESTE: **Santo Antônio de Posse - 6 km².**
OESTE: **Cosmópolis - 12 km².**

14 - Altitude: **600 metros.**
15 - Latitude S: **22º37'55"**
16 - Longitude W: **47º03'36".**
17 - Clima: **Quente.**
18 - Temperatura: **Mínima 5ºC e Máxima 35ºC**
19 - Topografia: **Plana.**
20 - Patrimônio Ecológico (rios): **Camanducaia, Jaguari e Pirapitingui.**
21 - Vias de Acesso e Transporte:
SP 340 - Rodovia Adhemar de Barros - Campinas Águas da Prata
SP 107 - Rodovia Arcadas - Santo Antônio de Posse - Artur Nogueira.
22 - População: **Estimada - 10.000**
Zona Urbana - 4.100
Zona Rural - 5.900

Conselho de Assistência Social.

TELEFONE PARA CONTATO	
Lidia Proost de Souza Tel, 8.672006	Valdomiro Tel.(019) 820.1321
Ria Visconde Tel,(019) 820.1734	Clea Tel.(019) 8201321
Thea Van Heiyden Tel. (019 820.1009	Edineide (Promocao Social) Tel.(019) 820.1321
Vera Frade Tel. (019) 820.1321	CELIA TEL 820.1321
Aparicio de Almeida Ofelia de Almeida Tel, (019) 9741902	
Nelly Kein Gunnewiek Tel. (019) 820.1128	Silmara Tel.(019) 820,1321
	Eda Maria Buzo Kowaleskiy Tel; (019) 820.1321 cel 9724924
Roberto Tel. 820.1321	Cleonice Tel.(019) 820.1366
Professor Celio Tel.820,1139	Alcione Tel, (019) 820.1332 com 820,1380 Res,
Izildinha Tel. (019) 820.1321 R, 217	

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA CAPACITAÇÃO PROJETO PROERD DA EMEB JARDIM DAS PRIMAVERAS NO PRÓXIMO DIA 15/05/99, SÁBADO.

Diretor de Escola: Creonice Aparecida Neves
Professores:
Rosana Maria Sia : 3ª série, período da manhã
Iara Ap. Barbosa: 3ª série, período da manhã
Lucia Helena Baião: 4ª série, período da manhã
Elaine B.P. Catão Scareli: 4ª série, período da manhã
Érica M. Moraes: 3ª série, período da tarde
Luiza Terezinha P.J.Junqueira: 3ª série, período da tarde
Patrícia F. S. Gerolomo: 4ª série, período da tarde
Obs.: Incluir posteriormente mais uma participante(professora de uma das quartas séries da tarde).

EMEB Jardim das Primaveras
Holambra, 07 de maio de 1999-05-07

Creonice Ap.

Escola Municipal de Educação Básica (R.) Novo Florescer
Relação dos Participantes da capacitação PROERD.
Diretor de Escola: Carmem Silvia Rotolli
Professores:
Eliane Apa Silvestre
Claudirene Navarro

Escola Mun. de Educação Básica (R.) Recanto das Palmeiras
Relação dos Participantes da capacitação PROERD.
Professores:
Sandra Regina Dias Duzzi
Simone Andriotti Barbosa.
Obs: A mesma Diretora que atende Escola Novo Florescer. também atende Recanto das Palmeiras.

Guarda Municipal - Sargento João Robles Filho
Polícia Militar - Sargento Renato José S C Filho

Rua Ipiranga 103

Cargo	Empresa	Endereço1	Estado	CEP
Ilustríssimo Senhor	DR.MARCELO GRANDINETTI ADELINO	MD. Delegada de Polícia	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	SARGENTO RENATO JOSÉ ALMEIDA CHAVES FILHO	MD. Comandante da Polícia Militar	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Ten.João Robles Filho	MD. Chefe da Guarda Municipal	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Palmeiras	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Fundão	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente de APM	Escola Primavera	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Flamboyant	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Emei Joaquim Felipe de Almeida	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Participação	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Escola Doméstica	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Presidente da APM	Creche Colmeia	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Andreas A.Antonius Graat	Presidente da AME	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	Luis Lot	Presidente do Rotary	Holambra-SP	

Cargo	Empresa	Endereço1	Estado	CEP
Ilustríssimo Senhor	Presidente da Entidade Social	Escola Doméstica	Holambra-SP	
Ilustríssima Senhora	DALILA C.STAPEL BROEK	MD.Diretora de Educação	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	ANDREAS A.ANTONIUS GRAAT	MD. Diretor de Turismo	Holambra-SP	
Ilustríssimo Senhor	ENIVALDO LOBO	MD. Presidente da Associação Comercial	Holambra-SP	

guarda mirim (AME) andré graat - 820-2507
Escola Doméstica - 820-1400.
Biogênesis [redacted] - 820-1701.
ADESH -
Sindicato Rural 820-1749.
Associação Produtores 820-2042.

Associação de Classe Comercial

Dia:
Mês:
Ano:
Horário:

O HINO NACIONAL BRASILEIRO

HISTÓRICO

Ignora-se a data exata em que surgiu a música do Hino Nacional Brasileiro, supondo-se que *Francisco Manuel da Silva* a tenha composto em fins de 1822 ou princípios de 1823 — isto é, pouco depois da Proclamação da Independência. A obra, cujo título original era *Marcha Triunfal*, foi cantada pela primeira vez em *13 de abril de 1831* (até então, somente fora ouvida em execuções instrumentais). Como os versos cantados na ocasião criticassem D. Pedro I, que abdicara seis dias antes, foram substituídos mais tarde por duas outras letras, embora nenhuma delas fosse considerada *oficial*. A música da *Marcha Triunfal*, porém, logo passou a ser aceita como o *Hino Nacional do Império Brasileiro*.

Com a Proclamação da República, os novos governantes do País pensaram em criar um outro Hino Nacional, especialmente dedicado ao novo regime brasileiro. Chegaram a

realizar um concurso para substituir o antigo Hino do Império, cabendo o primeiro lugar ao compositor *Leopoldo Miguez*. Todavia, considerando a profunda afeição do povo pela música de Francisco Manuel, o Chefe do Governo Provisório, marechal Deodoro da Fonseca, resolveu conservá-la. Assim, pelo *Decreto n.º 171*, de 20 de janeiro de 1890, a antiga *Marcha Triunfal* transformou-se, oficialmente, no *Hino Nacional Brasileiro*. Naturalmente, as letras cantadas durante o Império foram suprimidas.

Em 1909, o Governo brasileiro organizou um novo concurso, desta vez para escolher os versos que deveriam acompanhar a música do Hino Nacional. O poema vencedor foi o de *Joaquim Osório Duque Estrada*, que o Presidente *Epitácio Pessoa* oficializou em 6 de setembro de 1922, pelo *Decreto n.º 15.671*.

EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL

A Lei n.º 5.700 estabeleceu as seguintes normas para a execução do Hino Nacional:

"Art. 24. A execução do Hino Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

"I — Será sempre executado em andamento metronômico de uma seminima igual a 120 (cento e vinte);

"II — É obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução instrumental simples;

"III — Far-se-á o canto sempre em uníssono;

"IV — Nos casos de simples execução instrumental, tocar-se-á a música integralmente, mas sem repetição; nos casos de execução vocal, serão sempre cantadas as duas partes do poema;

"V — Nas continências ao Presidente da República, para fins exclusivos do Cerimonial Militar, serão executados apenas a introdução e os acordes finais, conforme a regulamentação específica.

"Art. 25. Será o Hino Nacional executado:

"I — Em continência à Bandeira Nacional e ao Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; e nos demais casos expressamente determinados pelos regulamentos de continência ou cerimônias de cortesia internacional;

"II — Na ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional, previsto no parágrafo único do art. 14.

"§ 1.º A execução será instrumental ou vocal, de acordo com o cerimonial previsto em cada caso.

"§ 2.º É vedada a execução do Hino Nacional em continência, fora dos casos previstos no presente artigo.

"§ 3.º Será facultativa a execução do Hino Nacional na abertura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas a que se associe sentido patriótico, no início ou no encerramento das transmissões diárias das emissoras de rádio e televisão, bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas.

"§ 4.º Nas cerimônias em que se tenha de executar um hino nacional estrangeiro, este deve, por cortesia, preceder o Hino Nacional Brasileiro".

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música: Francisco Manuel da Silva (1795-1865)
Letra: Joaquim Osório Duque Estrada
(1870-1927)

I

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza!

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

II

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida no teu seio mais amores.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula:
Paz no Futuro e glória no Passado!

Mas se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme quem te adora a própria morte!

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

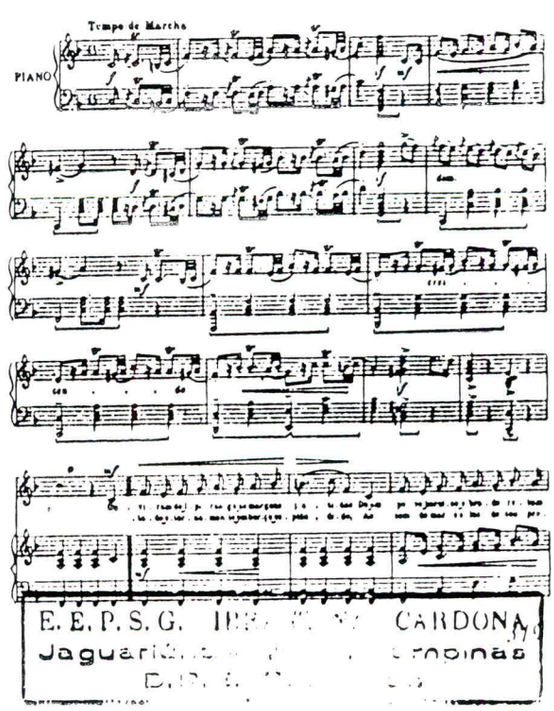
HINO NACIONAL BRASILEIRO

Letra de

JOAQUIM OSÓRIO DUQUE ESTRADA

Música de

FRANCISCO MANUEL DA SILVA



269
E. E. P. S. G. [illegible] CARDONA
Jaguari[illegible]
D. P. E. [illegible]

APRESENTAÇÃO DA BANDEIRA NACIONAL

A Lei n.º 5.700 regulamentou pormenorizadamente a apresentação da Bandeira Nacional em seus artigos 10/23, cujo texto transcrevemos a seguir:

"Art. 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

"Art. 11. A Bandeira Nacional pode ser apresentada:

"I — Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, escritórios, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas e praças, e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito;

"II — Distendida e sem mastro, conduzida por aeronaves ou balões, aplicada sobre parede ou presa a um cabo horizontal ligando edifícios, árvores, postes ou mastros;

"III — Reproduzida sobre paredes, tetos, vidraças, veículos e aeronaves;

"IV — Compondo, com outras bandeiras, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

"V — Conduzida em formaturas, desfiles, ou mesmo individualmente;

"VI — Distendida sobre ataúdes, até à ocasião do sepultamento.

"Art. 12. A Bandeira Nacional estará permanentemente no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes de Brasília, no Distrito Federal, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro.

"§ 1.º A substituição dessa Bandeira será feita com solenidades especiais no 1.º domingo de cada mês, devendo o novo exemplar atingir o topo antes que o exemplar substituído comece a ser arriado.

"§ 2.º Na base do mastro especial estarão inscritos exclusivamente os seguintes dizeres:

Sob a guarda do povo brasileiro,
nesta Praça dos Três Poderes,
a Bandeira sempre no alto
— visão permanente da Pátria.

"Art. 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional:

"I — No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República;

"II — Nos edifícios-sede dos Ministérios;

"III — Nas Casas do Congresso Nacional;

"IV — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e no Tribunal Federal de Recursos;

"V — Nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal;

"VI — Nas Prefeituras e Câmaras Municipais;

"VII — Nas repartições federais, estaduais e municipais situadas na faixa de fronteira;

"VIII — Nas Missões Diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições Consulares de carreira, respeitados os usos locais dos países em que tiverem sede;

"IX — Nas unidades da Marinha Mercante, de acordo com as Leis e Regulamentos da navegação, polícia naval e praxes internacionais.

"Art. 14. Hasteia-se obrigatoriamente a Bandeira Nacional, nos dias de festa ou de luto nacional, em todas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos.

"Parágrafo único. Nas escolas públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

"Art. 15. A Bandeira Nacional pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite.

"§ 1.º Normalmente, faz-se o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

"§ 2.º No dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, o hasteamento é realizado às 12 horas, com solenidades especiais.

"§ 3.º Durante a noite, a Bandeira deve estar devidamente iluminada.

"Art. 16. Quando várias bandeiras são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o tope e a última a dele descer.

"Art. 17. Quando em funeral, a Bandeira fica a meio-mastro ou a meia-adriça. Nesse caso, no hasteamento ou arriamento, deve ser levada inicialmente até ao tope.

"Parágrafo único. Quando conduzida em marcha, indica-se o luto por um laço de crepe atado junto à lança.

"Art. 18. Hasteia-se a Bandeira Nacional em funeral nas seguintes situações, desde que não coincidam com os dias de festa nacional:

"I — Em todo o País, quando o Presidente da República decretar luto oficial;

"II — Nos edifícios-sede dos poderes legislativos federais, estaduais ou municipais, quando determinado pelos respectivos presidentes, por motivo de falecimento de um de seus membros;

"III — No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Justiça estaduais, quando determinado pelos respectivos presidentes, por motivo de falecimento de um de seus membros;

"IV — Nos edifícios-sede dos Governos dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, por motivo do falecimento do Governador ou Prefeito, quando determinado pela autoridade que o substituir;

"V — Nas sedes de Missões Diplomáticas, segundo as normas e usos do país em que estão situadas.

"Art. 19. A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa o lugar de honra, compreendido como uma posição:

"I — Central ou a mais próxima do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

"II — Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles;

"III — À direita de tribunas, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.

"Parágrafo único. Considera-se direita de um dispositivo de bandeiras a direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a platéia ou, de modo geral, para o público que observa o dispositivo.

"Art. 20. A Bandeira Nacional, quando não estiver em uso, deve ser guardada em local digno.

"Art. 21. Nas repartições públicas e organizações militares, quando a Bandeira é hasteada em mastro colocado no solo, sua largura não deve ser maior que 1/5 (um quinto) nem menor que 1/7 (um sétimo) da altura do respectivo mastro.

"Art. 22. Quando distendida e sem mastro, coloca-se a Bandeira de modo que o lado maior fique na horizontal e a estrela isolada em cima,

não podendo ser ocultada, mesmo parcialmente, por pessoas sentadas em suas imediações.

"Art. 23. A Bandeira Nacional nunca se abate em continência".

Como se vê, a Lei n.º 5.700 é bastante minuciosa sobre a apresentação da Bandeira Nacional. Entretanto, para maior esclarecimento dos leitores, achamos conveniente acrescentar algumas observações:

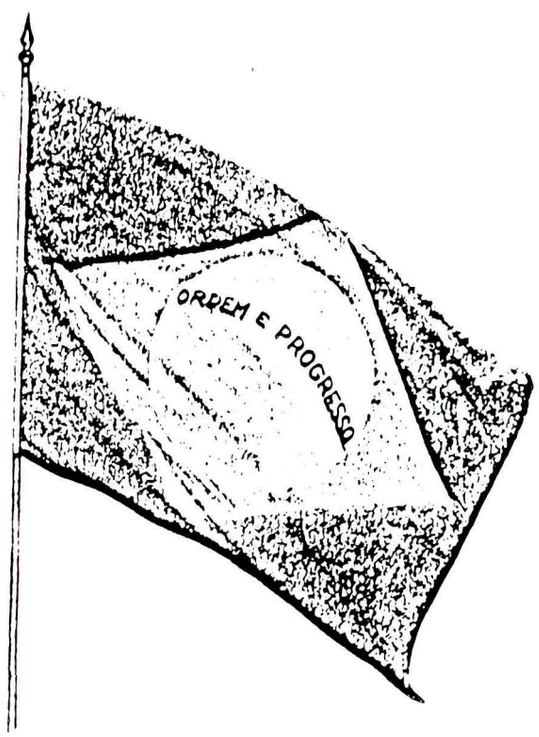
1) Alguns dos termos empregados no texto da lei devem ser definidos mais claramente. Esses termos são os seguintes:

Adriça (item I do art. 11 e art. 17) — Cabo ou corda utilizada nos navios para içar velas, flâmulas ou bandeiras.

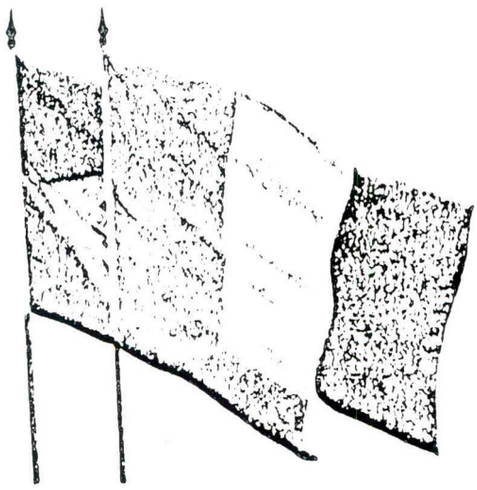
Panóplia (item IV do art. 11 e item I do art. 19) — Arranjo em que se cruzam diversas armas ou bandeiras.

Topo (art. 12) *ou tope* (art. 16 e art. 17) — A parte mais alta de um mastro.

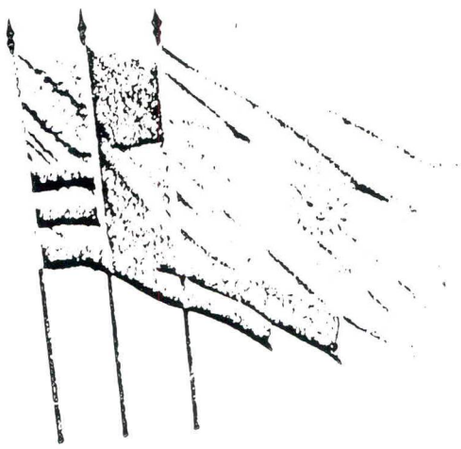
2) Para bem compreender a colocação correta da Bandeira Nacional, caso haja outras bandeiras a seu lado, os leitores devem reler o parágrafo único do art. 19. É importantíssimo saber que o lado *direito*, nesse caso, corresponde à direita de *quem hasteia* a bandeira, e não de *quem está de frente para ela*.



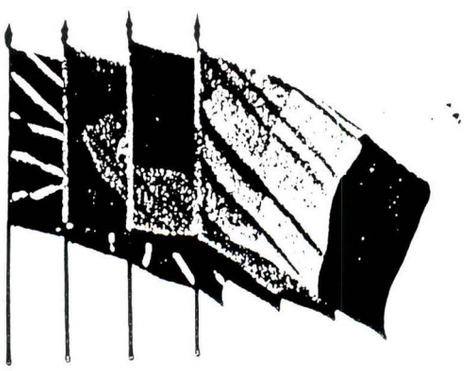
A Bandeira Nacional, em todas as apresentações no Território Brasileiro, ocupa o lugar de honra, isto é:



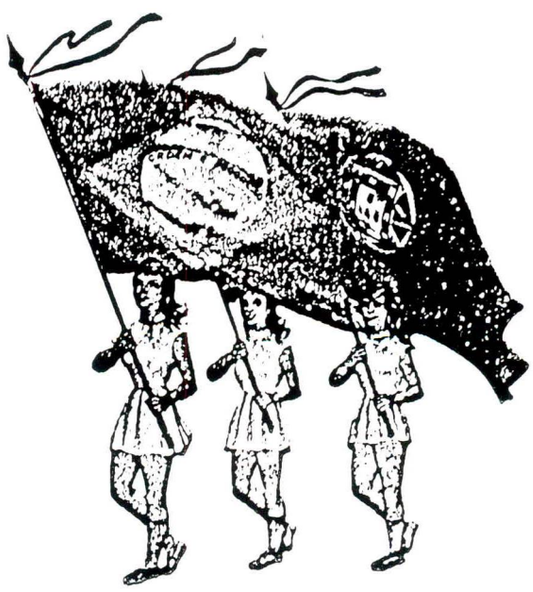
À direita, se houver bandeira de outra nação.



Ao centro, se figurarem diversas bandeiras, perfazendo número ímpar.



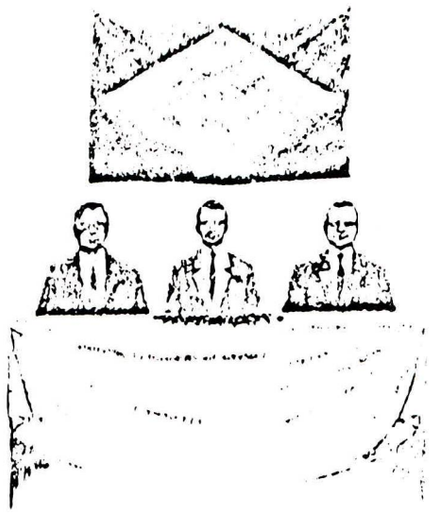
Em posição que mais se aproxime do centro e à direita deste se, figurando diversas bandeiras, a soma delas formar número par.



Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles.



Quando em panóplias, sobre escudos ou peças semelhantes, agrupando diversas bandeiras, ocupará o centro.



Quando distendida e sem mastro, coloca-se a Bandeira de modo que o lado maior fique na horizontal e a estrela isolada em cima, não podendo ser ocultada, mesmo parcialmente, por pessoas sentadas em suas imediações.

EXCELENTíSSIMO SENHOR PRESIDENTE

CONSULTA:

Consulta-nos Vossa Excelência sobre a interpretação a ser dada ao inciso XIV do artigo 3º da Lei Municipal nº2304 de 10 de maio de 1999 que "Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e dá outras providências".

Com efeito, o referido artigo 3º, ao tratar da formação do referido Conselho, no inciso XIV diz o seguinte:

" Profissionais de nível superior das áreas da construção civil, saúde, educação, ambiental, econômico, jurídico e agrícola".

Nessas condições, indaga-nos Vossa Excelência se os mencionados profissionais integrarão o Conselho pessoalmente ou representando as respectivas entidades de classe.

RESPOSTA:

1- Preliminarmente, cabe-nos esclarecer que os Conselhos de Participação Popular, entre os quais se insere o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano,têm fundamento constitucional no artigo 29, inciso XII da Constituição Federal, que, tratando dos preceitos obrigatórios a constarem das Leis Orgânicas Municipais, fala na "cooperação das associações representativas no planejamento Municipal."

Dois aspectos necessitam ser realçados no dispositivo em questão.

Em primeiro lugar, o caráter de cooperação, de participação e nunca deliberativo dos referidos Conselhos.

Em segundo, a exigência de os mesmos serem integrados por associações representativas e não individualmente por pessoas físicas.

2- De outro lado, a Lei Orgânica do Município de Ho-

lambra, ao dispor sobre a Politica de Desenvolvimento Urbano, no artigo 132, inciso I estabelece:

"Artigo 132 - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da politica do desenvolvimento e expansão urbana e deverá considerar a totalidade do território Municipal, assegurando:

I- a participação das respectivas entidades de classe e de moradores, no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, elaboração de planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

Portanto, mais uma vez a norma juridica diz que a participação popular no Planejamento Municipal, deve ocorrer através das "respectivas entidades de classe e de moradores"

3- Finalmente, a própria Lei Municipal nº304/99,no artigo 3º "caput" fala que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano "será formado por 1 representante de cada um dos órgãos e entidades", não mencionando pessoas fisicas.

Portanto,quando o seu inciso XIV diz " profissionais de nivel superior das áreas de construção civil, saúde, educação, ambiental, econômico, juridico e agricola, somente pode estar referindo-se a esses profissionais, indicados pelas respectivas entidades de classe, sob pena de total infringência a toda a legislação superior que disciplina a matéria e inobservância à mais elementar regra de hermenêutica que estabelece que um dispositivo nunca deve ser analisado isoladamente, mas sim dentro do sistema juridico ao qual pertence.

É o parecer.

DARCI FERNANDES PIMENTEL
Consultora Autônoma- Advogada - AOB/SP 17223

MODELOS



Secretário de Estado de Planejamento e Avaliação
Edward Amadeo
Setor Bancário Sul Quadra 1 Edifício do BNDES 16º andar
Brasília/DF – CEP. 70056-900
Telefone(s): (061) 315. 5008 e 318. 5203
Fax: (061) 315. 5109
E-mail: cecilia.pr.spa@ipea.gov.br

Secretário de Comércio Exterior
José Botafogo Gonçalves
Esplanada dos Ministérios Palácio do Planalto 4º andar sala 4
Brasília/DF – CEP. 70150-900
Telefone: (061) 411. 1452
Fax: (061) 226. 7052
E-mail: camex@planalto.gov.br

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano
Sérgio Cutolo
Praça dos Três Poderes Palácio do Planalto Anexo 1 Sala C-1
Brasília/DF – CEP. 70150-900
Telefone(s): (061) 411. 2128 e 411. 2327
Fax: (061) 411. 2124
E-mail: marialds@planalto.gov.br

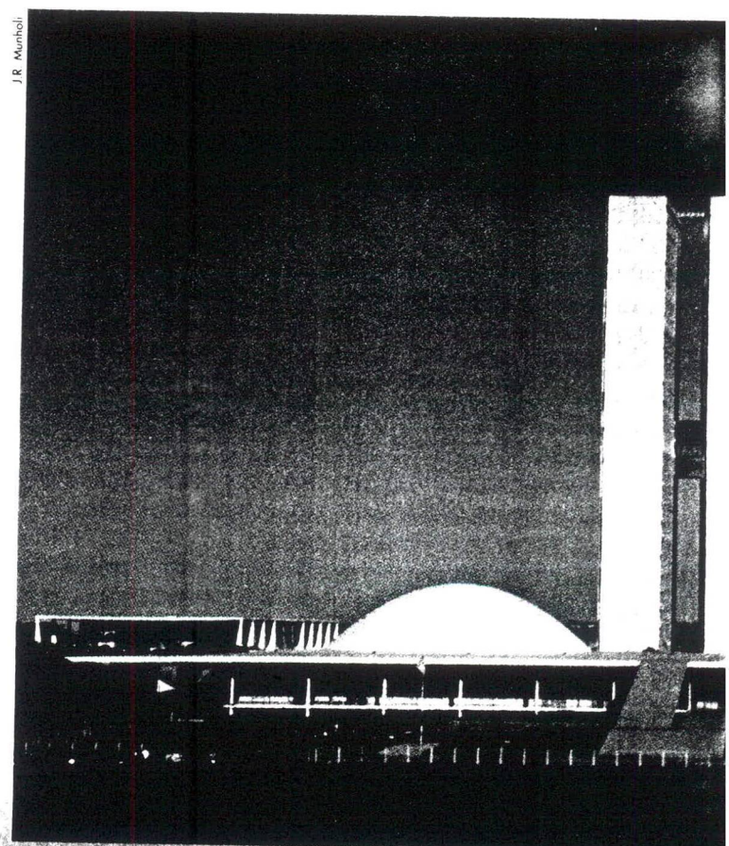
Senado Federal

Senador	Telefones	Fax
Ademir Andrade (PSB/PA)	311. 2101 e 311. 2105	226. 6842
Alberto Silva (PMDB/PI)	311. 3055 e 311. 3057	322. 0282
Álvaro Dias (PSDB/PR)	311. 3206 e 311. 3207	311. 1310
Amir Lando (PMDB/RO)	311. 1031 e 311. 1129	228. 3894
Anterro de Barros (PSDB/MT)	311. 1248 e 311. 1348	321. 9470
Antonio Carlos Magalhães (PFL/BA)	311. 2191 e 311. 2195	323. 5732
ntônio Carlos Valadares (PSB/SE)	311. 2201 e 225. 8515	323. 3052
.lindo Porto (PTB/MG)	311. 2321 e 311. 2327	323. 2537
Artur da Távola (PSDB/RJ)	311. 2431 e 226. 3488	323. 4199
Bello Parga (PFL/MA)	311. 3069 e 224. 7934	323. 3681
Bernardo Cabral (PFL/AM)	311. 2081 e 224. 2471	323. 4593
Carlos Bezerra (PMDB/MT)	311. 2291 e 224. 9834	323. 6251
Carlos Patrocínio (PFL/TO)	311. 4068 e 224. 4266	321. 5367
Carlos Wilson (PSDB/PE)	311. 2451 e 223. 2492	323. 5373
Casildo Maldaner (PMDB/SC)	311. 2141 e 224. 5884	323. 4063
Djalma Bessa (PFL/BA)	311. 2211 e 311. 2217	323. 4592
Djalma Falcão (PMDB/AL)	311. 2261 e 224. 4389	323. 2787
Edison Lobão (PFL/MA)	311. 2311 e 224. 1934	323. 2338
Eduardo Siqueira Campos (PFL/TO)	311. 4071 e 224. 4270	323. 4868
Eduardo Suplicy (PT/SP)	311. 3213 e 224. 9934	323. 6249
Emília Fernandes (PDT/RS)	311. 2331 e 223. 1549	323. 5994
Ernandes Amorim (PPB/RO)	311. 2251 e 224. 2853	323. 3308
Fernando Bezerra (PMDB/RN)	311. 2461 e 224. 6883	323. 5740
Francelino Pereira (PFL/MG)	311. 2411 e 311. 2417	323. 5469
Freitas Neto (PFL/PI)	311. 2131 e 311. 2137	323. 4070
eraldo Althoff (PFL/SC)	311. 2041 e 225. 1628	323. 5099
eraldo Cândido (PT/RJ)	311. 2171 e 226. 3245	323. 2529
Geraldo Melo (PSDB/RN)	311. 3010 a 311. 3013	311. 1080
Gerson Camata (PMDB/ES)	311. 3203 e 224. 9853	323. 6495
Gilberto Mestrinho (PMDB/AM)	311. 3104 e 311. 3106	323. 4727
Gilvam Borges (PMDB/AP)	311. 2151 e 311. 2157	323. 4197
Heloísa Helena (PT/AL)	311. 3197 e 311. 3199	323. 3827
Hugo Napoleão (PFL/PI)	311. 3085 e 224. 1953	323. 4726
Iris Rezende (PMDB/GO)	311. 2032 e 311. 2039	323. 6126
Jader Barbalho (PMDB/PA)	311. 2441 e 311. 2447	323. 3429
Jefferson Péres (PDT/AM)	311. 2061 e 224. 8834	323. 3189
João Alberto (PMDB/MA)	311. 4073 e 224. 4280	323. 5256
Jonas Pinheiro (PFL/MT)	311. 2271 e 224. 7884	323. 2931
Jorge Bornhausen (PFL/SC)	311. 4200 e 311. 4206	323. 5470
José Agripino (PFL/RN)	311. 2361 e 223. 0313	323. 5995
José Alencar (PDT/MG)	311. 4018 e 311. 4621	321. 9589

Senador	Telefones	Fax
José Eduardo Dutra (PT/SE)	311. 2391 e 226. 8917	323. 3053
José Fogaça (PMDB/RS)	311. 1207 e 311. 1607	223. 5470
José Jorge (PFL/PE)	311. 3245 e 311. 3246	323. 6494
José Roberto Arruda (PSDB/DF)	311. 2011 e 224. 4934	323. 3826
José Sarney (PMDB/AP)	311. 3430 e 224. 4149	311. 1605
Juvêncio da Fonseca (PMDB/MS)	311. 1128 e 311. 1228	323. 2786
Lauro Campos (PT/DF)	311. 2341 e 224. 2934	323. 2329
Leomar Quintanilha (PPB/TO)	311. 2071 e 225. 5802	323. 3188
Lúcio Alcântara (PSDB/CE)	311. 2301 e 311. 2307	323. 5372
Lúdio Coelho (PSDB/MS)	311. 2381 e 223. 3019	323. 2669
Luiz Estevão (PMDB/DF)	311. 4064 e 311. 4065	311. 1136
Luiz Otávio (PPB/PA)	311. 3050 e 311. 3051	323. 4346
Luiz Pontes (PSDB/CE)	311. 3242 e 311. 3243	323. 5067
Luzia Toledo (PSDB/ES)	311. 2022 e 311. 2024	323. 5625
Maguito Vilela (PMDB/GO)	311. 3149 e 311. 3150	323. 5236
Maria do Carmo (PFL/SE)	311. 4055 e 224. 8208	225. 2000
Marina Silva (PT/AC)	311. 2181 e 311. 2187	323. 4969
Marluce Pinto (PMDB/RR)	311. 1301 e 224. 1953	225. 7441
Mauro Miranda (PMDB/GO)	311. 2091 e 311. 2097	323. 5256
Moreira Mendes (PFL/RO)	311. 2231 e 311. 2237	323. 3938
Mozarildo Cavalcante (PFL/RR)	311. 1160 e 311. 4078	323. 5098
Nabor Júnior (PMDB/AC)	311. 3227 e 311. 3229	323. 2659
Ney Suassuna (PMDB/PB)	311. 4345 e 224. 6997	323. 2930
Osmar Dias (PSDB/PR)	311. 2121 e 226. 4638	323. 5238
Paulo Hartung (PSDB/ES)	311. 1129 e 224. 7434	321. 7333
Paulo Souto (PFL/BA)	311. 3173 e 311. 3175	323. 4979
Pedro Piva (PSDB/SP)	311. 2351 e 224. 8903	323. 4448
Pedro Simon (PMDB/RS)	311. 3230 e 226. 4693	311. 1018
Ramez Tebet (PMDB/MS)	311. 2221 e 224. 0953	323. 3299
Roberto Freire (PPS/PE)	311. 2161 e 224. 7834	323. 6389
Roberto Requião (PMDB/PR)	311. 2401 e 224. 8262	323. 4198
Romero Jucá (PFL/RR)	311. 2111 e 226. 3032	323. 2398
Romeu Tuma (PFL/SP)	311. 2051 e 224. 3853	323. 5859
Ronaldo Cunha Lima (PMDB/PB)	311. 3018 e 311. 4482	311. 1088
Saturnino Braga (PSB/RJ)	311. 4229 e 311. 4230	323. 4340
Sebastião Rocha (PDT/AP)	311. 2241 e 223. 0315	323. 4864
Sérgio Machado (PSDB/CE)	311. 2281 e 224. 9903	311. 4830
Teotônio Vilela Filho (PSDB/AL)	311. 4093 e 223. 5100	323. 3571
Tião Viana (PT/AC)	311. 3038 e 311. 3493	323. 3309
Wellington Roberto (PMDB/PB)	311. 3194 e 311. 3195	323. 3937

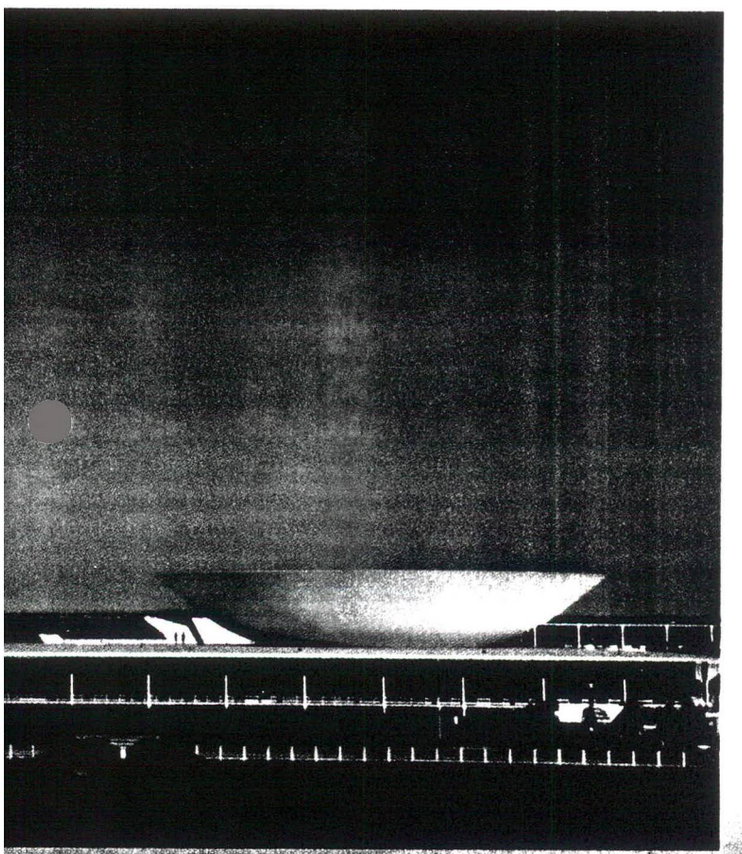
Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Abelardo Lupion (PFL/PR)	352	4	318. 5352	318. 2352
Adão Pretto (PT/RS)	271	3	318. 5271	318. 2271
Adauto Pereira (PFL/PB)	221	4	318. 5221	318. 2221
Ademir Lucas (PSDB/MG)	586	3	318. 5586	318. 2586
Adolfo Marinho (PSDB/CE)	280	3	318. 5280	318. 2280
Aécio Neves (PSDB/MG)	648	4	318. 5648	318. 2648
Affonso Camargo (PFL/PR)	233	4	318. 5233	318. 2233
Agnaldo Muniz (PDT/RO)	833	4	318. 5833	318. 2833
Agnelo Queiroz (PCdoB/DF)	379	3	318. 5379	318. 2379
Airton Cascavel (PPB/RR)	909	4	318. 5909	318. 2909
Airton Dipp (PDT/RS)	556	4	318. 5556	318. 2556
Airton Roveda (PDT/PR)	305	4	318. 5305	318. 2305
Alberico Cordeiro (PTB/AL)	632	4	318. 5632	318. 2632
Alberico Filho (PMDB/MA)	740	4	318. 5740	318. 2740
Alberto Goldman (PSDB/SP)	324	4	318. 5324	318. 2324
Alberto Mourão (PMDB/SP)	478	3	318. 5478	318. 2478
Alceste Almeida (PMDB/RR)	902	4	318. 5902	318. 2902
Alceu Collares (PDT/RS)	807	4	318. 5807	318. 2807
Alcione Athayde (PPB/RJ)	512	4	318. 5512	318. 2512
Aldir Cabral (PFL/RJ)	904	4	318. 5904	318. 2904
Aldo Rebelo (PCdoB/SP)	924	4	318. 5924	318. 2924
Alexandre Santos (PSDB/RJ)	302	4	318. 5302	318. 2302
Almeida de Jesus (PL/CE)	613	4	318. 5613	318. 2613
Almerinda de Carvalho (PFL/RJ)	936	4	318. 5936	318. 2936
Almir Sá (PPB/RR)	238	4	318. 5238	318. 2238
Aloizio Mercadante (PT/SP)	825	4	318. 5825	318. 2825
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	626	4	318. 5626	318. 2626
Ana Catarina (PMDB/RN)	213	4	318. 5213	318. 2213
André Benassi (PSDB/SP)	521	4	318. 5521	318. 2521
Angela Guadagnin (PT/SP)	285	3	318. 5285	318. 2285
Anibal Gomes (PSDB/CE)	731	4	318. 5731	318. 2731
Anivaldo Vale (PSDB/PA)	570	3	318. 5570	318. 2570
Antonio Cambraia (PMDB/CE)	658	4	318. 5658	318. 2658
Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ)	565	3	318. 5565	318. 2565
Antonio Carlos K. Reis (PFL/SC)	325	4	318. 5325	318. 2325
Antonio C. Pannunzio (PSDB/SP)	225	4	318. 5225	318. 2225
Antonio do Valle (PMDB/MG)	503	4	318. 5503	318. 2503
Antonio Feijão (PSDB/AP)	738	4	318. 5738	318. 2738
Antonio Geraldo (PFL/PE)	423	4	318. 5423	318. 2423
Antonio J. Araujo (PPB/MA)	202	4	318. 5202	318. 2822
Antonio Jorge (PFL/TO)	631	4	318. 5631	318. 2631
Antonio Kandir (PSDB/SP)	656	4	318. 5656	318. 2656
Antonio Palocci (PT/SP)	715	4	318. 5715	318. 2715
Aracely de Paula (PFL/MG)	201	4	318. 5201	318. 2201
Ariosto Holanda (PSDB/CE)	536	4	318. 5536	318. 2536
Arlindo Chinaglia (PT/SP)	706	4	318. 5706	318. 2706

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Armando Abilio (PMDB/PB)	805	4	318. 5805	318. 2805
Armando Monteiro (PMDB/PE)	434	4	318. 5434	318. 2434
Arnaldo Faria de Sá (PPB/SP)	929	4	318. 5929	318. 2929
Arnaldo Madeira (PSDB/SP)	727	4	318. 5727	318. 2727
Arnon Bezerra (PSDB/CE)	413	4	318. 5413	318. 2413
Arolde de Oliveira (PFL/RJ)	917	4	318. 5917	318. 2917
Aroldo Cedraz (PFL/BA)	312	4	318. 5312	318. 2312
Arthur Virgílio (PSDB/AM)	931	4	318. 5931	318. 2931
Ary Kara (PPB/SP)	817	4	318. 5817	318. 2817
Átila Lins (PFL/AM)	730	4	318. 5730	318. 2730
Átila Lira (PFL/PI)	640	4	318. 5640	318. 2640
Augusto Farias (PFL/AL)	229	4	318. 5229	318. 2229
Augusto Franco (PSDB/SE)	421	4	318. 5421	318. 2421
Augusto Nardes (PPB/RS)	530	4	318. 5530	318. 2530
Avenzoar Arruda (PT/PB)	442	4	318. 5442	318. 2442
Ayrton Xerez (PSDB/RJ)	533	4	318. 5533	318. 2533
B. Sá (PSDB/PI)	643	4	318. 5643	318. 2643
Babá (PT/PA)	480	3	318. 5480	318. 2480
Badu Picanco (PSDB/AP)	733	4	318. 5733	318. 2733
Barbosa Neto (PMDB/GO)	736	4	318. 5736	318. 2736



J.R. Munholi

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Basílio Villani (PSDB/PR)	634	4	318. 5634	318. 2634
Benedito Dias (PFL/AP)	574	3	318. 5574	318. 2574
Ben-Hur Ferreira (PT/MS)	576	3	318. 5576	318. 2576
Betinho Rosado (PFL/RN)	558	4	318. 5558	318. 2558
Bispo Rodrigues (PL/RJ)	737	4	318. 5737	318. 2737
Bispo Wanderval (PL/SP)	348	4	318. 5348	318. 2348
Bonifácio Andrada (PSDB/MG	235	4	318. 5235	318. 2235
Cabo Júlio (PL/MG)	327	4	318. 5327	318. 2327
Caio Riela (PTB/RS)	705	4	318. 5705	318. 2705
Carlito Merss (PT/SC)	273	3	318. 5273	318. 2273
Carlos Batata (PSDB/PE)	334	4	318. 5334	318. 2334
Carlos Dunga (PMDB/PB)	236	4	318. 5236	318. 2236
Carlos Melles (PFL/MG)	243	4	318. 5243	318. 2243
Carlos Mosconi (PSDB/MG)	248	4	318. 5248	318. 2248
Carlos Santana (PT/RJ)	382	3	318. 5382	318. 2382
Celcita Pinheiro (PFL/MT)	528	4	318. 5528	318. 2528
Celso Giglio (PTB/SP)	823	4	318. 5823	318. 2823
Celso Jacob (PDT/RJ)	944	4	318. 5944	318. 2944
Celso Russomanno (PPB/SP)	756	4	318. 5756	318. 2756
César Bandeira (PFL/MA)	502	4	318. 5502	318. 2502
Cézar Schirmer (PMDB/RS)	228	4	318. 5228	318. 2228
Chico da Princesa (PTB/PR)	633	4	318. 5633	318. 2633



Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Chiquinho Feitosa (PSDB/CE)	708	4	318. 5708	318. 2708
Ciro Nogueira (PFL/PI)	619	4	318. 5619	318. 2619
Claudio Cajado (PFL/BA)	630	4	318. 5630	318. 2630
Clementino Coelho (PSB/PE)	537	4	318. 5537	318. 2537
Cleonâncio Fonseca (PMDB/SE)	824	4	318. 5824	318. 2824
Cleuber Carneiro (PFL/MG)	531	4	318. 5531	318. 2531
Confúcio Moura (PMDB/RO)	573	3	318. 5573	318. 2573
Corauci Sobrinho (PFL/SP)	460	4	318. 5460	318. 2460
Coriolano Sales (PDT/BA)	832	4	318. 5832	318. 2832
Coronel Garcia (PSDB/RJ)	432	4	318. 5432	318. 2432
Costa Ferreira (PFL/MA)	852	4	318. 5852	318. 2852
Cunha Bueno (PPB/SP)	520	4	318. 5520	318. 2520
Custódio Mattos (PSDB/MG)	417	4	318. 5417	318. 2417
Damião Feliciano (PTB/PB)	716	4	318. 5716	318. 2716
Danilo de Castro (PSDB/MG)	862	4	318. 5862	318. 2862
Darci Coelho (PFL/TO)	309	4	318. 5309	318. 2309
Darcisio Perondi (PMDB/RS)	518	4	318. 5518	318. 2518
De Velasco (PST/SP)	354	4	318. 5354	318. 2354
Delfim Netto (PPB/SP)	511	4	318. 5511	318. 2511
Deusdeth Pantoja (PFL/PA)	854	4	318. 5854	318. 2854
Dilceu Sperafico (PPB/PR)	746	4	318. 5746	318. 2746
Dino Fernandes (PSDB/RJ)	544	4	318. 5544	318. 2544
Djalma Paes (PSB/PE)	915	4	318. 5915	318. 2915
Domiciano Cabral (PMDB/PB)	605	4	318. 5605	318. 2605
Dr. Heleno (PSDB/RJ)	628	4	318. 5628	318. 2628
Dra. Rosinha (PT/PR)	474	3	318. 5474	318. 2474
Duilio Pisaneschi (PTB/SP)	940	4	318. 5940	318. 2940
Éber Silva (PDT/RJ)	435	4	318. 5435	318. 2435
Edinho Araújo (PMDB/SP)	323	4	318. 5323	318. 2323
Edinho Bez (PMDB/SC)	703	4	318. 5703	318. 2703
Edison Andrino (PMDB/SC)	639	4	318. 5639	318. 2639
Edmar Moreira (PPB/MG)	606	4	318. 5606	318. 2606
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	540	4	318. 5540	318. 2540
Eduardo Campos (PSB/PE)	846	4	318. 5846	318. 2846
Eduardo Jorge (PT/SP)	371	3	318. 5371	318. 2371
Eduardo Paes (PFL/RJ)	742	4	318. 5742	318. 2742
Eduardo Seabra (PTB/AP)	303	4	318. 5303	318. 2303
Efraim Morais (PFL/PB)	638	4	318. 5638	318. 2638
Elcione Barbalho (PMDB/PA)	919	4	318. 5919	318. 2919
Eliseu Moura (PL/MA)	217	4	318. 5217	318. 2217
Eliseu Resende (PFL/MG)	204	4	318. 5204	318. 2204
Elton Rohnelt (PFL/SP)	739	4	318. 5739	318. 2739
Emerson Kapaz (PSDB/SP)	222	4	318. 5222	318. 2222
Enio Bacci (PDT/RS)	930	4	318. 5930	318. 2930
Enivaldo Ribeiro (PPB/PB)	840	4	318. 5840	318. 2840
Esther Grossi (PT/RS)	952	4	318. 5952	318. 2952
Eujácio Simões (PL/BA)	569	3	318. 5569	318. 2569
Euler Morais (PMDB/GO)	803	4	318. 5803	318. 2803

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Eunicio Oliveira (PMDB/CE)	441	4	318. 5441	318. 2441
Eurico Miranda (PPB/RJ)	420	4	318. 5420	318. 2420
Eurípedes Miranda (PDT/RO)	252	4	318. 5252	318. 2252
Evandro Milhomen (PSB/AP)	571	3	318. 5571	318. 2571
Evilasio Farias (PSB/SP)	454	4	318. 5454	318. 2454
Expedito Júnior (PFL/RO)	240	4	318. 5240	318. 2240
Fátima Pelaes (PSDB/AP)	203	4	318. 5203	318. 2203
Félix Mendonça (PTB/BA)	912	4	318. 5912	318. 2912
Fernando Coruja (PDT/SC)	245	4	318. 5245	318. 2245
Fernando Diniz (PMDB/MG)	307	4	318. 5307	318. 2307
Fernando Ferro (PT/PE)	427	4	318. 5427	318. 2427
Fernando Gabeira (PV/RJ)	374	3	318. 5374	318. 2374
Fernando Gonçalves (PTB/RJ)	256	4	318. 5256	318. 2256
Fernando Marroni (PT/RS)	585	3	318. 5585	318. 2585
Fernando Zuppo (PDT/SP)	743	4	318. 5743	318. 2743
Fetter Júnior (PPB/RS)	316	4	318. 5316	318. 2316
Feu Rosa (PSDB/ES)	960	4	318. 5960	318. 2960
Flávio Arns (PSDB/PR)	850	4	318. 5850	318. 2850
Flávio Derzi (PMDB/MS)	934	4	318. 5934	318. 2934
Fonseca Jr. (PFL/ES)	322	4	318. 5322	318. 2322
Francisco Coelho (PFL/MA)	525	4	318. 5525	318. 2525
Francisco Garcia (PFL/AM)	839	4	318. 5839	318. 2839
Francisco Rodrigues (PFL/RR)	304	4	318. 5304	318. 2304
Francistonio Pinto (PMDB/BA)	830	4	318. 5830	318. 2830
Franco Montoro (PSDB/SP)	411	4	318. 5411	318. 2411
Freire Júnior (PMDB/TO)	601	4	318. 5601	318. 2601
Gastão Vieira (PMDB/MA)	554	4	318. 5554	318. 2554
Geddel Vieira Lima (PMDB/BA)	612	4	318. 5612	318. 2612
Geovan Freitas (PMDB/GO)	580	3	318. 5580	318. 2580
Geraldo Magela (PT/DF)	479	3	318. 5479	318. 2479
Geraldo Simões (PT/BA)	954	4	318. 5954	318. 2954
Germano Rigotto (PMDB/RS)	838	4	318. 5838	318. 2838
Gerson Gabrielli (PFL/BA)	439	4	318. 5439	318. 2439
Gerson Peres (PPB/PA)	330	4	318. 5330	318. 2330
Gervásio Silva (PFL/SC)	418	4	318. 5418	318. 2418
Gilberto Kassab (PFL/SP)	828	4	318. 5828	318. 2828
Gilmar Machado (PT/MG)	587	3	318. 5587	318. 2587
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	534	4	318. 5534	318. 2534
Givaldo Carimbão (PSB/AL)	732	4	318. 5732	318. 2732
Glycon Terra Pinto (PL/MG)	329	4	318. 5329	318. 2329
Gonzaga Patriota (PSB/PE)	430	4	318. 5430	318. 2430
Gustavo Fruet (PMDB/PR)	821	4	318. 5821	318. 2821
Haroldo Lima (PCdoB/BA)	456	4	318. 5456	318. 2456
Hélio Costa (PMDB/MG)	206	4	318. 5206	318. 2206
Hélio Santos (PDT/SP)	734	4	318. 5734	318. 2734
Henrique E. Alves (PMDB/RN)	539	4	318. 5539	318. 2539
Henrique Fontana (PT/RS)	385	3	318. 5385	318. 2385
Heráclito Fortes (PFL/PI)	414	4	318. 5414	318. 2414
Herculano Anghinetti (PPB/MG)	241	4	318. 5241	318. 2241
Hermes Parcianello (PMDB/PR)	234	4	318. 5234	318. 2234
Hildebrando Pascoal (PFL/AC)	368	3	318. 5368	318. 2368
Hugo Biehl (PPB/SC)	332	4	318. 5332	318. 2332
Iara Bernardi (PT/SP)	360	4	318. 5360	318. 2360
Ibere Ferreira (PPB/RN)	609	4	318. 5609	318. 2609
Ibrahim Abi-Ackel (PPB/MG)	319	4	318. 5319	318. 2319
Iedio Rosa (PMDB/RJ)	266	3	318. 5266	318. 2266
Igor Avelino (PMDB/TO)	466	3	318. 5466	318. 2466
Ildefonso Cordeiro (PFL/AC)	231	4	318. 5231	318. 2231
Inácio Arruda (PCdoB/CE)	582	3	318. 5582	318. 2582
Inaldo Leitão (PMDB/PB)	938	4	318-5938	318. 2938
Inocêncio Oliveira (PFL/PE)	928	4	318. 5928	318. 2928
Íris Simões (PTB/PR)	948	4	318. 5948	318. 2948
Ivan Paixão (PPS/SE)	216	4	318. 5216	318 2216
Ivanio Guerra (PFL/PR)	428	4	318. 5428	318. 2428
Jaime Fernandes (PFL/BA)	906	4	318. 5906	318. 2906
Jaime Martins (PFL/MG)	333	4	318. 5333	318. 2333
Jair Bolsonaro (PPB/RJ)	482	3	318. 5482	318. 2482
Jair Meneguelli (PT/SP)	358	4	318. 5358	318. 2358
Jairo Azi (PFL/BA)	422	4	318. 5422	318. 2422
Jairo Carneiro (PFL/BA)	284	3	318. 5284	318. 2284
Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	443	4	318. 5443	318. 2443
Jaques Wagner (PT/BA)	469	3	318. 5469	318. 2469
João Almeida (PSDB/BA)	652	4	318. 5652	318. 2652
João Caldas (PMN/AL)	501	4	318. 5501	318. 2501
João Castelo (PSDB/MA)	654	4	318. 5654	318. 2654
João Colaço (PMDB/PE)	419	4	318. 5419	318. 2419
João Coser (PT/ES)	514	4	318. 5514	318. 2514
João Fassarella (PT/MG)	283	3	318. 5283	318. 2283
João Grandão (PT/MS)	484	3	318. 5484	318. 2484
João Henrique (PMDB/PI)	617	4	318. 5617	318. 2617
João Herrmann Neto (PPS/SP)	637	4	318. 5637	318. 2637
João Leão (PSDB/BA)	320	4	318. 5320	318. 2320
João Magalhães (PMDB/MG)	211	4	318. 5211	318. 2211
João Magno (PT/MG)	911	4	318. 5911	318. 2911
João Matos (PMDB/SC)	672	3	318. 5672	318. 2672
João Mendes (PPB/RJ)	831	4	318. 5831	318. 2831
João Paulo (PT/SP)	579	3	318. 5579	318. 2579
João Pizzolatti (PPB/SC)	258	4	318. 5258	318. 2258
João Ribeiro (PFL/TO)	339	4	318. 5339	318. 2339
João Sampaio (PDT/RJ)	950	4	318. 5950	318. 2950
João Tota (PPB/AC)	244	4	318. 5244	318. 2244
Joaquim Francisco (PFL/PE)	425	4	318. 5425	318. 2425
Joel de Holanda (PFL/TO)	408	4	318. 5408	318. 2408
Jofran Frejat (PPB/DF)	321	4	318. 5321	318. 2321
Jonival Lucas Júnior (PPB/BA)	815	4	318. 5815	318. 2815
Jorge Alberto (PMDB/SE)	723	4	318. 5723	318. 2723




Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Jorge Costa (PMDB/PA)	410	4	318. 5410	318. 2410
Jorge Khoury (PFL/BA)	827	4	318. 5827	318. 2827
Jorge Tadeu Mudalen (PPB/SP)	552	4	318. 5552	318. 2552
Jorge Wilson (PMDB/RJ)	942	4	318. 5942	318. 2942
José Antônio (PSB/MA)	710	4	318. 5710	318. 2710
José Borba (PTB/PR)	616	4	318. 5616	318. 2616
José Carlos Aleluia (PFL/BA)	856	4	318. 5856	318. 2856
José Carlos Coutinho (PFL/RJ)	843	4	318. 5843	318. 2843
José Carlos Elias (PTB/ES)	230	4	318. 5230	318. 2230
José Carlos Martinez (PTB/PR)	513	4	318. 5513	318. 2513
José Carlos Vieira (PFL/SC)	713	4	318. 5713	318. 2713
José Chaves (PMDB/PE)	436	4	318. 5436	318. 2436
José de Abreu (PSDB/SP)	331	4	318. 5331	318. 2331
José Dirceu (PT/SP)	627	4	318. 5627	318. 2627
José Genoino (PT/SP)	270	3	318. 5270	318. 2270
José Janene (PPB/PR)	608	4	318. 5608	318. 2608
José Linhares (PPB/CE)	860	4	318. 5860	318. 2860
;é Lourenço (PFL/BA)	313	4	318. 5313	318. 2313
José Machado (PT/SP)	276	3	318. 5276	318. 2276
José Melo (PFL/AM)	515	4	318. 5515	318. 2515
José Mendonça Bezerra (PFL/PE)	314	4	318. 5314	318. 2314
José Militão (PSDB/MG)	402	4	318. 5402	318. 2402
José Múcio Monteiro (PFL/PE)	458	4	318. 5458	318. 2458
José Pimentel (PT/CE)	281	3	318. 5281	318. 2281
José Priante (PMDB/PA)	752	4	318. 5752	318. 2752
José Roberto Batocchio (PDT/SP)	728	4	318. 5728	318. 2728
José Rocha (PFL/BA)	908	4	318. 5908	318. 2908
José Ronaldo (PFL/BA)	472	3	318. 5472	318. 2472
José Teles (PPB/SE)	438	4	318. 5438	318. 2438
José Thomaz Nono (PSDB/AL)	812	4	318. 5812	318. 2812
Josue Bengtson (PTB/PA)	584	3	318. 5584	318. 2584
Jovair Arantes (PSDB/GO)	504	4	318. 5504	318. 2504
Julio Redecker (PPB/RS)	621	4	318. 5621	318. 2621
Júlio Semeghini (PSDB/SP)	242	4	318. 5242	318. 2242
'quinha (PMDB/GO)	335	4	318. 5335	318. 2335
randil Juarez (PMDB/AP)	383	3	318. 5383	318. 2383
Jutahy Júnior (PSDB/BA)	407	4	318. 5407	318. 2407
Lael Varella (PFL/MG)	721	4	318. 5721	318. 2721
Laire Rosado (PMDB/RN)	650	4	318. 5650	318. 2650
Lamartine Posella (PPB/SP)	848	4	318. 5848	318. 2848
Laura Carneiro (PFL/RJ)	516	4	318. 5516	318. 2516
Lavoisier Maia (PFL/RN)	575	3	318. 5575	318. 2575
Leo Alcantara (PSDB/CE)	726	4	318. 5726	318. 2726
Leur Lomanto (PFL/BA)	927	4	318. 5927	318. 2927
Lidia Quinan (PMDB/GO)	223	4	318. 5223	318. 2223
Lincoln Portela (PST/MG)	615	4	318. 5615	318. 2615
Lino Rossi (PSDB/MT)	524	4	318. 5524	318. 2524
Luci Choinacki (PT/SC)	282	3	318. 5282	318. 2282
Lucia Vania (PSDB/GO)	440	4	318. 5440	318. 2440
Luciano Bivar (PSL/PE)	717	4	318. 5717	318. 2717
Luciano Castro (PSDB/RR)	401	4	318. 5401	318. 2401
Luciano Pizzatto (PFL/PR)	541	4	318. 5541	318. 2541
Luis Barbosa (PFL/RR)	340	4	318. 5340	318. 2340
Luis Carlos Heinze (PPB/RS)	526	4	318. 5526	318. 2526
Luis Eduardo (PSDB/RJ)	517	4	318. 5517	318. 2517
Luiz Antônio Fleury (PTB/SP)	945	4	318. 5945	318. 2945
Luiz Antônio Medeiros (PFL/SP)	946	4	318. 5946	318. 2946
Luiz Bittencourt (PMDB/GO)	844	4	318. 5844	318. 2844
Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	701	4	318. 5701	318. 2701
Luiz Dantas (PSD/AL)	416	4	318. 5416	318. 2416
Luiz Fernando (PPB/AM)	943	4	318. 5943	318. 2943
Luiz Mainardi (PT/RS)	369	3	318. 5369	318. 2369
Luiz Moreira (PFL/BA)	729	4	318. 5729	318. 2729
Luiz Piauhylino (PSDB/PE)	224	4	318. 5224	318. 2224
Luiz Ribeiro (PSDB/RJ)	583	3	318. 5583	318. 2583
Luiz Salomão (PDT/RJ)	714	4	318. 5714	318. 2714
Luiz Sérgio (PT/RJ)	265	3	318. 5265	318. 2265
Luiza Erundina (PSB/SP)	620	4	318. 5620	318. 2620
Magno Malta (PTB/ES)	341	4	318. 5341	318. 2341
Maluly Netto (PFL/SP)	219	4	318. 5219	318. 2219
Manoel Castro (PFL/BA)	760	4	318. 5760	318. 2760
Manoel Salviano (PSDB/CE)	923	4	318. 5923	318. 2923
Marçal Filho (PMDB/MS)	646	4	318. 5646	318. 2646
Marcelo Barbieri (PMDB/SP)	910	4	318. 5910	318. 2910
Marcelo Castro (PMDB/PI)	811	4	318. 5811	318. 2811
Marcelo Déda (PT/SE)	625	4	318. 5625	318. 2625
Marcelo Teixeira (PMDB/CE)	210	4	318. 5210	318. 2210
Marcio Bittar (PMDB/AC)	343	4	318. 5343	318. 2343
Marcio Fortes (PSDB/RJ)	246	4	318. 5246	318. 2246
Marcio Matos (PT/PR)	577	3	318. 5577	318. 2577
Marcio R. Moreira (PPB/MG)	819	4	318. 5819	318. 2819
Marcondes Gadelha (PFL/PB)	901	4	318. 5901	318. 2901
Marcos Afonso (PT/AC)	366	3	318. 5366	318. 2366
Marcos Cintra (PL/SP)	720	4	318. 5720	318. 2720
Marcos de Jesus (PST/PE)	745	4	318. 5745	318. 2745
Marcos Lima (PMDB/MG)	841	4	318. 5841	318. 2841
Marcos Rolim (PT/RS)	277	3	318. 5277	318. 2277
Marcus Vicente (PSDB/ES)	362	4	318. 5362	318. 2362
Maria Abadia (PSDB/DF)	562	4	318. 5562	318. 2562
Maria do Carmo Lara (PT/MG)	373	3	318. 5373	318. 2373
Maria Elvira (PMDB/MG)	350	4	318. 5350	318. 2350
Maria Lúcia (PMDB/MG)	220	4	318. 5220	318. 2220
Marinha Raupp (PSDB/RO)	614	4	318. 5614	318. 2614
Mário de Oliveira (PMDB/MG)	381	3	318. 5381	318. 2381
Mário Negromonte (PSDB/BA)	345	4	318. 5345	318. 2345
Marisa Serrano (PSDB/MS)	237	4	318. 5237	318. 2237

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Mattos Nascimento (PMDB/RJ)	315	4	318. 5315	318. 2315
Mauro Fecury (PFL/MA)	935	4	318. 5935	318. 2935
Max Mauro (PTB/ES)	476	3	318. 5476	318. 2476
Max Rosenmann (PSDB/PR)	758	4	318. 5758	318. 2758
Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS)	212	4	318. 5212	318. 2212
Michel Temer (PMDB/SP)	14	2	318. 5964	318. 2964
Milton Monti (PMDB/SP)	328	4	318. 5328	318. 2328
Milton Temer (PT/RJ)	232	4	318. 5232	318. 2232
Miro Teixeira (PDT/RJ)	272	3	318. 5272	318. 2272
Moacir Micheletto (PMDB/PR)	481	3	318. 5481	318. 2481
Moreira Ferreira (PFL/SP)	858	4	318. 5858	318. 2858
Moroni Torgan (PSDB/CE)	445	4	318. 5445	318. 2445
Mucio Sá (PMDB/RN)	535	4	318. 5535	318. 2535
Murilo Domingos (PTB/MT)	722	4	318. 5722	318. 2722
Mussa Demes (PFL/PI)	712	4	318. 5712	318. 2712
Nair Xavier Lobo (PMDB/GO)	941	4	318. 5941	318. 2941
Narcio Rodrigues (PSDB/MG)	431	4	318. 5431	318. 2431
Neiva Moreira (PDT/MA)	826	4	318. 5826	318. 2826
Nelo Rodolfo (PPB/SP)	660	4	318. 5660	318. 2660
Nelson Marchezan (PSDB/RS)	13	2	318. 5963	318. 2963
Nelson Marquezelli (PTB/SP)	920	4	318. 5920	318. 2920
Nelson Meurer (PPB/PR)	916	4	318. 5916	318. 2916
Nelson Pellegrino (PT/BA)	671	3	318. 5671	318. 2671
Nelson Proença (PMDB/RS)	804	4	318. 5804	318. 2804
Nelson Trad (PTB/MS)	452	4	318. 5452	318. 2452
Neuton Lima (PDT/SP)	509	4	318. 5509	318. 2509
Ney Lopes (PFL/RN)	326	4	318. 5326	318. 2326
Nice Lobão (PFL/MA)	215	4	318. 5215	318. 2215
Nicias Ribeiro (PSDB/PA)	278	3	318. 5278	318. 2278
Nilmario Miranda (PT/MG)	275	3	318. 5275	318. 2275
Nilo Coelho (PSDB/BA)	336	4	318. 5336	318. 2336
Nilson Mourão (PT/AC)	376	3	318. 5376	318. 2376
Nilson Pinto (PSDB/PA)	527	4	318. 5527	318. 2527
Nilton Baiano (PPB/ES)	618	4	318. 5618	318. 2618
Nilton Capixaba (PTB/RO)	318	4	318. 5318	318. 2318
Norberto Teixeira (PMDB/GO)	645	4	318. 5645	318. 2645
Odelmo Leão (PPB/MG)	545	4	318. 5545	318. 2545
Odílio Balbinotti (PSDB/PR)	604	4	318. 5604	318. 2604
Olavo Calheiros (PMDB/AL)	907	4	318. 5907	318. 2907
Olímpio Pires (PDT/MG)	384	3	318. 5384	318. 2384
Oscar Andrade (PFL/RO)	337	4	318. 5337	318. 2337
Osmanio Pereira (PSDB/MG)	602	4	318. 5602	318. 2602
Osmar Serraglio (PMDB/PR)	845	4	318. 5845	318. 2845
Osvaldo Biolchi (PTB/RS)	925	4	318. 5925	318. 2925
Osvaldo Coelho (PFL/PE)	444	4	318. 5444	318. 2444
Osvaldo Reis (PMDB/TO)	835	4	318. 5835	318. 2835
Osvaldo Sobrinho (PTB/MT)	523	4	318. 5523	318. 2523
Padre Roque (PT/PR)	568	3	318. 5568	318. 2568

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Paes Landim (PFL/PI)	560	4	318. 5560	318. 2560
Pastor Amarildo (PPB/TO)	218	4	318. 5218	318. 2218
Pastor Jorge (PMDB/DF)	837	4	318. 5837	318. 2837
Pastor Oliveira Filho (PPB/PR)	635	4	318. 5635	318. 2635
Pastor R. de Jesus (PMDB/BA)	310	4	318. 5310	318. 2310
Pastor Valdeci (PST/RJ)	508	4	318. 5508	318. 2508
Pauderney Avelino (PFL/AM)	260	4	318. 5260	318. 2260
Paulo Baltazar (PSB/RJ)	370	3	318. 5370	318. 2370
Paulo Braga (PFL/BA)	913	4	318. 5913	318. 2913
Paulo de Almeida (PPB/RJ)	719	4	318. 5719	318. 2719
Paulo Delgado (PT/MG)	268	3	318. 5268	318. 2268
Paulo Feijó (PSDB/RJ)	346	4	318. 5346	318. 2346
Paulo José Gouvea (PST/RS)	641	4	318. 5641	318. 2641
Paulo Kobayashi (PSDB/SP)	433	4	318. 5433	318. 2433
Paulo Lima (PFL/SP)	507	4	318. 5507	318. 2507
Paulo Magalhães (PFL/BA)	903	4	318. 5903	318. 2903
Paulo Marinho (PFL/MA)	921	4	318. 5921	318. 2921
Paulo Mourão (PSDB/TO)	311	4	318. 5311	318. 2311
Paulo Octávio (PFL/DF)	446	4	318. 5446	318. 2446
Paulo Paim (PT/RS)	471	3	318. 5471	318. 2471
Paulo Rocha (PT/PA)	483	3	318. 5483	318. 2483
Pedro Bittencourt (PFL/SC)	254	4	318. 5254	318. 2254
Pedro Canedo (PL/GO)	611	4	318. 5611	318. 2611
Pedro Celso (PT/DF)	572	3	318. 5572	318. 2572
Pedro Chaves (PMDB/GO)	406	4	318. 5406	318. 2406
Pedro Correa (PPB/PE)	415	4	318. 5415	318. 2415
Pedro Eugênio (PSB/PE)	914	4	318. 5914	318. 2914
Pedro Fernandes (PFL/MA)	814	4	318. 5814	318. 2814
Pedro Henry (PSDB/MT)	829	4	318. 5829	318. 2829
Pedro Irujo (PMDB/BA)	818	4	318. 5818	318. 2818
Pedro Novais (PMDB/MA)	813	4	318. 5813	318. 2813
Pedro Pedrossian Filho (PFL/MS)	704	4	318. 5704	318. 2704
Pedro Valadares (PSB/SE)	338	4	318. 5338	318. 2338
Pedro Wilson (PT/GO)	475	3	318. 5475	318. 2475
Philemon Rodrigues (PMDB/MG)	226	4	318. 5226	318. 2226
Pinheiro Landim (PMDB/CE)	636	4	318. 5636	318. 2636
Pompeo de Mattos (PDT/RS)	810	4	318. 5810	318. 2810
Professor Luizinho (PT/SP)	404	4	318. 5404	318. 2404
Rafael Guerra (PSDB/MG)	239	4	318. 5239	318. 2239
Raimundo Colombo PFL/SC)	718	4	318. 5718	318. 2718
Raimundo G. de Matos (PSDB/CE)	725	4	318. 5725	318. 2725
Raimundo Santos (PFL/PA)	809	4	318. 5809	318. 2809
Régis Cavalcante (PPS/AL)	724	4	318. 5724	318. 2724
Remi Trinta (PL/MA)	543	4	318. 5543	318. 2543
Renato Vianna (PMDB/SC)	209	4	318. 5209	318. 2209
Renildo Leal (PTB/PA)	629	4	318. 5629	318. 2629
Ricardo Barros (PPB/PR)	412	4	318. 5412	318. 2412
Ricardo Berzoini (PT/SP)	267	3	318. 5267	318. 2267



Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Ricardo Ferraço (PSDB/ES)	962	4	318. 5962	318. 2962
Ricardo Fiuza (PFL/PE)	918	4	318. 5918	318. 2918
Ricardo Izar (PPB/SP)	623	4	318. 5623	318. 2623
Ricardo Maranhão (PSB/RJ)	205	4	318. 5205	318. 2205
Ricardo Rique (PMDB/PB)	702	4	318. 5702	318. 2702
Ricarte de Freitas (PSDB/MT)	822	4	318. 5822	318. 2822
Rita Camata (PMDB/ES)	905	4	318. 5905	318. 2905
Robério Araújo (PPB/RR)	581	3	318. 5581	318. 2581
Roberto Argenta (PFL/RS)	367	3	318. 5367	318. 2367
Roberto Balestra (PPB/GO)	262	4	318. 5262	318. 2262
Roberto Brant (PSDB/MG)	450	4	318. 5450	318. 2450
Roberto Jefferson (PTB/RJ)	208	4	318. 5208	318. 2208
Roberto Pessoa (PFL/CE)	607	4	318. 5607	318. 2607
Roberto Rocha (PSDB/MA)	529	4	318. 5529	318. 2529
Robson Tuma (PFL/SP)	834	4	318. 5834	318. 2834
Rodrigo Maia (PFL/RJ)	566	3	318. 5566	318. 2566
Roland Lavigne (PFL/BA)	550	4	318. 5550	318. 2550
mel Anizio (PPB/MG)	317	4	318. 5317	318. 2317
romeu Queiroz (PSDB/MG)	250	4	318. 5250	318. 2250
Rommel Feijó (PSDB/CE)	506	4	318. 5506	318. 2506
Ronaldo Caiado (PFL/GO)	227	4	318. 5227	318. 2227
Ronaldo Cézar Coelho (PSDB/RJ)	279	3	318. 5279	318. 2279
Ronaldo Vasconcellos (PL/MG)	473	3	318. 5473	318. 2473
Rubem Medina (PFL/RJ)	610	4	318. 5610	318. 2610
Rubens Bueno (PTB/PR)	820	4	318. 5820	318. 2820
Rubens Furlan (PFL/SP)	836	4	318. 5836	318. 2836
Salatiel Carvalho (PMDB/PE)	937	4	318. 5937	318. 2937
Salvador Zimbaldi (PSDB/SP)	538	4	318. 5538	318. 2538
Sampaio Dória (PSDB/SP)	546	4	318. 5546	318. 2546
Santos Filho (PFL/PR)	522	4	318. 5522	318. 2522
Saraiva Felipe (PMDB/MG)	429	4	318. 5429	318. 2429
Saulo Pedrosa (PSDB/BA)	308	4	318. 5308	318. 2308
Sebastião Madeira (PSDB/MA)	405	4	318. 5405	318. 2405
Serafim Venzon (PDT/SC)	711	4	318. 5711	318. 2711
Sérgio Barcellos (PFL/AP)	301	4	318. 5301	318. 2301
gio Barros (PDT/AC)	801	4	318. 5801	318. 2801
Sérgio Carvalho (PSDB/RO)	342	4	318. 5342	318. 2342
Sérgio Guerra (PSB/PE)	426	4	318. 5426	318. 2426
Sérgio Miranda (PCdoB/MG)	462	4	318. 5462	318. 2462
Sérgio Novais (PSB/CE)	356	4	318. 5356	318. 2356
Sérgio Reis (PSL/SE)	958	4	318. 5958	318. 2958
Severino Cavalcanti (PPB/PE)	707	4	318. 5707	318. 2707
Silas Brasileiro (PMDB/MG)	932	4	318. 5932	318. 2932
Silas Câmara (PFL/AM)	532	4	318. 5532	318. 2532
Simão Sessim (PPB/RJ)	709	4	318. 5709	318. 2709
Synval Guazzelli (PMDB/RS)	622	4	318. 5622	318. 2622
Talvane Albuquerque (PTN/AL)	306	4	318. 5306	318. 2306
Telma de Souza (PT/SP)	467	3	318. 5467	318. 2467

Deputado	Gab.	Anexo	Telefone	Fax
Telmo Kirst (PPB/RS)	424	4	318. 5424	318. 2424
Tete Bezerra (PMDB/MT)	802	4	318. 5802	318. 2802
Themistocles Sampaio (PMDB/PI)	403	4	318. 5403	318. 2403
Ubiratan Aguiar (PSDB/CE)	505	4	318. 5505	318. 2505
Ursicino Queiroz (PFL/BA)	762	4	318. 5762	318. 2762
Vadão Gomes (PPB/SP)	750	4	318. 5750	318. 2750
Valdeci Oliveira (PT/RS)	372	3	318. 5372	318. 2372
Valdemar Costa Neto (PL/SP)	542	4	318. 5542	318. 2542
Valdir Ganzer (PT/PA)	933	4	318. 5933	318. 2933
Valdomiro Meger (PFL/PR)	842	4	318. 5842	318. 2842
Vanessa Grazziotin (PC do B/AM)	735	4	318. 5735	318. 2735
Vic Pires Franco (PFL/PA)	519	4	318. 5519	318. 2519
Vicente Arruda (PSDB/CE)	603	4	318. 5603	318. 2603
Vicente Caropreso (PSDB/SC)	662	4	318. 5662	318. 2662
Vilmar Rocha (PFL/GO)	644	4	318. 5644	318. 2644
Virgílio Guimarães (PT/MG)	375	3	318. 5375	318. 2375
Vittório Medioli (PSDB/MG)	754	4	318. 5754	318. 2754
Vivaldo Barbosa (PDT/RJ)	578	3	318. 5578	318. 2578
Wagner Salustiano (PPB/SP)	548	4	318. 5548	318. 2548
Waldemir Moka (PMDB/MS)	448	4	318. 5448	318. 2448
Waldir Pires (PT/BA)	437	4	318. 5437	318. 2437
Waldir Schmidt (PMDB/RS)	744	4	318. 5744	318. 2744
Waldomiro Fioravante (PT/RS)	380	3	318. 5380	318. 2380
Walfrido Mares Guia (PTB/MG)	207	4	318. 5207	318. 2207
Walter Pinheiro (PT/BA)	274	3	318. 5274	318. 2274
Wanderley Martins (PDT/RJ)	939	4	318. 5939	318. 2939
Wellington Dias (PT/PI)	264	3	318. 5264	318. 2264
Werner Wanderer (PFL/PR)	806	4	318. 5806	318. 2806
Wigberto Tartuce (PPB/DF)	922	4	318. 5922	318. 2922
Wilson Braga (PSDB/PB)	642	4	318. 5642	318. 2642
Wilson Santos (PMDB/MT)	808	4	318. 5808	318. 2808
Xico Graziano (PSDB/SP)	816	4	318. 5816	318. 2816
Yeda Crusius (PSDB/RS)	956	4	318. 5956	318. 2956
Yvonilton Gonçalves (PPB/BA)	741	4	318. 5741	318. 2741
Zaire Rezende (PMDB/MG)	409	4	318. 5409	318. 2409
Zé Gomes da Rocha (PMDB/GO)	748	4	318. 5748	318. 2748
Zé Índio (PPB/SP)	344	4	318. 5344	318. 2344
Zenaldo Coutinho (PSDB/PA)	286	3	318. 5286	318. 2286
Zezé Perrella (PFL/MG)	214	4	318. 5214	318. 2214
Zila Bezerra (PFL/AC)	510	4	318. 5510	318. 2510
Zulaiê Cobra (PSDB/SP)	642	4	318. 5624	318. 2624

Relatório Parcial por Município

Cargo: Deputado Estadual **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos
12150 - CELSO CAPATO	PDT/PSB/PSN/PTN	2795
14111 - ELZA SOPHIA TANK MOYA	PSD/PSDB/PTB	199
15171 - JOSÉ CARLOS TONIN	PMDB	73
45153 - CÉLIA CAMARGO LEÃO EDELMUTH	PSD/PSDB/PTB	56
25555 - JUNJI ABE	PFL/PPB	45
11171 - DANIEL MARINS ALESSI	PFL/PPB	24
13150 - JOSÉ PIVATTO	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	20
25300 - MÁRCIO DE LIMA ARAÚJO	PFL/PPB	18
45218 - DORIVAL BRAGA	PSD/PSDB/PTB	18
15150 - RUI LOBO	PMDB	15
45245 - CARLOS HENRIQUE FOCESI SAMPAIO	PSD/PSDB/PTB	12
45265 - JONAS DONIZETTE FERREIRA	PSD/PSDB/PTB	8
12190 - ANTONIO ORCINI	PDT/PSB/PSN/PTN	7
14190 - CELSO TANAUI	PSD/PSDB/PTB	7
15215 - GILBERTO NASCIMENTO SILVA	PMDB	6
45151 - JOSÉ CARLOS VAZ DE LIMA	PSD/PSDB/PTB	6
45222 - VANDERLEI MACRIS	PSD/PSDB/PTB	6
11125 - ANTONIO CARLOS PEREIRA NETO	PFL/PPB	4
12122 - LUIZ GONZAGA VIEIRA DE CAMARGO	PDT/PSB/PSN/PTN	4
45235 - MARCIO EDUARDO DOS SANTOS	PSD/PSDB/PTB	4
44198 - CARLOS ROBERTO SIGNORELLI	PGT/PRP/PT do B	4
45110 - MARIO VEDOVELLO FILHO	PSD/PSDB/PTB	4
40230 - HAMILTON BERNARDES JUNIOR	PDT/PSB/PSN/PTN	4
25118 - EDMIR JOSE ABI CHEDID	PFL/PPB	4
14110 - PALMIRO MENNUCCI	PSD/PSDB/PTB	4
11211 - ANTONIO ERASMO DIAS	PFL/PPB	3
13201 - RENATO SIMÕES	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	3
28198 - JOSE AUGUSTO PAZIN RODRIGUES	PRTB	3
22222 - NELSON SALOMÉ	PL	3
15222 - MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO FILHO	PMDB	3
15181 - ROSMARY CORRÊA	PMDB	3
15111 - ANTONIO CLAUDIO FLORES PITERI	PMDB	3
14180 - NEWTON DA COSTA BRANDAO	PSD/PSDB/PTB	3
13288 - ROBERTO GOUVEIA NASCIMENTO	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	3
12299 - ANTONIO CARLOS NEDER	PDT/PSB/PSN/PTN	3
12151 - LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS	PDT/PSB/PSN/PTN	2
11150 - FABIANO CASTILHO TENO	PFL/PPB	2
14150 - JOÃO LEITE DE OLIVEIRA	PSD/PSDB/PTB	2
14114 - WANDERLEI SIMIONATO DOENHA	PSD/PSDB/PTB	2
22225 - ANTONIO FLORINDO ZANETTE	PL	2
23789 - DANIEL ROSSI	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	2
25150 - ANTONIO CESAR DE OLIVEIRA BRAGA	PFL/PPB	2
45120 - ROBERTO TRINDADE ROJÃO	PSD/PSDB/PTB	2
45202 - JOÃO MARTINI NETO	PSD/PSDB/PTB	2
45178 - ALCIONE HELENA BORNER CAMPOS	PSD/PSDB/PTB	2
45246 - JURANDIR FERNANDO RIBEIRO	PSD/PSDB/PTB	2
30123 - WASHINGTON LEANDRO FERREIRA	PGT/PRP/PT do B	2
25111 - AFANASIO JAZADJI	PFL/PPB	2
22242 - CLOVIS SULTANUM DE FIGUEIREDO	PL	2

Relatório Parcial por Município

Cargo: Deputado Estadual **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos
13107 - LUCILA PIZANI GONÇALVES	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	2
12230 - PETTERSON PRADO	PDT/PSB/PSN/PTN	2
12100 - PEDRO TOMISHIGUE MORI	PDT/PSB/PSN/PTN	2
11111 - ANTONIO SALIM CURIATI	PFL/PPB	1
43222 - MARCOS BELIZARIO	PV	1
40265 - PEDRO HENRIQUE SILVEIRA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
40250 - HUGO ARNALDO MANTELATTO GALLO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
40215 - IRENE DELFINO DA SILVA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
40202 - LIDUINO ANTONIO SOARES FILHO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
33150 - FRANCISCO BELIZÁRIO DOS SANTOS	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
28123 - CROUNEL MARINS	PRTB	1
25577 - GERALDO MACARENKO	PFL/PPB	1
65656 - SÉRGIO BENASSI	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
65123 - JAMIL MURAD	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
56900 - ANTONIO LOPES DA SILVA	PRONA	1
56349 - RAMIRO SAID MURAD	PRONA	1
45288 - ALBERTO HIAR	PSD/PSDB/PTB	1
45240 - SIDNEY ESTANISLAU BERALDO	PSD/PSDB/PTB	1
45198 - RODOLFO JOSÉ DA COSTA E SILVA	PSD/PSDB/PTB	1
45190 - WILSON DE OLIVEIRA MORAIS	PSD/PSDB/PTB	1
45146 - JOSE RICARDO FRANCO MONTORO	PSD/PSDB/PTB	1
45135 - JOSE CARLOS STANGARLINI	PSD/PSDB/PTB	1
45107 - ANTONIO JOSE DALL'ANESE	PSD/PSDB/PTB	1
45101 - MILTON FLÁVIO MARQUES	PSD/PSDB/PTB	1
44143 - ADEMAR DE BARROS	PGT/PRP/PT do B	1
44126 - JOSÉ IVO DOS SANTOS FILHO	PGT/PRP/PT do B	1
12202 - ANTONIO ROMANO DE OLIVEIRA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12200 - JOSÉ CARLOS SANTOS DE ALMEIDA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12199 - LAERTE ANTONIO MACHADO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12170 - JOSÉ CARLOS TONETTI BORSARI	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12166 - ADIMILSON VANDERLEI BERNARDES	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12159 - ANDRÉ LUIS DE MORAES	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12158 - HAROLDO MARIANO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12155 - JOÃO AMANCIO DA CONCEIÇÃO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
23123 - DAVID ZAIA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
22267 - OSCAR SEMEDE	PL	1
22236 - ADELINO LEAL	PL	1
22144 - ELIAS NAZARENO DO NASCIMENTO	PL	1
22130 - ADRIANO DOS ANJOS MAÇAIRA	PL	1
22122 - SYLVIO BENITO MARTINI	PL	1
15212 - ABILIO NOGUEIRA DUARTE	PMDB	1
15190 - MONICA BECKER	PMDB	1
15141 - OSWALDO MARTINS DE OLIVEIRA	PMDB	1
15123 - WALDEMAR ALVES FARIA JÚNIOR	PMDB	1
14277 - JOSÉ FRANCISCO FANTIN	PSD/PSDB/PTB	1
14193 - LUIS GONSALVES ROSATE	PSD/PSDB/PTB	1
14155 - FLAVIO CALLEGARI	PSD/PSDB/PTB	1
14140 - ANTONIO CARLOS DE CAMPOS	PSD/PSDB/PTB	1
14127 - ADILSON ARMANDO CARVALHO AMADEU	PSD/PSDB/PTB	1

Relatório Parcial por Município

Cargo: Deputado Estadual **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos
13290 - HAMILTON PEREIRA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
13180 - MÁRIO KLETTEMBERG	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
13140 - GENIVALDO CASSIMIRO DA SILVA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
13130 - MARIÂNGELA DE ARAÚJO GAMA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
13111 - JOSÉ HILDEMAR BRITO COELHO	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1
12250 - EVALDO PEREIRA DA SILVA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12234 - MARCOS JOSÉ BERNARDELLI	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12210 - ANTONIO FÁBIO RODRIGUES DOS	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12130 - JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12120 - JOÃO SANCHEZ POSTIGO FILHO	PDT/PSB/PSN/PTN	1
12111 - GERALDO ANTONIO VINHOLI	PDT/PSB/PSN/PTN	1
11250 - EIJI MURAKAMI	PFL/PPB	1
11191 - PEDRO SERAFIM JUNIOR	PFL/PPB	1
11170 - RONALDO DIDINI LUIZ	PFL/PPB	1
11117 - ARQUIMEDES PEREIRA	PFL/PPB	1

Dados computados em 07/10/1998 9:35:58 SUJEITOS A MODIFICAÇÕES

A ordem de votação dos candidatos não implica em sua eleição, o que depende do quociente atingido por seu partido.

Deputado Estadual

Resultado FINAL do Estado de **São Paulo**
Data : **07/10/1998** Hora : **09:35:58**

Candidato	Votação	Válidos	Capital	Interior
15123 FARIA JR	170.325	1,08%	0,51%	0,57%
11138 CONTE LOPES	148.388	0,94%	0,78%	0,16%
22235 CORONEL EDSON FERRARINI	144.188	0,92%	0,70%	0,22%
25005 AGRIPINO	99.272	0,63%	0,01%	0,62%
11222 REYNALDO DE BARROS FILHO	98.365	0,62%	0,27%	0,35%
14140 CAMPOS MACHADO	90.849	0,58%	0,29%	0,29%
11234 PASCHOAL THOMEU	87.577	0,56%	0,08%	0,48%
14123 EDNA MACEDO	81.222	0,52%	0,21%	0,31%
25222 CRESPO	77.324	0,49%	0,01%	0,48%
45157 CELINO	77.058	0,49%	0,35%	0,14%
25300 MARCIO ARAUJO	74.313	0,47%	0,20%	0,27%
25100 RODRIGO GARCIA	73.320	0,47%	0,19%	0,28%
11111 CURIATI	73.318	0,47%	0,26%	0,21%
45153 CELIA LEAO	73.265	0,47%	0,02%	0,45%
25377 CICERO DE FREITAS	73.036	0,46%	0,36%	0,11%
15108 DIMAS	72.625	0,46%	0,02%	0,44%
45222 VANDERLEI MACRIS	70.917	0,45%	0,05%	0,40%
45151 JOSE CARLOS VAZ DE LIMA	70.889	0,45%	0,05%	0,40%
23111 MARQUINHO TORTORELLO	70.293	0,45%	0,09%	0,35%
45288 ALBERTO TURCO LOCO HIAR	70.084	0,44%	0,34%	0,10%
25111 AFANASIO JAZADJI	68.243	0,43%	0,32%	0,11%
45156 ROBERTO ENGLER	66.311	0,42%	0,01%	0,41%
11171 DANIEL MARINS	65.426	0,42%	0,07%	0,35%
45140 WALTER FELDMAN	63.533	0,40%	0,29%	0,12%
25555 JUNJI ABE	59.932	0,38%	0,07%	0,31%
25277 ELI CORREA	59.925	0,38%	0,29%	0,09%
45145 TRIPOLI	59.559	0,38%	0,26%	0,12%
25122 NOGUEIRA	57.521	0,37%	0,01%	0,36%
14160 ROQUE BARBIERE	56.447	0,36%	0,00%	0,35%
56044 PASTOR MILTON VIEIRA	56.099	0,36%	0,10%	0,26%
15215 GILBERTO NASCIMENTO	54.511	0,35%	0,21%	0,14%
11122 ALDO	53.702	0,34%	0,02%	0,33%
22222 DR NELSON SALOME	53.684	0,34%	0,03%	0,31%
13251 FILIPPI	52.216	0,33%	0,04%	0,29%
13114 TATO	51.952	0,33%	0,30%	0,03%
15113 CARUSO	51.250	0,33%	0,24%	0,09%
13134 PAULO TEIXEIRA	51.078	0,32%	0,25%	0,08%
13290 HAMILTON PEREIRA	50.623	0,32%	0,00%	0,32%
45111 MARCOS MENDONÇA	50.302	0,32%	0,26%	0,06%
45123 PAULO JULIAO	49.319	0,31%	0,03%	0,28%
25118 EDMIR CHEDID	49.025	0,31%	0,01%	0,30%
15249 VITOR SAPIENZA	48.918	0,31%	0,12%	0,19%
15112 LOBBE	48.695	0,31%	0,01%	0,30%
11112 PEDRO YVES	48.121	0,31%	0,01%	0,29%
45240 BERALDO	48.091	0,31%	0,02%	0,29%
65123 JAMIL MURAD	47.778	0,30%	0,22%	0,08%
13196 ELOI PIETA	47.202	0,30%	0,05%	0,25%
45133 CARAMEZ	47.072	0,30%	0,03%	0,27%
45198 RODOLFO COSTA E SILVA	46.988	0,30%	0,09%	0,21%
13201 RENATO SIMOES	46.641	0,30%	0,03%	0,26%
11132 REZENDE	46.333	0,29%	0,27%	0,03%
45103 MARIA DO CARMO PIUNTI	45.927	0,29%	0,02%	0,27%
25110 TEREZINHA DA PAULINA	45.392	0,29%	0,01%	0,28%
15116 ARNALDO JARDIM	45.044	0,29%	0,04%	0,24%
22123 ARTUR	44.774	0,28%	0,23%	0,06%
15181 DELEGADA ROSE	44.676	0,28%	0,21%	0,07%
45190 CABO WILSON	44.627	0,28%	0,08%	0,20%
11144 CARLOS BRAGA	44.207	0,28%	0,01%	0,27%
13117 CARLINHOS	43.846	0,28%	0,02%	0,26%
22217 WILLIANS RAFAEL	43.841	0,28%	0,02%	0,26%
12110 PEDRO TOBIAS	43.377	0,28%	0,00%	0,27%
45135 JOSE CARLOS STANGARLINI	43.053	0,27%	0,14%	0,13%
14190 CELSO TANAUI	42.842	0,27%	0,08%	0,19%
11299 DR EDSON GOMES	42.389	0,27%	0,01%	0,26%
13288 ROBERTO GOUVEIA	42.135	0,27%	0,23%	0,04%
45218 DORIVAL BRAGA	41.650	0,26%	0,01%	0,26%
11200 GARIB	41.544	0,26%	0,23%	0,03%

45160 ARY FOSSEN	41.402	0,26%	0,01%	0,26%
13123 JOSE ZICO	41.339	0,26%	0,21%	0,05%
45232 EDSON APARECIDO	41.008	0,26%	0,04%	0,22%
12111 VINHOLI	40.328	0,26%	0,01%	0,24%
45245 CARLOS SAMPAIO	39.945	0,25%	0,01%	0,24%
13188 ZARATTINI	39.653	0,25%	0,22%	0,04%
13234 VANDERLEI SIRAQUE	38.937	0,25%	0,01%	0,24%
13184 MARIA LUCIA PRANDI	38.230	0,24%	0,02%	0,22%
45234 EDMUR MESQUITA	37.649	0,24%	0,01%	0,23%
12122 GONZAGA	37.623	0,24%	0,01%	0,23%
65789 NIVALDO SANTANA	37.416	0,24%	0,18%	0,06%
14267 CLAURY	37.125	0,24%	0,01%	0,23%
23456 JOSE AUGUSTO	36.462	0,23%	0,02%	0,21%
12230 PETTERSON PRADO	36.336	0,23%	0,00%	0,23%
23623 ROBERTO MORAIS	35.721	0,23%	0,00%	0,23%
44123 ZUZA	34.795	0,22%	0,04%	0,18%
13130 MARIANGELA DUARTE	32.727	0,21%	0,01%	0,20%
12100 PEDRO MORI	31.943	0,20%	0,04%	0,16%
40233 ALBERTO CALVO	31.163	0,20%	0,18%	0,02%
13270 HENRIQUE PACHECO	31.016	0,20%	0,19%	0,01%
40111 CESAR CALLEGARI	30.657	0,19%	0,09%	0,11%
12123 RAFAEL SILVA	30.175	0,19%	0,01%	0,18%
22211 EDIR SALES	29.259	0,19%	0,17%	0,02%
12121 SALVADOR KHURIYEH	27.815	0,18%	0,01%	0,17%
56906 RAMIRO MEVES	27.806	0,18%	0,03%	0,15%
56688 EDUARDO SOLTUR	19.234	0,12%	0,02%	0,10%
43789 GONDIM	13.327	0,08%	0,01%	0,08%

Total de votos apurados :	19.470.578	(83,49% de 23.321.034 eleitores)
Total de votos brancos :	1.875.077	(9,63% de 19.470.578 votos apurados)
Total de votos nulos :	1.843.175	(9,47% de 19.470.578 votos apurados)
Total de votos válidos:	15.752.326	(80,90% de 19.470.578 votos apurados)
Abstenção :	3.850.456	(16,51% de 23.321.034 eleitores)
Seções apuradas :	44.848	(100,00% de 44.848 seções)

Votação de todos os candidatos a Deputado Estadual

SEÇÃO_____ESCOLA_____

DEPUTADO FEDERAL

1166	CUNHA LIMA	943
1290	VICENTE GALATI	122
1434	MARQUEZELI	224
1515	MILTON MONTE	438
1574	CARLOS NELSON	736
2525	MARCOS VINICIUS	394
4510	XICO GRAZIANO	332
4552	EDUARDO COELHO	219
4556	EMERSON KAPAZ	227

DEPUTADO ESTADUAL

11.154	JURANDIR PAIXÃO	24
11.191	PEDRO SERAFIM	28
12.150	CELSO CAPATO	6645
13.150	JOSÉ PIVATO	533
14.111	ELZA TANK	81
14.140	CAMPOS MACHADO	82
15.171	TONIM	450
45.153	CÉLIA LEÃO	334
45.222	WANDERLEI MACRIS	237
15.278	PROF.GERALDO	33

21.000

SEÇÃO _____ ESCOLA (menos a 164ª)

PRESIDENTE

13 - LULA	3082
23 - CIRO GOMES	726
45 - FERNANDO HENRIQUE	7.119
56 - ENÉAS	236

(164ª) ? falta,

GOVERNADOR

11 - MALUF	3183
12 - ROSSI	1988
13 - MARTA	2076
15 - QUÉRCIA	1061
45 - COVAS	2.426

(164ª) falta)

SENADOR

11 - OSCAR	3753
13 - SUPLICY	3332
14 - JOÃO LEITE	1766

? (10ª) + (164ª - falta)

Deputado Federal

Resultado FINAL do Estado de **São Paulo**
Data : **07/10/1998** Hora : **09:35:58**

Candidato	Votação	Válidos	Capital	Interior
1313 GENOINO	306.988	1,97%	1,07%	0,90%
1390 ALOIZIO MERCADANTE	241.559	1,55%	0,83%	0,72%
2585 FURLAN	220.596	1,41%	0,09%	1,33%
1599 MICHEL TEMER	206.154	1,32%	0,36%	0,96%
1455 CELSO GIGLIO	190.047	1,22%	0,12%	1,10%
4021 LUIZA ERUNDINA	187.498	1,20%	0,99%	0,21%
1188 CELSO RUSSOMANNO	185.611	1,19%	0,72%	0,47%
2577 MEDEIROS	185.283	1,19%	0,86%	0,33%
4535 SALVADOR ZIMBALDI	182.760	1,17%	0,24%	0,93%
1111 DELFIM NETTO	177.912	1,14%	0,65%	0,49%
1155 WAGNER SALUSTIANO	159.125	1,02%	0,48%	0,54%
2506 PAULO LIMA	158.186	1,01%	0,01%	1,00%
1304 TELMA DE SOUZA	135.172	0,87%	0,04%	0,83%
2222 MARCOS CINTRA	132.266	0,85%	0,52%	0,33%
1133 LAMARTINE POSELLA	129.907	0,83%	0,37%	0,46%
1323 ANTONIO PALOCCI	125.462	0,80%	0,02%	0,78%
1199 VADAO	124.062	0,79%	0,02%	0,77%
1530 MOURAO	122.734	0,79%	0,15%	0,63%
2511 MALULY NETO	118.799	0,76%	0,20%	0,56%
1177 NELO RODOLFO	116.736	0,75%	0,63%	0,11%
1441 BISPO WANDERVAL DE JESUS	115.668	0,74%	0,17%	0,57%
1368 ZE DIRCEU	113.659	0,73%	0,35%	0,38%
1112 RICARDO IZAR	113.399	0,73%	0,36%	0,36%
4520 KANDIR	111.843	0,72%	0,41%	0,30%
2229 VALDEMAR COSTA NETO	108.827	0,70%	0,07%	0,63%
1136 ZE INDIO	107.381	0,69%	0,59%	0,10%
2526 CORAUCI	106.488	0,68%	0,01%	0,67%
1161 CUNHA BUENO	103.432	0,66%	0,27%	0,39%
1411 DUILIO PISANESCHI	100.366	0,64%	0,05%	0,60%
4546 MONTORO	99.356	0,64%	0,27%	0,37%
1122 JORGE TADEU	97.478	0,62%	0,12%	0,50%
1515 MILTON MONTI	97.080	0,62%	0,06%	0,56%
5656 DE VELASCO	94.880	0,61%	0,29%	0,32%
1123 ARY KARA	94.179	0,60%	0,04%	0,57%
1151 ARNALDO FARIA DE SA	94.087	0,60%	0,45%	0,15%
4554 PAULO KOBAYASHI	92.937	0,60%	0,30%	0,29%
2550 GILBERTO KASSAB	92.866	0,59%	0,23%	0,36%
2533 MOREIRA FERREIRA	91.194	0,58%	0,08%	0,50%
1354 PROFESSOR LUIZINHO	90.738	0,58%	0,03%	0,55%
4580 ARNALDO MADEIRA	88.512	0,57%	0,39%	0,18%
2552 ROBSON TUMA	87.279	0,56%	0,32%	0,24%
1434 MARQUEZELLI	86.643	0,56%	0,04%	0,52%
4586 ZE ANIBAL	86.320	0,55%	0,13%	0,42%
1317 ANGELA GUADAGNIN	85.177	0,55%	0,01%	0,53%
6565 ALDO REBELO	84.288	0,54%	0,30%	0,24%
4521 ALOYSIO NUNES FERREIRA	83.685	0,54%	0,07%	0,47%
4526 PANNUNZIO	77.277	0,50%	0,01%	0,48%
4556 EMERSON KAPAZ	74.818	0,48%	0,28%	0,20%
4547 ANDRE BENASSI	72.093	0,46%	0,01%	0,45%
1569 MARCELO BARBIERI	70.625	0,45%	0,03%	0,43%
4569 GOLDMAN	70.472	0,45%	0,17%	0,28%
1551 EDINHO ARAUJO	70.393	0,45%	0,01%	0,44%
4510 XICO GRAZIANO	69.600	0,45%	0,04%	0,41%
1415 FLEURY	68.874	0,44%	0,16%	0,28%
4542 SAMPAIO DORIA	68.558	0,44%	0,14%	0,30%
4511 JOSE DE ABREU	64.322	0,41%	0,26%	0,15%
4555 JULIO SEMEGHINI	63.969	0,41%	0,10%	0,31%
1331 RICARDO BEZOINI	63.313	0,41%	0,26%	0,14%
1325 JOAO PAULO CUNHA	61.058	0,39%	0,04%	0,35%
1321 EDUARDO JORGE	60.995	0,39%	0,33%	0,06%
1371 JAIR MENEGUELLI	59.590	0,38%	0,07%	0,31%
1322 ARLINDO CHINAGLIA	56.672	0,36%	0,12%	0,25%
1301 JOSE MACHADO	53.691	0,34%	0,01%	0,34%
2323 JOAO HERRMANN	52.162	0,33%	0,02%	0,31%
1310 IARA BERNARDI	51.218	0,33%	0,01%	0,32%
1234 DR HELIO	48.157	0,31%	0,02%	0,29%
1220 ZUPPO	44.528	0,29%	0,07%	0,21%

4045 DR EVILASIO	40.162	0,26%	0,06%	0,20%
1236 BATTOCHIO	38.048	0,24%	0,05%	0,19%
1212 NEUTON LIMA	37.604	0,24%	0,04%	0,21%

Total de votos apurados :	19.470.578	(83,49% de 23.321.034 eleitores)
Total de votos brancos :	1.937.367	(9,95% de 19.470.578 votos apurados)
Total de votos nulos :	1.922.000	(9,87% de 19.470.578 votos apurados)
Total de votos válidos:	15.611.211	(80,18% de 19.470.578 votos apurados)
Abstenção :	3.850.456	(16,51% de 23.321.034 eleitores)
Seções apuradas :	44.848	(100,00% de 44.848 seções)

Votação de todos os candidatos a Deputado Federal

Relatório Parcial por Município

Cargo: Presidente **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos	Class
45 - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PFL/PPB/PSD/PSDB/PTB	2804	1°
13 - LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PC do B/PCB/PDT/PSB/PT	629	2°
23 - CIRO FERREIRA GOMES	PAN/PL/PPS	165	3°
56 - ENEAS FERREIRA CARNEIRO	PRONA	62	4°
16 - JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	PSTU	25	5°
70 - JOÃO DE DEUS BARBOSA DE JESUS	PT do B	20	6°
19 - THEREZA TINAJERO RUIZ	PTN	15	7°
33 - IVAN MOACYR DA FROTA	PMN	15	7°
43 - ALFREDO HÉLIO SYRKIS	PV	14	9°
20 - SERGIO BUENO	PSC	9	10°
27 - JOSÉ MARIA EYMAEL	PSDC	8	11°
31 - VASCO AZEVEDO NETO	PSN	8	11°

Dados computados em 07/10/1998 9:34:46 SUJEITOS A MODIFICAÇÕES

Relatório Parcial por Município

Cargo: Governador **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos	Class
45 - MÁRIO COVAS JUNIOR	PSD/PSDB/PTB	1070	1°
12 - FRANCISCO ROSSI DE ALMEIDA	PAN/PDT/PSB/PSN/PTN	779	2°
11 - PAULO SALIM MALUF	PFL/PL/PPB/PRN/PSL/PST	719	3°
13 - MARTA TERESA SUPLICY	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	582	4°
15 - ORESTES QUERCIA	PGT/PMDB/PRP/PT do B	291	5°
16 - ANTONIO DONIZETE FERREIRA	PSTU	23	6°
56 - CONSTANTINO CURY NETO	PRONA	14	7°
27 - JOÃO MANUEL BAPTISTA	PSDC	12	8°
20 - EDSON FALANGA	PSC	8	9°
28 - JOSÉ LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	2	10°

Dados computados em 07/10/1998 9:34:46 SUJEITOS A MODIFICAÇÕES

Relatório Parcial por Município

Cargo: Senador **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos	Class
11 - OSCAR DANIEL BEZERRA SCHMIDT	PFL/PL/PPB/PRN/PSL/PST	1151	1º
13 - EDUARDO MATARAZZO SUPLICY	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	1134	2º
14 - JOÃO LEITE NETO	PSD/PSDB/PTB	638	3º
27 - OSMAR BALDIN SIMIONATTO	PSDC	111	4º
56 - PAULO CESAR CORRÊA	PRONA	78	5º
15 - JOOJI HATO	PMDB	59	6º
43 - DOMINGOS FERNANDES	PV	48	7º
40 - ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO	PAN/PDT/PSB/PSN/PTN	27	8º
16 - MAURO AILTON PUERRO	PSTU	26	9º
70 - LEÔNIDAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	PT do B	25	10º
28 - NICANOR AGUIAR FILHO	PRTB	19	11º
20 - PEDRO DE CAMILO NETTO	PSC	17	12º
30 - NAPOLEON MIGUEL ALVES	PGT	12	13º

Dados computados em 07/10/1998 9:34:46 SUJEITOS A MODIFICAÇÕES

Relatório Parcial por Município

Cargo: Deputado Federal **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos
1574 - CARLOS NELSON BUENO	PMDB	348
1434 - NELSON MARQUEZELLI	PSD/PSDB/PTB	215
1455 - CELSO ANTONIO GIGLIO	PSD/PSDB/PTB	158
1166 - ANTONIO DA CUNHA LIMA	PFL/PL/PPB	124
1599 - MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA	PMDB	115
4554 - PAULO SEITI KOBAYASHI	PSD/PSDB/PTB	115
4510 - FRANCISCO GRAZIANO NETO	PSD/PSDB/PTB	105
1212 - RUBENEUTON OLIVEIRA LIMA	PDT/PSB/PSN/PTN	79
1515 - MILTON ANTONIO CASQUEL MONTI	PMDB	79
2550 - GILBERTO KASSAB	PFL/PL/PPB	70
1188 - CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	PFL/PL/PPB	52
2222 - MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE	PFL/PL/PPB	36
2541 - LUIZ CARLOS PINTO	PFL/PL/PPB	29
1155 - WAGNER AMARAL SALUSTIANO	PFL/PL/PPB	23
1390 - ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	22
4535 - SALVADOR ZIMBALDI FILHO	PSD/PSDB/PTB	22
1234 - HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS	PDT/PSB/PSN/PTN	19
4556 - EMERSON KAPÁZ	PSD/PSDB/PTB	19
1313 - JOSE GENOINO NETO	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	18
4552 - EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO	PSD/PSDB/PTB	18
1111 - ANTONIO DELFIM NETTO	PFL/PL/PPB	15
1112 - RICARDO NAGIB IZAR	PFL/PL/PPB	15
1250 - WILSON PIQUINI SOBRINHO	PDT/PSB/PSN/PTN	12
4546 - ANDRE FRANCO MONTORO	PSD/PSDB/PTB	11
1380 - EUSTAQUIO LUCIANO ZICA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	10
1535 - WAGNER GONÇALVES ROSSI	PMDB	10
2533 - CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA	PFL/PL/PPB	10
2580 - JESUS ADIB ABI CHEDID	PFL/PL/PPB	10
1415 - LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO	PSD/PSDB/PTB	10
1118 - MÁXIMO MONTEIRO DOS SANTOS	PFL/PL/PPB	9
4141 - MARCO ANTONIO NASSIF ABI CHEDID	PSD/PSDB/PTB	9
2525 - MARCOS VINÍCIUS DE CAMPOS	PFL/PL/PPB	9
1215 - ARNALDO ACBAS DE LIMA	PDT/PSB/PSN/PTN	8
4545 - ZULAIÊ COBRA RIBEIRO	PSD/PSDB/PTB	8
2505 - FRANCISCO ANTONIO SARDELLI	PFL/PL/PPB	8
4567 - FABIO JOSÉ FELDMANN	PSD/PSDB/PTB	6
1290 - VICENTE APARECIDO GALATTI	PDT/PSB/PSN/PTN	5
5650 - HAVANIR TAVARES DE ALMEIDA NIMTZ	PRONA	5
4547 - ANDRÉ BENASSI	PSD/PSDB/PTB	5
4523 - EDIVALDO ANTONIO ORSI	PSD/PSDB/PTB	5
1478 - APARECIDO PASCHOAL	PSD/PSDB/PTB	5
1590 - LUIS LAURO FERREIRA	PMDB	5
1133 - LAMARTINE POSELLA SOBRINHO	PFL/PL/PPB	4
1245 - ADAIR SERGIO EDUARDO CAMARGO	PDT/PSB/PSN/PTN	4
1321 - EDUARDO JORGE MARTINS ALVES	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	4
1533 - JOÃO EDUARDO DADO LEITE DE	PMDB	4
5656 - PAULO CESAR MARQUES DE VELASCO	PRONA	4
4578 - LAIR MOURA SALA MALAVILA	PSD/PSDB/PTB	4
4511 - JOSÉ MASCI DE ABREU	PSD/PSDB/PTB	4

Relatório Parcial por Município

Cargo: Deputado Federal **Município:** 61743 - HOLAMBRA

Candidato	Partido/Coligação	Qtd.Votos
2311 - ALFREDO CASTRO RUZZA	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	4
1499 - VICENTE FERNANDES CASCIONE	PSD/PSDB/PTB	4
1421 - GASTONE RIGHI CUOGHI	PSD/PSDB/PTB	4
1255 - FRANCISCO DEMONTIEI LUNA	PDT/PSB/PSN/PTN	4
1161 - ANTONIO HENRIQUE BITENCOURT	PFL/PL/PPB	3
2877 - JOAO LUIZ LEITE	PRTB	3
4445 - OSCAR RODRIGUES JUNIOR	PGT/PRP/PT do B	3
4555 - JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO	PSD/PSDB/PTB	3
4542 - CARLOS EDUARDO SAMPAIO DORIA	PSD/PSDB/PTB	3
4533 - ABIVAL PIRES DA SILVEIRA	PSD/PSDB/PTB	3
4520 - ANTONIO KANDIR	PSD/PSDB/PTB	3
4455 - ROMMEL MIKHAEL ABOU JNAID	PGT/PRP/PT do B	3
3364 - NELSON PAVIOTTI	PC do B/PCB/PMN/PPS/PT	3
2552 - ROBSON TUMA	PFL/PL/PPB	3
2008 - PAULO HENRIQUE PASTORI	PSC	3
1545 - CARLOS ALBERTO VAZ	PMDB	3
1411 - DUILIO PISANESCHI	PSD/PSDB/PTB	3
1178 - GESOFATO VERNIN	PFL/PL/PPB	3

Dados computados em 07/10/1998 9:35:58 SUJEITOS A MODIFICAÇÕES

A ordem de votação dos candidatos não implica em sua eleição, o que depende do quociente atingido por seu partido.

A Câmara Municipal de Cosmópolis tem a honra de convidá-lo para a Sessão Solene de entrega de Títulos de "Cidadão Cosmopolense" a três personalidades de destaque e merecedoras de reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados ao Município de Cosmópolis:

Dr. Trajano Franco Bernardes
Dr. Silvio Sidney Crotti
Pe. Angelo Francisco Rossi

O evento será realizado no próximo dia 15 de outubro, às 19h30, no Plenário desta Casa, sita na Rua Presidente Getúlio Vargas, 500.
Sua honrosa presença muito contribuirá para o brilho e para o êxito da solenidade.

José Roberto de Souza
Presidente

Câmara Municipal de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 820-1625
TELEFAX. (019) 820-1487

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dá NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº052,DE 25 DE SETEMBRO DE 1995 ("DISPÕE SOBRE O REGIME JURíDICO DOS FUNCIONáRIOS PúBLICOS DO MUNICíPIO DE HOLAMBRA").

A Câmara Municipal de Holambra, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Holambra,aprovou o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Artigo 1º- O inciso I do artigo 163, da Lei Complementar nº052, de 25 de setembro de 1995, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 163- Será concedida gratificação:

I- pela prestação de serviços extraordinários ou em horário extraordinário."

Artigo 2º- A Subseção I-, da Seção II, do Capítulo II, do Título IV, da Lei Complementar nº052, de 25 de Setembro de 1995 (artigos 164 e 165), passa a ter a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO I- DA GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINáRIOS OU EM HORáRIO EXTRAORDINáRIO.

Artigo 164- O funcionário público, quando convocado para desempenhar atribuições além daquelas próprias do seu cargo, terá direito a gratificação por serviços extraordinários, nas seguintes bases:

I-
II-
III-
Etc.....

Artigo 165- O funcionário público, quando convocado para trabalhar em horário além daquele previsto para o seu cargo, terá direito a gratificação por horário extraordinário.

§ 1º - A gratificação será paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o período normal do expediente, acrescida de cinquenta por cento do valor da hora normal.

§ 2º- Salvo os casos de convocação de emergência, devidamente justificados, o horário extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias.

§ 3º- Quando o horário extraordinário for noturno, assim entendido aquele prestado no período compreendido entre vinte e duas e cinco horas, o valor será acrescido de mais vinte por cento.

§4º- Quando o horário extraordinário ocorrer em domingo ou feriado, o funcionário receberá em dobro as horas trabalhadas."

Artigo 3º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. Mauricio de Nassau Nº 578 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP- Tels - (019) 860-1321/860-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

DECRETO Nº 177 DE 14 DE FEVEREIRO DE 1997.

REAJUSTA AS TARIFAS REFERENTES AO CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO.

ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais

D E C R E T A:

Artigo 1º - As tarifas referentes ao consumo de água e esgoto, ficam a partir de 1º de abril de 1997 reajustadas na seguinte disposição:

TABELA PARA TARIFA DA ÁGUA PARA CONSUMO MENSAL
(valores expressos em Real)

RESIDENCIAL	CONSUMO	AGUA	ESGOTO	TOTAL
	até 15 m³	3,50	2,80	6,30
	16 a 25 m³	0,28		
	acima de 26 m³	0,60		

COMERCIAL	CONSUMO	AGUA	ESGOTO	TOTAL
	até 15 m³	7,0	5,60	12,60
	acima de 16 m³	0,70		

INDUSTRIAL	CONSUMO	AGUA	ESGOTO	TOTAL
	até 15 m³	10,50	8,40	18,90
	acima de 16 m³	0,80		

SERVIÇOS PÚBLICOS - ISENTO

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Av. Maurício de Nassau Nº 578 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321/3802-1322

C.G.C. 67.172.437/0001-83

TARIFA PARA SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DE ÁGUA
(valores expressos em UFIR)

LIGAÇÃO DE ÁGUA

Ruas de	Para pagamento a vista	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
10 m	75,01			
12 m	78,68			
14 m	82,72			
16 m	85,62			
20 m	97,65			
30 m	118,95			

LIGAÇÃO DE ÁGUA PARA RUAS PAVIMENTADAS

Ruas de	Para pagamento a vista	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
10 m	108,52			
12 m	115,74			
14 m	124,35			
16 m	126,06			
20 m	146,35			
30 m	181,53			

LIGAÇÃO DE ESGOTO

Ruas de	Para pagamento a vista	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
10 m	76,92			
12 m	83,11			
14 m	87,83			
16 m	92,89			
20 m	108,87			
30 m	118,05			

LIGAÇÃO DE ESGOTO PARA RUAS PAVIMENTADAS

Ruas de	Para pagamento a vista	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela
10 m	111,66			
12 m	122,49			
14 m	138,12			
16 m	178,46			
20 m	211,75			
30 m	297,06			

SERVIÇOS DIVERSOS

Nº DE ORDEM	TARIFAS DIVERSAS
01	Mão de obra- à vista - 13,20 UFIR
02	Mudança de cavalete - 2 vezes o custo da ligação(vide extensão da rua)para mínimo de 3 metros, cobrar o material utilizado.
03	Restabelecimento de ligações
04	Outros serviços não especificados cobrar conforme despesas efetuadas.

Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1° de abril de 1997.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a tabela anexa ao Decreto n° 28/93 e o Decreto n° 155/96.

Prefeitura Municipal de Holambra, 13 de Fevereiro de 1997.

ANTÔNIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PALÁCIO 9 DE JULHO – AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N – 2º ANDAR – SALA 2066
CEP 04097-900 TELEFAX: 884-4165 TEL.: 886-6626/6628/6630

DEPUTADOS ESTADUAIS – RELAÇÃO POR ORDEM ALFABÉTICA

	NOME	PARTIDO	SALA	AND.	FAX	TELEFONES	ANIVERS.
01	AFANASIO JAZADJI	PFL	2010	2º	884-4847	886-6565/6536	NOV/02
02	ALBERTO CALVO (Líder)	PSB	2015	2º	884-4407	886-6303/6604	SET/06
03	ALCIDES DO FARIA	PSDB	3166	3º	886-6690	886-6686/6690	OUT/18
04	ALDO DEMARCHI	PPB	4013	4º	884-4014	886-6453/6454	JAN/04
05	ARTHUR ALVES PINTO	PL	3042	2º	884-3270	886-6560/6561	FEV/22
06	BEATRIZ PARDI	PT	4011	4º	884-0217	886-6756/6744	JUN/06
07	CAMPOS MACHADO (Líder)	PTB	3006	3º	884-3074	886-6460/6461	OUT/31
08	CÂNDIDO GALVÃO	PSDB	3014	3º	884-4149	886-6588/6589	JAN/15
09	CARLOS ALBERTO BEL	PFL	4168	4º	884-2670	886-6678/6680	MAI/13
10	CARLOS MESSAS	PSDB	4151	4º	884-2561	886-6787/6791	NOV/14
11	CARLOS SAMPAIO	PSDB	4016	4º	884-3116	886-6403/6404	MAR/31
12	CECÍLIA PASSARELLI (2ª Secretária)	PFL	3012	3º	884-3014	886-6644/6656	MAI/29
13	CECÍLIA ZARATINO	PTB	4005	4º	886-6676	886-6670/6677	JAN/27
14	[illegible]	PSDB	4146	4º	884-4072	886-6658/6654	AGO/03
15	[illegible]	PSDB	3007	3º	886-6710	886-6706/6707	JUL/05
16	[illegible]	PFL	2016	2º	884-4335	886-6545/6546	[illegible]
17	[illegible]	PPB	3011	3º	884-3110	886-6446/6447	[illegible]
18	[illegible]	PMDB	3018	3º	884-4[illegible]	[illegible]	[illegible]
19	[illegible]	PSDB	3063	3º	884-3[illegible]	[illegible]	[illegible]
20	[illegible]	PT	3061	3º	884-[illegible]	[illegible]	[illegible]
21	[illegible]	PMDB	3017	3º	[illegible]	[illegible]	[illegible]

999.P03 20/10/97 12:34

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PALÁCIO 9 DE JULHO – AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N – 2º ANDAR – SALA 2066
CEP 04097-900 TELEFAX: 884-4165 TEL.: 886-6626/6628/6630

	NOME	PARTIDO	SALA	AND.	FAX	TELEFONES	ANIVERS.
24	DORIVAL BRAGA	PSDB	6032	6º	884-4439	886-6954/6955	FEV/10
25	DRAUSIO BARRETO	PSDB	3006	3º	884-3711	886-6662/6638	OUT/25
26	DUARTE NOGUEIRA (Líder)	PFL	6030	6º	884-4805	886-6790/6794	MAI/16
27	EDMIR CHEDID	PFL	2005	2º	884-4079	886-6689/6693	AGO/06
28	EDNA MACEDO	PTB	2007	2º	884-2173	886-6967/6534	ABR/01
29	EDSON FERRARINI (Líder)	PL	4161	4º	886-6793	886-6789/6793	JAN/17
30	ELOI PIETÁ	PT	5012	5º	884-3559	886-6842/6853	AGO/10
31	ELZA TANK	PTB	5136	5º	884-1117	886-6865/6866	JUN/01
32	ERASMO DIAS (Líder)	PPB	1013	1º	883-2796	886-6496/6493	JUN/07
33	FERNANDO CUNHA	PSDB	4007	4º	884-2997	886-6779/6781	AGO/22
34	FLÁVIO CHAVES	PMDB	4015	4º	884-4333	886-6830/6837	ABR/29
35	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	6026	6º	886-6615	886-6812/6816	JUL/09
36	GUILHERME GIANETTI	PMDB	5006	5º	886-6858	886-6834/6836	MAR/16
37	HAMILTON PEREIRA	PT	6021	6º	885-6159	886-6[illegible]	JUL/28
38	HERMES ZANETTI	PFL	2013	2º	884-4488	886-6[illegible]	DEZ/26
39	[illegible]	[illegible]	1006	1º	884-3058	[illegible]	[illegible]
40	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
41	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
42	[illegible]	PMDB	2014	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
43	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
44	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	884-3[illegible]	[illegible]	[illegible]

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PALÁCIO 9 DE JULHO – AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N – 2º ANDAR – SALA 2066
CEP 04097-900 TELEFAX: 884-4165 TEL.: 886-6626/6628/6630

	NOME	PARTIDO	SALA	AND.	FAX	TELEFONES	ANIVERS.
18	KITO PINHEIRO	PFL	5009	5º	884-2506	886-6654/6646	MAI/15
19	LEO OLIVEIRA	PTB	4017	4	884-1882	886-6749/6751	DEZ/29
20	LIVIO GIOSA	PSDB	5006	5º	884-3317	886-6839/6850	JUN/13
	[illegible]	PMDB	7012	7	884-[illegible]48	886-6849/6855	JUN/18
	LUIZ CARLOS DA SILVA (Vice-Presidente)	PT	1126	1	884-0936	886-6601/6418	AGO/18
	LUIZ LUNI	PSDB	Agrícola	1	885-8210	886-6797/6798	MAI/02
21	MARCOLINO GONÇALVES	PTB	3007	3º	884-1709	886-6609/6611	JAN/09
	MARCOS BRAUN	PFL	4003	4	884-1134	886-6944/6950	SET/29
	MARCOS DE CARVALHO PLANTI	PSDB	3002	3	884-1935	886-6836/6837	JUL/27
	MARIA LUCIA PRANDI	PT	5013	5	884-[illegible]36	886-6[illegible]6853	NOV/25
22	MARIANGELA DUARTE	PT	5015	5	884-[illegible]	886-6842/6854	MAI/03
	MARIO CLAVIO (Líder)	PSDB	5012	5	884-1350	886-6743/6747	OUT/04
23	MARIO DE MORAES (1º Secretário)	PMDB	5011	5	884-[illegible]	886-6[illegible]	JUL/14
	[illegible]	PT	[illegible]	[illegible]	884-[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible] (Líder)	PSD	[illegible]	[illegible]	884-[illegible]	[illegible]	[illegible]
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PALÁCIO 9 DE JULHO – AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/N – 2º ANDAR SALA 2066
CEP 04097-900 TELEFAX: 884-4165 TEL.: 886 6626/6628/6630

NOME	PARTIDO	SALA	AND.	FAX	TELEFONES	ANDARES
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

C O N C U R S O P U B L I C O

O setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Holambra - SP, torna público, que estarão abertas as inscrições para Concurso Público, para preenchimento de vagas para os seguintes empregos:

7,00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	- 01 VAGA 1.º grau comp.
10,00	ASSISTENTE SOCIAL	- 01 VAGA
1000	COORDENADOR PEDAGOGICO	- 01 VAGA
5,00	ESCRITURARIO	- 04 VAGAS 2º grau
3,00	FAXINEIRA	- 06 VAGAS
15,00	FISIOTERAPEUTA	- 01 VAGA
5,00	GUARDA MUNICIPAL	- 06 VAGAS 1.º grau
15,00	MÉDICO	- 09 VAGAS
5,00	MOTORISTA	- 03 VAGAS
7,00	MOTORISTA DE ÔNIBUS	- 02 VAGAS
7,00	OPERADOR DE MAQUINA	- 03 VAGAS
7,00	PROFESSOR ESPECILAISTA	- 03 VAGAS
5,00	RECEPCIONISTA	- 03 VAGAS 1.º grau
3,00	SERVIÇOS GERAIS	- 11 VAGAS
15,00	TERAPEUTA OCUPACIONAL	- 01 VAGA

As inscrições estarão abertas no periodo de 14.04.97 à 18.04.97, no horário das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 hrs., no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Holambra - SP, sita Alameda Mauricio de Nassau, 444 - Centro.

O Edital completo estará afixado no local da inscrição, onde poderá ser consultado pelos interessados e será entregue aos inscritos.

Para a inscrição o candidato deverá trazer 2 fotos 3x4 recente, R.G. e será cobrado uma taxa de inscrição conforme o emprego.

Holambra, 05 de Abril de 1997

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Líderes da Câmara dos Deputados

Deputado – Benito Gama - PFL (Liderança governo)
" Inocêncio Oliveira - PFL
" Geraldo Vieira Lima - PMDB/PSD/PFL
" Odelmo Leão - PPB
" Aécio Neves - PSDB
" José Machado - PDT
" Sérgio Guerra - PSD
" Paulo Hadslander - PTB
" Valdez Costa Neto - PL

PRAÇA DOS TRÊS PODERES - Edifício Principal - ap. 70165-900

Líderes da Câmara dos Deputados

Deputado – Benito Gama → PFL (Liderança do governo).
Deputado – Inocêncio Oliveira → PFL
Deputado – Geddel Vieira Lima → PMDB/PSD/PFL
Deputado – Odelmo Leão → PPB
Deputado – Aécio Neves → PSDB
Deputado – José Machado → PDT/P.do B
Deputado – Sérgio Guerra → PSD
Deputado – Paulo Hadslander → PTB
Deputado – Valdemar Costa Neto → PL

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

MOÇÃO Nº 2 12/05/97

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
PresidenteMunicipal

CEPAM
CID/GBD
DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA
Emitente
Fonte DOU
Data 28/3/95 Pág. 4.27 Fasc. 1

LEI COMPLEMENTAR Nº 82, DE 27 DE MARÇO DE 1995

Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, pagas com receitas correntes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão, em cada exercício financeiro, exceder:

I - no caso da União, a sessenta por cento da respectiva receita corrente líquida, entendida esta como sendo o total da receita corrente, deduzidos os valores correspondentes às transferências por participações constitucionais e legais dos Estados, Distrito Federal e Municípios na arrecadação de tributos de competência da União, bem como as receitas de que trata o art. 239 da Constituição Federal, e, ainda, os valores correspondentes às despesas com o pagamento de benefícios no âmbito do Regime Geral da Previdência Social;

II - no caso dos Estados, a sessenta por cento das respectivas receitas correntes líquidas, entendidas como sendo os totais das respectivas receitas correntes, deduzidos os valores das transferências por participações constitucionais e legais dos Municípios na arrecadação de tributos de competência dos Estados;

III - no caso do Distrito Federal e dos Municípios, a sessenta por cento das respectivas receitas correntes.

§ 1º Se as despesas de que trata este artigo excederem, no exercício da publicação desta Lei Complementar, aos limites nele fixados, deverão retornar àqueles limites no prazo máximo de três exercícios financeiros, a contar daquele em que esta Lei Complementar entrar em vigor, à razão de um terço do excedente por exercício.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até trinta dias após o encerramento de cada mês, demonstrativo da execução orçamentária, do mês e até o mês, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas correntes líquidas, das despesas totais de pessoal e, conseqüentemente, da relativa participação.

§ 3º Sempre que o demonstrativo de que trata o parágrafo anterior, no que tange à despesa acumulada até o mês, indicar o descumprimento dos limites fixados nesta Lei Complementar, ficarão vedadas, até que a situação se regularize, quaisquer revisões, reajustes ou adequações de remuneração que impliquem aumento de despesas.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro exercício financeiro subseqüente ao de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de março de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Carlos Bresser Pereira

EXCELENTISSIMO SENHOR ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA
DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Eu, Andreas Adrianus Antonius Graat, RG nº 7.481.725-5, Vereador desta Casa de Leis, venho respeitosamente nos termos do artigo 23, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 340, Inciso II do Regimento Interno, requerer licença para me ausentar do Município no dia 19/06/96, para participar de evento em Amsterdam - Holanda, conforme programação em anexo.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Holambra, 18 de março de 1996.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT

PROTOCOLO
de Ordem 667
Fls. No 18 Livro No 02
Data 18/03/96
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
20/03/96
PRESIDENTE

APROVADO
FAVORÁVEIS 08
CONTRÁRIOS —
ABSTENÇÕES —
20/03/96
PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº...../96

Solicita adiamento de votação

O Vereador que este subscreve, com fundamento no artigo 222, inciso IV, combinado com o artigo 254 e parágrafos do Regimento Interno, REQUER o adiamento da votação dos Projetos de Decreto Legislativo de nºs 001/96 a 032/96, por prazo igual a três sessões.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem por objetivo permitir que as matérias tratadas pelos referidos Projetos de Decreto sejam melhor analisadas, antes da discussão e deliberção pelo Plenário.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
VEREADOR RELATOR

APROVADO
FAVORÁVEIS 7
CONTRÁRIOS 1
ABSTENÇÕES X
20/11/96
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
20/11/96
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Com fundamento no Artigo 35, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Holambra, pelo presente, vimos requerer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Muncipal de Holambra, Vereador Antonio José Esperança, a convocação da Câmara Municipal, para Sessão Legislativa Extraordinária, para a finalidade precípua de apreciação do Projeto de Lei nº 021/96, que ESTABELECE BENEFÍCIOS DE ISENÇÃO A LOTEMENTOS DE VULTO.

Subscrevemo-nos, atenciosamente.

Holambra, 17 de dezembro de 1996.

Vereadores:-

PROTOCOLO
No de Ordem 968
Fls No 28 Livro No 09
Data 17 / 12 / 96
SECRETÁRIA

REQUERIMENTO

Com fundamento no Artigo 35, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Holambra, pelo presente, vimos requerer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Muncipal de Holambra, Vereador Antonio José Esperança, a convocação da Câmara Municipal, para Sessão Legislativa Extraordinária, para a finalidade precípua de apreciação do Projeto de Lei nº 021/96, que ESTABELECE BENEFÍCIOS DE ISENÇÃO A LOTEMENTOS DE VULTO.

Subscrevemo-nos, atenciosamente.

Holambra, 17 de dezembro de 1996.

Vereadores:-

PROTOCOLO
N.o de Ordem 968
Fls. No 28 Livro No 09
Data 17/12/96
SECRETARIA

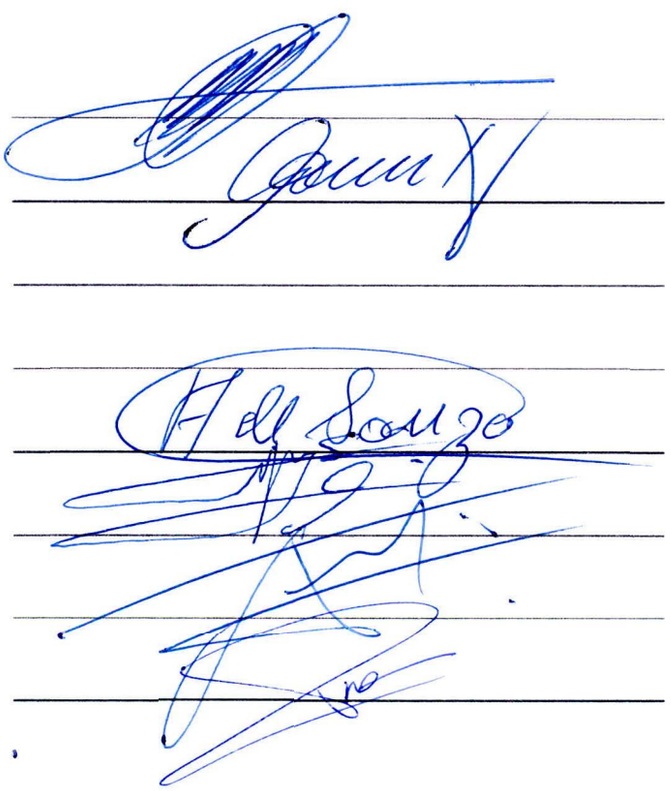
REQUERIMENTO

Com fundamento no Artigo 35, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Holambra, pelo presente, vimos requerer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Muncipal de Holambra, Vereador Antonio José Esperança, a convocação da Câmara Municipal, para Sessão Legislativa Extraordinária, para a finalidade precípua de apreciação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº001/96, protocolada neste Legislativo sob o nº 962, em 13 de dezembro de 1996.

Subscrevemo-nos, atenciosamente.

Holambra, 16 de dezembro de 1996.

Vereadores:-



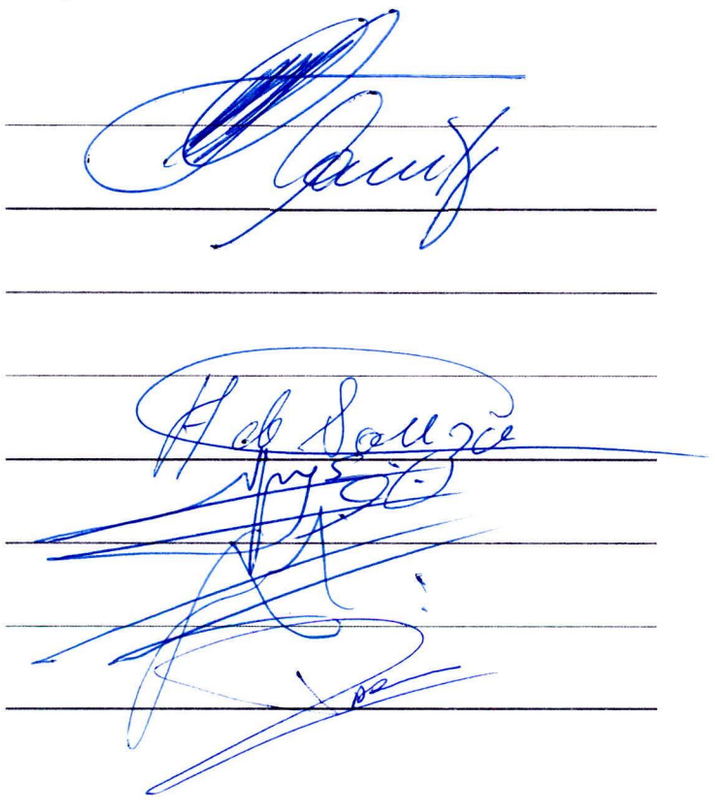
REQUERIMENTO

Com fundamento no Artigo 35, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Holambra, pelo presente, vimos requerer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Muncipal de Holambra, Vereador Antonio José Esperança, a convocação da Câmara Municipal, para Sessão Legislativa Extraordinária, para a finalidade precípua de apreciação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº001/96, protocolada neste Legislativo sob o nº 962, em 13 de dezembro de 1996.

Subscrevemo-nos, atenciosamente.

Holambra, 16 de dezembro de 1996.

Vereadores:-



Para Senhor Rodolfo.
Andréia "Camara de Holambra"

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
(BERÇO DA AMIZADE)
RUA 10 DE ABRIL, Nº 629 - CEP 13160-000 - FONE DDD (019) 877-1011 - FAX 877-2012
C. G. C. (M.F.) Nº 45.735.552/0001-86
Estado de São Paulo - Brasil

LEI Nº 2 438

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARTUR NOGUEIRA - SP"

NELSON STEIN, Prefeito Municipal de Artur Nogueira, usando de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação, Órgão Normativo, Deliberativo e Consultivo do Sistema Municipal de Educação, nos termos do artigo 230 da Lei Orgânica do Município de Artur Nogueira e Lei Estadual nº.9.143, de 09 de Março de 1995.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Educação será constituído por 15 membros titulares e respectivos suplentes das mesmas áreas, nomeados pelo Prefeito Municipal, que residam no Município de Artur Nogueira, de ilibada conduta em matéria de educação, escolhidos dentre representantes dos seguintes órgãos ou instituições:

2 representantes do Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
3 representantes do Poder Executivo; sendo um da área financeira, um da tesouraria e outro da jurídica;
3 representantes de escolas, sendo um do Estado, outro do Município e um da rede particular;
1 representante da Delegacia de Ensino;
3 representantes de pais - APMs., sendo um da rede Estadual, um da rede Municipal e outro da rede particular;
1 representante de Sindicatos afins;
1 representante de alunos, que deverá ser maior de 18 anos;
1 representante de outros Conselhos Municipais.

Parágrafo 1º - A escolha dos membros representantes de cada um dos órgãos ou instituições mencionadas neste artigo será feita pelo Sr.Prefeito Municipal dentre os nomes indicados em lista tríplice elaborada pelo Sr.Diretor de Educação, após a indicação e consulta prévia aos respectivos segmentos.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros do Conselho, será de 01 (um) ano, sendo permitida uma recondução aos representantes do Poder Público Municipal.

Parágrafo 3º - Os suplentes substituirão os respectivos conselheiros nas suas faltas, licenças e ou afastamentos definitivos.

Artigo 3º - O mandato dos membros do Conselho se extinguirá a pedido ou por ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, ocorridas em um ano de exercício, assegurando-lhes pleno direito de defesa.

LEI Nº 2 438

XIII - pronunciar-se sobre a autorização de funcionamento das creches, escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino especial e ensino superior, no âmbito de sua competência;

XIV - emitir parecer acerca da conveniência quanto a instalação de cursos em todos os níveis;

XV - sugerir medidas e providências que concorram para despertar a consciência pública para os problemas da educação;

XVI - emitir pareceres sobre assuntos vinculados ao estatuto do Magistério;

XVII - propor ações educacionais compatíveis com programas de outras áreas, como saúde, assistência pública e promoção social, bem como manter intercâmbio com outros Conselhos Municipais de Educação e com Instituições de Ensino e Pesquisa;

XVIII - emitir parecer sobre o ingresso e necessidade de eventual assistência do Município às instituições filantrópicas comunitárias no que se refere à Educação;

XIX - fiscalizar e opinar sobre a aplicação de recursos à manutenção e desenvolvimento da Educação no Município, proveniente da União, do Estado e do próprio Município e outras fontes, assegurando-lhes a aplicação de acordo com o Plano Municipal de Educação;

XX - estabelecer em conjunto com o Poder Executivo, prioridades e critérios que fundamentem a proposta orçamentária;

XXI - emitir pareceres sobre os relatórios financeiros da Secretaria Municipal de Educação, bem como, acompanhar e fiscalizar a sua aplicação;

XXII - propor a criação de critérios para a concessão de bolsas de estudos pelo Município;

XXIII - opinar e emitir parecer sobre os convênios educacionais de ação inter-administrativo de interesse do Município;

XXIV - estabelecer em conjunto com o Poder Executivo normas para a realização de concursos públicos, visando preenchimentos dos cargos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como admissão em caráter temporário dos mesmos;

XV - divulgar, através de publicações, as atividades do Conselho Municipal de Educação nos veículos de comunicação do Município;

XXVI - elaborar e ou alterar o seu regimento;

XXVII - exercer por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;

XXVIII - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);

LEI Nº 2 438

Parágrafo único - A licença por mais de 06 (seis) meses ou por tempo indeterminado, salvo motivo de saúde, dependerá de aprovação do Diretor da Educação, após manifestações do Conselho.

Artigo 4º - No caso de vaga de qualquer dos membros em suplência do Conselho, será escolhido e nomeado substituto, através de ato do Poder Executivo Municipal, seguindo os critérios do artigo 2°.

Artigo 5º - O Conselho Municipal de Educação, após delegação de competência do CEE (conselho Estadual de Educação) terá autonomia junto aos órgãos educacionais do Município de Artur Nogueira e seu relacionamento com o Poder Executivo será através de trabalhos conjunto de seu colegiado com os órgãos da Administração, atendendo as diretrizes da Política Educacional do Município.

Artigo 6º - São atribuições e competências do Conselho Municipal de Educação:

I - fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;

II - participar da elaboração do Plano Municipal de Educação;

III - fixar diretrizes para elaboração de regimento, calendário e currículo para as escolas, quando houver delegação de competência de órgãos superiores;

IV - estabelecer em conjunto com o Poder Executivo, as diretrizes da Política Educacional do Município;

V - estabelecer normas, bem como fiscalizar as medidas que visem atender às crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais de caráter intelectual, físico ou emocional, no processo de escolarização e profissionalização;

VI - emitir pareceres sobre assuntos e questões pedagógicas e educacionais que lhe sejam propostas pelo Conselho Estadual e pela Prefeitura Municipal de Artur Nogueira;

VII - adotar providências que garantam que as oportunidades de ensino sejam asseguradas à todos, em igualdade de condições;

VIII - diagnosticar evasão, retenção e qualidade de ensino nas escolas, apontando alternativas e soluções;

IX - realizar estudos sobre o processo de avaliação escolar;

X - realizar estudos sobre o sistema de ensino do Município, avaliando sua qualidade e propondo medidas que visem sua expansão e aperfeiçoamento;

XI - propor mecanismos que promovam a integração escola/comunidade e incentivar o entrosamento entre as redes de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Especial, Ensino Médio e Ensino Superior;

XII - propor mecanismos que integrem o Esporte, o Lazer e a Cultura em todos os níveis educacionais;

LEI Nº 2 438

XXIX - o Conselho Municipal de Educação proporá normas complementares para aplicação e execução desta lei.

Artigo 7º - O Diretor Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e o Delegado de Ensino são membros natos do Conselho Municipal de Educação com direito à voz e sem direito a voto.

Artigo 8º - Dependem de homologação do Diretor Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer as deliberações do Conselho Municipal de Educação.

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Educação terá um presidente e um vice-presidente, um 1º e 2º secretários, escolhidos entre seus membros por maioria simples de votos, em escrutínio secreto, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Artigo 10 - O Conselho Municipal de Educação deverá regulamentar seu funcionamento através do regimento interno a ser elaborado pelo próprio Conselho, no prazo máximo e improrrogável de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei.

Artigo 11 - Os serviços administrativos e técnicos do Conselho serão realizados pelo Departamento de Educação, pela Diretoria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer através de seus membros representantes.

Artigo 12 - Para o desenvolvimento de suas atividades, o Conselho Municipal de Educação fará o uso de verbas da Diretoria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como de suas instalações e funcionários.

Artigo 13 - Os conselheiros não serão remunerados a qualquer título, sendo seus serviços prestados ao Município considerados de alta relevância.

Artigo 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, 19 de Junho de 1997.

NELSON STEIN
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei nº.33/97: Senhor Nelson Stein, Prefeito Municipal.
Publicada, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor de Secretaria

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 1997

Proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É vedado a membro de Poder e aos demais ocupantes de cargo, emprego ou função pública de qualquer dos Poderes, nomear ou requisitar cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, até o terceiro grau civil, para cargos ou empregos em comissão, bem como mantê-los nesses cargos ou empregos sob sua chefia imediata.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos reapresentando este Projeto que por nossa iniciativa foi sugerido, em 12 de junho de 1995, no seio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa e por ela aprovado. Tendo sido aprovado no Plenário do Senado em 22, de novembro de 1995; sendo remetido à Câmara dos Deputados em 08 de dezembro de 1995, onde foi remetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Ocorre que naquela Comissão o Projeto (nº. 1.399/95 e nº. 186/95, no Senado) havia, inicialmente recebido parecer contrário, reformulado, depois pelo encaminhamento do mesmo à Comissão Especial de Reforma Administrativa. Havendo o parecer reformulado sido aprovado. Por um lamentável equívoco ficou registrado em ata daquela Comissão a aprovação do primeiro parecer, o contrário. Tendo a matéria, apesar das tentativas de correção, sido definitivamente arquivado.

Acontece que no final do ano de 1996, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram mensagem presidencial que "Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências", transformando-a na Lei nº. 9.421, de 24 de dezembro de 1996. Essa lei em seu artigo 10, determina: "no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo é vedada a nomeação ou designação, para cargos em comissão e para as funções comissionadas de que trata o art. 9º., de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, salvo a de servidor

ocupante de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, caso em que a vedação é referida à nomeação ou designação para servir junto ao magistrado determinante da incompatibilidade".

Impõe-se, portanto, a aprovação, com toda urgência possível, de norma que abranja os poderes Executivo e Legislativo.

Para maior clareza transcrevemos a seguir, a justificação ao Projeto inicialmente apresentado que tomou o nº. 186/95:

Justificação

Este Projeto foi elaborado por recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que já vinha adotando como praxe a inclusão de dispositivo estabelecendo a vedação de nomeação de parentes para cargos em comissão nas proposições dispondo sobre a criação e organização de órgãos públicos. Por ocasião da apreciação do PLC nº. 81/92, "criando, na 8ª. Região da Justiça do Trabalho, em Belém, no Estado do Pará, no âmbito do Ministério Público do Trabalho de 2ª. Categoria, cargos em comissão", sugeri que fosse elaborada uma norma geral que fixasse esta proibição no âmbito de todos os poderes públicos, pois assim seria dado tratamento isonômico para os demais órgãos públicos sobre a questão, a minha sugestão foi aceita por aclamação pela Comissão, que também delegou-me a missão de elaborar o projeto contemplando a matéria, o que procurei fazer, na forma ora apresentada.

Vale lembrar que o Congresso Nacional tem-se manifestado, nos últimos anos, no sentido de proibir o servidor público, inclusive membro de Poder, de manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

Assim decidiu na recente Lei Complemenar nº. 75, de 20 de maio de 1993, que dispõe sobre a organização as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

> *"Art 293. Ao membro ou servidor do Ministério Público da União é vedado manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau".*

Pouco antes, havia disposto na Lei Complementar nº. 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União):

> *"Art. 51. Aos titulares de cargos de confiança, sejam de natureza especial ou em comissão, da Advocacia-Geral da União, assim como aos membros efetivos desta, é vedado manter, sob sua chefia imediata, parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem assim como cônjuge ou companheiro".*

Outra norma recente, a Lei nº. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, a chamada Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispões, no seu art. 72, nos termos do já citado art. 293 da Lei Complementar nº. 75, de 1993.

Anteriormente, outro diploma legal, a Lei nº. 8.185, de 14 de maior de 1991, que trata da organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, já demonstrava a preocupação dos legisladores com a questão do parentesco, no exercício de cargos públicos, dentro de um mesmo Colegiado:

> *"Art. 7º. Não poderão ter assento na mesma Turma do Tribunal de Justiça Desembargadores cônjuges ou parentes em linha reta ou colateral, inclusive por afinidade, até o terceiro grau."*

Já na década de sessenta, ao organizar a Justiça Federal de Primeira Instância, o Congresso Nacional defendia o mesmo entendimento (Lei nº. 5.010, de 30 de maio de 1966):

> *"Art. 72. É vedado, sob pena de nulidade, a nomeação de cônjuge ou de parente até 2º. grau, consangüíneo ou afim do Juiz Federal, para cargo dos serviços auxiliares da Seção Judiciária em que servir."*

Está clara, portanto, a constância do entendimento do Congresso Nacional da necessidade de vedação da nomeação ou permanência de parentes em relação direta com as autoridades públicas. Assim legislou para o Poder Judiciário, Ministério Público e Advocacia-Geral da União.

Parece-nos, pois, uma incoerência que essa mesma vedação não exista para os Poderes Executivo e Legislativo. As circunstâncias são as mesmas e os inconvenientes também, se não forem maiores.

A autoridade pública deve proceder de maneira impessoal, e a nomeação ou manutenção de parentes, sob sua chefia imediata, é uma situação sob permanente suspeita - temos que reconhecer.

Embora os cargos em comissão sejam de "livre nomeação e exoneração", as pessoas escolhidas devem gozar de confiança, do interesse político, não confundir com a confiança familiar, bem como de todos os requisitos indispensáveis ao fiel exercício de função pública. Torna-se difícil, sem dúvida, manter a imparcialidade na seleção e deixar de ser mais condescendente na avaliação daqueles que estão ligados a nós por laços íntimos de sangue e parentesco, sem falar nos problemas que podem surgir no dia-a-dia, quando se mantém parentes sob sua chefia imediata.

Cabe ressaltar que os cargos, empregos e funções públicas, segundo a Constituição, "são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei" (art. 37, I). Pode, portanto, a lei estabelecer restrições como esta aqui proposta. Aliás, vimos que várias leis já o fizeram sem contestação.

Impende, ainda, salientar que apresente proposição de lei ordinária é plenamente compatível com as citadas leis complementares que tratam do mesmo assunto.

Parece-nos, pois, oportuno e necessário que a medida já adotada para algumas áreas de governo seja estendida a todos os Poderes, razão pela qual contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação do presente projeto de lei."

Sala das Sessões, 26 DE FEVEREIRO DE 1997

Senador Roberto Freire

Publicado no Diário do Senado Federal, de 27.02.97

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa)

Centro Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF





trata

1º

3/30

Parágrafo 2º. vide verso.

10 dias

Parágrafo 2º - Para os efeitos da concessão das diárias, considerar-se-ão incluídos o dia de saída e o dia de retorno a Holambra.

Justificativa:

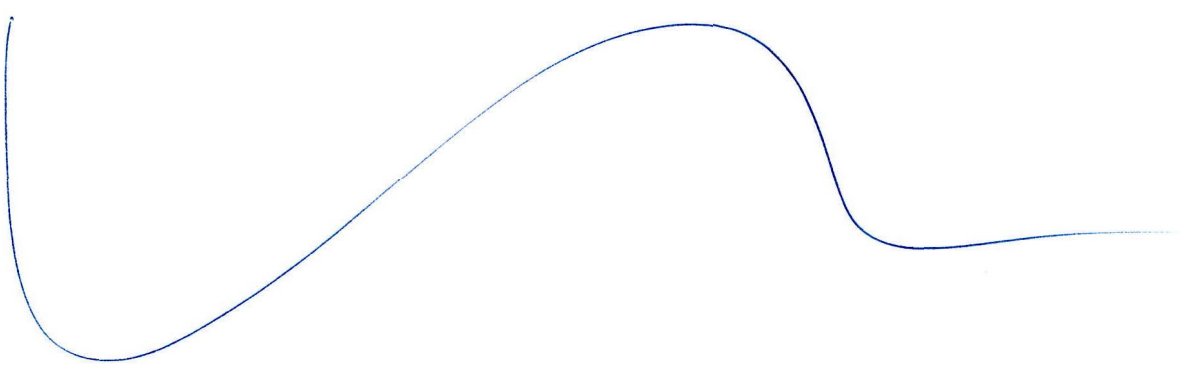
A presente proposição objetiva atender a entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que, com fundamento na Lei Nacional nº 4.320/64 não inclui os Agentes Políticos no Regime de Adiantamentos.

Projeto de ... /97

a Câmara Municipal .....



as



Justificativa: A presente proposição tem por objetivo ~~regulamentar~~ dispor sobre a colocação de caixas - receptoras de correspondências em imóveis urbanos deste Município, com a ~~finalidade~~ normatização ~~padronizada~~ finalidade de, ~~normatizar~~ facilitar a entrega e o recebimento das correspondências em Holambra.

MOÇÃO Nº .../97

~~REPUDIA A CONTINUIDADE DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL (FEF).~~

REPUDIA A CONTINUIDADE DO FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL (FEF).

O Vereador, que esta subscreve, com fundamento no artigo 229 "caput" e parágrafo 1º, inciso II do Regimento Interno, vem apresentar à apreciação e deliberação desta Câmara Municipal, MOÇÃO DE REPÚDIO à continuidade do FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL (FEF), proposta pelo governo federal e atualmente em discussão no Congresso Nacional.

Com efeito, segundo levantamento elaborado pelos gabinetes dos deputados federais do P.T. e enviado à Bancada do P.T. na Assembléia Legislativa de São Paulo (doc. em anexo), a continuidade em questão vai retirar do Município de HOLAMBRA aproximadamente R$95.523,00 (noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e tres reais) de receita em 1997.

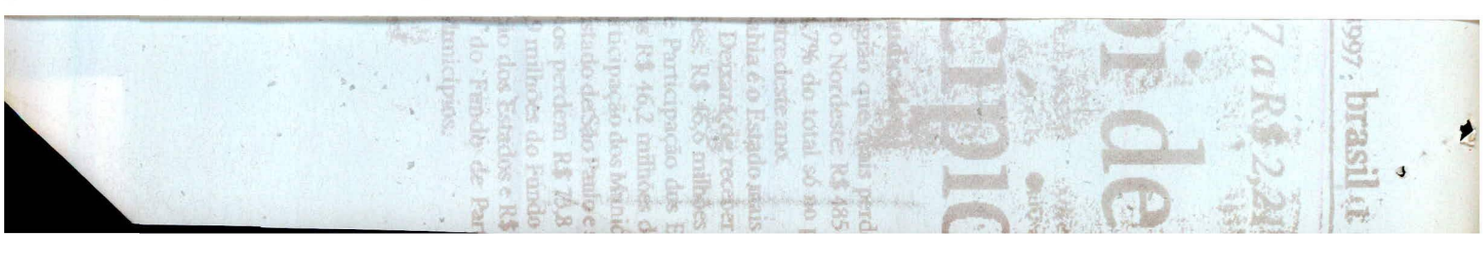
Conforme publicação da Folha de São Paulo, em 13 de abril de 1997 (doc. em anexo), "os Estados e Municípios perderão R$1.085 bilhão no primeiro semestre deste ano com o corte que o governo fará em seus repasses para enviar recursos ao F.E.F. (Fundo de Estabilização Fiscal), segundo dados da Assessoria de Orçamento da Câmara".

Nessas condições, a proposta de Emenda constitucional que o governo enviou ao Congresso Nacional e que prevê a prorrogação do Fundo até 1999, trará grandes prejuízos para os Estados e Municípios.

Por essas razões é que estamos encaminhando a presente MOÇÃO DE REPÚDIO à referida prorrogação, a qual agruardamos seja aprovada por esta Casa de Leis.

Após, encaminhe-se cópia aos Líderes ~~da Câmara dos Deputad~~ partidários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.



PROJETO DE LEI Nº ..../97 (Sr. Pedro)

Dá nova redação ~~e acrescenta parágrafo único~~ ao artigo 2º da Lei Municipal nº 250, de 20 de março de 1997.

Boletim 30

A Câmara Municipal .....

Artigo 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 250, de 20 de março de 1997 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - Para cumprimento do artigo 1º, deverão ser exigidas garantias hipotecárias no valor correspondente a benfeitoria.

~~Parágrafo Único - A garantia hipotecária de que trata este~~

Artigo 2º - Fica acrescido ao artigo 2º da Lei Municipal nº 250, de 20 de março de 1997 o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A garantia hipotecária de que trata este artigo somente poderá ser cancelada quando as espécies nativas e frutíferas replantadas tenham atingido a altura mínima de 1,50m."

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A proposição ora apresentada tem por objetivo substituir o artigo 2º, vetado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, conforme Ofício nº 139/97 - GPM, que considerou a redação inicialmente proposta como contrária ao interesse público.

.x.x.x.x.x.x.



...197

339

a Câmara Municipal .....

339

(vire)

Fazer projeto de resolução

Justificativa:

A presente proposição tem por objetivo suprir falha do Regimento Interno, que não prevê possibilidade de justificação de faltas dos Vereadores às sessões plenárias ou às reuniões das Comissões Permanentes, em razão de viagem a serviço da Câmera.

1) - INDICAÇÃO Nº .../97 (Ver. José Marcos)

Sugere conclusão da iluminação e pintura da quadra esportiva da Escola Bairro Holambra.

O Vereador, que esta subscreve, com fundamento no artigo 227 do Regimento Interno, INDICA ao Exmo. Sr. ....., DD. Prefeito Municipal de Holambra, que determine providências, no sentido de concluir a iluminação e a pintura da quadra esportiva da Escola Bairro Holambra.

Com efeito, referida providência é de grande interesse da comunidade holambrense, eis que possibilitará à mesma maior comodidade na prática esportiva, hoje de grande valia na formação dos nossos jovens

.x.x.x.x.x.x.

2) - INDICAÇÃO Nº .../97 (Ver. José Marcos)

Sugere execução da iluminação na quadra de saibro do Centro de Lazer do Trabalhador

O Vereador, ..., que determine providências, no sentido que de seja executada a iluminação na quadra de saibro do Centro de Lazer do Trabalhador.

Com efeito, trata-se de medida de grande interesse para a nossa comunidade, eis que irá possibilitar a prática esportiva tambem no período noturno, facilitando em muito a frequência do local pelos trabalhadores, que nos demais períodos não podem faze-lo.

.x.x.x.x.x.x.

3) - INDICAÇÃO Nº .../97 (Ver. José Marcos)

Sugere construção de quadra de futebol de salão no terreno municipal, a trás da Escola Bairro Fundão.

O Vereador, ... que determine providências, no sentido de que seja construida quadra de futebol de salão (FUTSAL), no terreno municipal atrás da Escola Bairro Fundão.

Com efeito, trata-se de medida de grande interesse da comunidade daquela região, eis que possibilitará a existência de mais um local para prática esportiva, ainda mais levando-se em conta a atração que as pessoas vem demonstrando pelo FUTSAL.

.x.x.x.x.x.x.x.x.

4) - INDICAÇÃO .../97 (Ver. José Marcos).

SUgere à Secretaria Estadual de Transportes a pavimentação de vicinais.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 015/97, DE 04 DE MARÇO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Holambra aprovou a seguinte Lei:

Artigo 1º - É dever do Município atender, prioritariamente, em creches e pré-escolas municipais as crianças de até 6 (seis) anos de idade, residentes em Holambra, respeitado o direito constitucional de assistência gratuita aos filhos e dependentes dos servidores públicos deste Município.

Artigo 2º -Somente após o total cumprimento do disposto no artigo 1º as creches e pré-escolas municipais poderão atender as crianças de 6 (seis) anos de idade residentes em outros Municípios.

Artigo 3º - O Poder Executivo deverá tomar as providências necessárias para a efetiva aplicação desta Lei, até o final deste exercício, ficando, desde já, proibido o atendimento de novas crianças residentes em outros Municípios.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

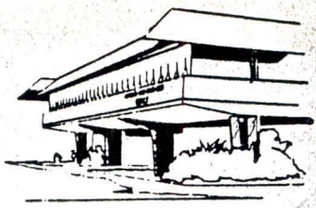
Sala das Comissões, 07 de abril de 1997.

VEREADOR VALTER COSTELLA
Presidente

VEREADOR MARCEL D. DE SOUZA CAMPOS
Vice-Presidente

VEREADOR JOAQUIM DE CARVALHO
Membro Relator

Vilmara K. Moraes



CURSOS

H. Lamba

CONCURSO PÚBLICO

1993
25 ANOS DE CEPAM

4.6 Modelo de Lista de Presença

Órgão municipal competente de... - SP

Concurso Público para o cargo/emprego de ...prova de...

Data .../.../...

Sala no. ...

No. de INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	No. R.G.	ASSINATURA
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Total de candidatos presentes ...

Total de candidatos ausentes ...

Assinatura dos Fiscais

(1) .....
(Nome - assinatura)

(2) .....
(Nome - assinatura)

4.7 Modelo de Folha de Controle de Aplicação das Provas

Órgão municipal competente de...- SP

Concurso Público para ...

SALA/TURMA	HORÁRIO	NÚMERO DE CANDIDATOS
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

Total de candidatos presentes ...

Total de candidatos ausentes ...

Assinatura da Coordenação

.....

(Nome - assinatura)

1 INTRODUÇÃO

A Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam tem, entre outros, os objetivos de desenvolver e aperfeiçoar o pessoal que integra os diversos quadros da administração pública. Assim, entende-se que esse processo de qualificação inicia-se quando do "recrutamento" dessa mão-de-obra no mercado de trabalho e da sua "seleção" para melhor adequação ao serviço público.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 37, inciso II, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

A realização de um concurso público tem como finalidade:

. assegurar a igualdade de oportunidades para ingresso no serviço público;
. fazer com que a admissão no serviço público dependa do esforço e dos conhecimentos do candidato;
. efetuar seleção qualitativa, visando à melhoria do nível de capacitação dos servidores públicos em proveito da administração pública;
. dignificar o exercício da função pública, concorrendo para valorizar o conceito do servidor público;
. dar continuidade aos projetos públicos, através da possibilidade de manutenção do corpo técnico competente.

O concurso público é, portanto, o conjunto de sistemas e métodos que procura encontrar um candidato, no mercado de trabalho, com qualificação e/ou aptidão adequadas para desempenhar, satisfatoriamente, as funções e responsabilidades exigidas para o cargo/emprego público, atendendo aos princípios constitucionais previstos no **caput** do artigo 37, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

A Gerência de Treinamento da Fundação oferece aos municípios dois tipos de atendimento na área de concursos públicos: a orientação técnica para que a administração pública o realize ou a execução de todo o processo do concurso para o órgão.

Para maiores esclarecimentos, a Gerência de Treinamento mantém também um serviço de consultas, através do qual esclarece dúvidas relacionadas aos procedimentos para a realização de concurso público.

Necessitando de assessoria para acompanhamento ou execução do concurso público, o órgão requisitante deverá enviar ofício dirigido ao Presidente da Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam. Maiores informações através do telefone (011) 212-3144, ramal 349.

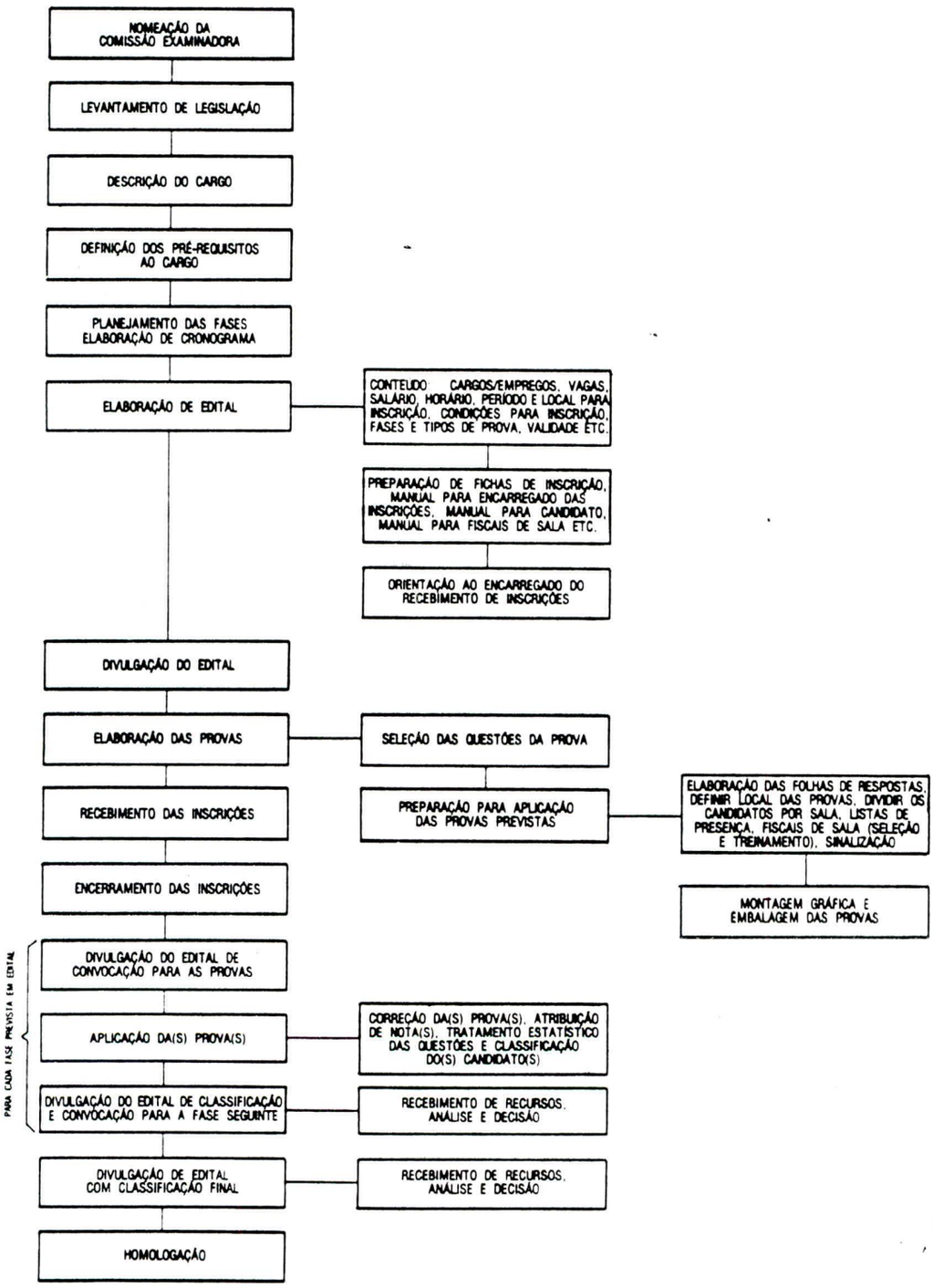
2 ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Um concurso público compreende as seguintes etapas:

2.1. Primeira Fase - Planejamento

. portaria designando a comissão examinadora para preparar, aplicar e julgar as provas;
. análise de legislação existente (Estatuto dos Funcionários Públicos, Lei de Criação dos Cargos/Empregos e Normas de Concurso Público, Lei de Regulamentação de Admissão de Pessoa Portadora de Deficiência, se houver);
. levantamento, **in loco**, das atividades dos cargos/empregos objeto do concurso público (Descrição de Cargos/Empregos);
. levantamento das escolas e sua capacidade para aplicação das provas do concurso, e dos jornais existentes na cidade, para divulgação dos editais;
. análise das condições do mercado de trabalho e características do município que possibilitem uma previsão aproximada do total de candidatos que se inscreverão;
. determinação das matérias e do nível das provas que deverão compor o concurso;
. definição de cronograma, com previsão de todas as etapas e fases de realização das provas do concurso público;
. elaboração do edital de abertura do concurso público prevendo prazo para inscrição de interessados;
. elaboração das fichas de inscrição e do respectivo protocolo;
. elaboração do manual de orientação ao candidato;
. elaboração do manual de orientação ao encarregado das inscrições;
. treinamento dos encarregados pelas inscrições.

3 FLUXOGRAMA



4 DA COMISSÃO EXAMINADORA

Para a realização de um concurso público, é de extrema importância a comissão examinadora. Sugerimos que seja composta por número ímpar de elementos (de três a cinco) para que, caso haja necessidade de algum tipo de votação, não ocorra empate dos votos.

Os membros da comissão deverão ser indicados pela autoridade competente, pertencentes ou estranhos ao funcionalismo do respectivo órgão, de reconhecida idoneidade moral, com inteiro conhecimento das matérias a examinar ou não, e também por elementos que respondam pelos atos administrativos (tarefas de execução).

Ficará a cargo da comissão examinadora, como suas principais atribuições:

. a indicação de fiscais para as salas de provas;

. a guarda da sobrecarta (envelope) contendo a identificação dos candidatos na folha de respostas da(s) prova(s);

. a elaboração da(s) prova(s);

. a supervisão da elaboração das provas, quando realizadas por terceiros;

. a coordenação da aplicação da(s) prova(s);

. correção das provas;

. a divulgação de resultados;

. a revisão das notas atribuídas aos candidatos, quando solicitada, se prevista em regulamento de concurso público e edital;

. a divulgação do resultado final; e

. a preparação de relatório a ser entregue à autoridade que determinou a realização do concurso.

4.1 Da Fiscalização da Prova

As salas onde se realizarão as provas serão fiscalizadas por elementos designados pela comissão examinadora, vedado o ingresso nelas a pessoas estranhas.

4.2 Da Homologação

Compete à autoridade competente a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela comissão examinadora. Deve-se tomar cuidado para não ferir os princípios de moralidade e legalidade previstos no **caput** do artigo 37 da Constituição Federal. Para tanto, aconselhamos que a homologação seja feita até, no máximo, 15 dias contados da publicação do resultado final.

A nomeação obedecerá à ordem de classificação.

4.3 Da Identificação das Provas

As provas escritas ou de múltipla escolha, sob pena de nulidade, poderão deixar de conter assinatura e qualquer sinal que identifique seu autor. Nesse caso, a assinatura do candidato será lançada em talão destácavel,(que terá o número de identificação repetido na prova), será colocado em sobrecarta (envelope) fechada e rubricada e ficará sob guarda da comissão examinadora.

Somente após a conclusão do julgamento das provas serão identificados os autores, em ato público, em local, data e hora previamente anunciados.

4.4 Dos Prazos

Se houver no regulamento de concurso ou no estatuto prazos já determinados quanto ao período de inscrições, deferimentos e indeferimentos de inscrições, revisão de provas, homologação, publicações etc., a comissão examinadora deverá respeitar os prazos da legislação existente.

Caso não haja nenhuma legislação que determine os prazos deverá ser atendido o princípio constitucional previsto no **caput** do artigo 37, qual seja, o da publicidade entre os demais princípios.

Com o intuito de auxiliar o planejamento do cronograma de concurso público, apresentamos algumas sugestões:

. publicação de edital - no mínimo três dias corridos;

. prazo de inscrição - no mínimo cinco dias úteis;

. convocação para as provas - no mínimo três dias corridos, com antecedência de uma semana da realização das provas;

. publicação do resultado final - no mínimo três dias corridos;

. homologação - até 15 dias após a publicação do resultado final.

A seguir apresentamos os modelos para orientar a comissão examinadora na execução de suas atribuições.

4.5 Modelo de Portaria para Abertura de Concurso e Designação de Comissão Examinadora

Órgão municipal competente de ...

Portaria nº. ...

I - Fica determinado ao ...(mencionar o órgão municipal competente) a abertura de concurso público para preenchimento de ... (indicar o número de cargo(s) empregos(s)) de ... (indicar a denominação de cargos/empregos) ...de provimento efetivo/celetiva constantes da Lei no. ..., de ... de ... de 19..., de conformidade com a legislação em vigor.

II - Designo os Senhores... para comporem a comissão examinadora que irá, sob a presidência do primeiro, coordenar a realização do concurso público mencionado nesta Portaria, bem como preparar, aplicar e julgar as provas que deverão compor as suas fases.

..., ... de ... de 19...

Autoridade Competente

4.6 Modelo de Lista de Presença

Órgão municipal competente de... - SP

Concurso Público para o cargo/emprego de ...prova de...

Data .../.../...

Sala no. ...

No. de INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	No. R.G.	ASSINATURA
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Total de candidatos presentes ...

Total de candidatos ausentes ...

Assinatura dos Fiscais

(1) .....
(Nome - assinatura)

(2) .....
(Nome - assinatura)

4.7 Modelo de Folha de Controle de Aplicação das Provas

Órgão municipal competente de...- SP

Concurso Público para ...

SALA/TURMA	HORÁRIO	NÚMERO DE CANDIDATOS
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

Total de candidatos presentes ...

Total de candidatos ausentes ...

Assinatura da Coordenação

.....

(Nome - assinatura)

4.8 Modelo de Folha de Face para Caderno de Questões

Órgão municipal competente de...-SP

Concurso Público para...

Instruções

. Esta prova é composta de ... questões.

. O tempo de duração desta prova é de ... horas.

. As questões de múltipla escolha apresentam sempre uma, e apenas uma alternativa correta.

. As respostas deverão ser assinaladas à tinta e sem rasura, com um "X", exclusivamente na FOLHA DE RESPOSTA.

. Responda a todas as questões.

. As questões não respondidas ou rasuradas serão consideradas erradas.

. O caderno de questões será recolhido ao término da prova.

4.9 Modelo de Perfil do Cargo

PERFIL DO CARGO

Data ____/____/____

Cargo _____ Nº de vagas _____
Salário _____ Regime de contratação _____
Horário _____ Nº de horas de trabalho semanais _____
Demais exigências _____

Descrição do cargo e tarefas (O que executa no dia-a-dia)

Escolaridade

	primeiro grau	segundo grau	superior	
Curso completo	☐	☐	☐	qual _____

Outros _____

Experiência _____

Aptidões

Inteligência	☐ média	☐ acima da média	☐ superior	☐ Memória associativa
Atenção	☐ concentrada	☐ distribuída		☐ Fluência verbal
☐ Rapidez de percepção				☐ Habilidade numérica
☐ Raciocínio verbal				

Personalidade

☐ Iniciativa	☐ Adaptabilidade	☐ Dinamismo
☐ Comunicabilidade	☐ Facilidade de relacionamento	☐ Capacidade de liderar

Informações gerais

Chefe imediato _____
Local de trabalho _____ Horário _____
Endereço de trabalho _____ Telefone _____

Obs.: _____

_____
Assinatura

4.10 Modelo de Ficha de Inscrição

PM/CM DE ...	FICHA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO	foto 3 x 4	Nº DE INSCRIÇÃO
INSCRIÇÃO PARA O CARGO/EMPREGO DE			

NOME COMPLETO DO CANDIDATO (Se o espaço for insuficiente, abrevie os nomes intermediários)	SEXO M 1 F 2	Localidade-Base

ENDEREÇO DO CANDIDATO (Rua, Av., Praça etc; nº, apertamento, casa etc.)			
Bairro	Cidade	UF	CEP

Nº DA CÉDULA DE IDENTIDADE (RG)	DATA DE NASC. dia mês ano	ESTADO CIVIL 1 Solteiro 2 Casado 3 Outros	Nº filhos	TEL. (mesmo p/ recado)

JÁ TRABALHOU NESTA INSTITUIÇÃO?	ESCOLARIDADE
☐ SIM ☐ NÃO	☐ 1º Grau ☐ 2º Grau ☐ 3º Grau ☐ COMPLETO Curso _____ ☐ INCOMPLETO _____

DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS REGRAS QUE NORTEIAM O PRESENTE CONCURSO, CUJO EDITAL FOI DIVULGADO NO JORNAL ..., BEM COMO AS CONSIDERAÇÕES CONTIDAS NO VERSO DA FICHA DE INSCRIÇÃO.
AS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR MIM SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE E AS DECLARO SOB PENAS DA LEI.

Local e data _____ Assinatura do Candidato _____

PM/CM DE ...	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO	foto 3 x 4	Nº DE INSCRIÇÃO
INSCRIÇÃO PARA O CARGO/EMPREGO DE			

NOME DO CANDIDATO	
Nº CÉDULA DE IDENTIDADE	Local e data _____ Assinatura do Candidato _____

COMPROVANTE DO PAGAMENTO	Visto do Responsável pelo Recebimento da Inscrição

SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL

Está empregado? ..... Empresa .....
Endereço ..... Tel. .....
Quanto tempo trabalha neste local? ..... Salário .....
Cargo atual .....
Por que deseja mudar de emprego? .....

Exerce, habitualmente, trabalho secundário? .....
Quanto rende mensalmente? ..... A que horas o executa? .....
Característica .....

EMPREGOS ANTERIORES (Relacione do penúltimo ao último)

Nome da empresa .....
Quanto tempo trabalhou neste local? ..... último salário .....
último cargo exercido .....
Motivo da saída .....
.....

Nome da empresa .....
Quanto tempo trabalha neste local? ..... último salário .....
último cargo exercido .....
Motivo da saída .....
.....
Como soube deste concurso? .....

REGRAS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCURSO PÚBLICO

1 - As omissões, erros ou falsa informação na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, que responderá por suas conseqüências.
2 - O candidato deverá datar e assinar as duas partes da Ficha de Inscrição, concordando com todas as condições e regras do edital de concurso.
3 - O tempo de duração das provas não será inferior a duas horas e será anunciado no ato da aplicação.
4 - O candidato deverá comparecer ao local das provas pelo menos 30 minutos antes do seu início, munido de caneta esferográfica na cor azul, após o que serão fechados os portões, não sendo mais permitido o acesso de nenhum candidato àquele local.
5 - Não será também permitido o ingresso, na sala, para realização das provas, do candidato que não apresentar o comprovante de inscrição, a cédula de identidade ou apresentar-se após o horário estabelecido para o início das provas. Não haverá, qualquer que seja o motivo alegado, segunda chamada para as provas de conhecimentos e para outras atividades de seleção.
6 - Será retirado da sala de provas o candidato que usar ou tentar usar qualquer material ou outro artifício que se caracterize como consulta indevida para responder a uma ou mais questões das referidas provas.
7 - Idêntico procedimento será adotado na ocorrência de qualquer fato provocado pelo candidato que perturbe a realização das provas ou em desobediência às recomendações do aplicador de prova.
8 - As provas serão realizadas de acordo com o programa entregue ao candidato no ato da inscrição.
9 - O candidato aprovado na primeira fase será convocado por telegrama e deverá comparecer nos dias e horários determinados para as demais fases do concurso. O não comparecimento ou o comparecimento em dia ou horário diferente, automaticamente exclui o candidato do concurso.
10 - Caso você seja aprovado na primeira fase, mantenha, durante os próximos dois anos, o seu endereço sempre atualizado, para possibilitar uma eventual convocação para a continuidade do processo seletivo.

4.11 Modelo de Folha de Respostas para Prova de Datilografia

PREFEITURA/CÂMARA MUNICIPAL DE

PROVA DE DATILOGRAFIA

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	R.G.
Assinatura do Candidato		Visto do Fiscal

	Rubricas	Produção	Erros	Nota
Avaliador				
Revisor				

4.12 Modelo de Folha de Respostas

CÂMARA/PREFEITURA MUNICIPAL DE

Concurso Público para .....

Folha de Respostas		
Nome do Candidato	Nº de Inscrição	R.G.
Assinatura do Candidato		Visto do Fiscal

Questões	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

Questões	A	B	C	D	E
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

Rubricas	Erros	Acertos	Nota
Avaliador			
Revisor			

Rubricas	Erros	Acertos	Nota
Avaliador			
Revisor			

4.13 Orientação para Aplicação de Provas Escritas

MANUAL DO FISCAL

Informações Gerais

. Apresentação

Em um concurso público a etapa da aplicação de provas é de essencial e vital importância, tanto para os que dela tomam parte como aplicadores como para os candidatos, com relação aos quais se espera o máximo de responsabilidade e atenção.

Essa atividade requer que seus aplicadores estejam preparados tecnicamente para exercê-la e para receber todas as informações necessárias ao seu desempenho. As normas deste manual devem ser lidas integralmente, e o domínio seguro das orientações aqui contidas é garantia de um trabalho correto.

Os aplicadores devem também se conscientizar de que o candidato deve ser atendido e orientado da melhor forma possível e dentro da mais absoluta imparcialidade.

A eficiência, a tranqüilidade e a segurança na aplicação das provas repousam, fundamentalmente, nos princípios a seguir transcritos, os quais não comportam improvisação e interpretação individual.

. Local de realização

Escola ...

Endereço ...

. Data

Cargo ...

Dia ...

Hora ...hora(s)

Prova ...

Duração ...horas(s)

. Horários

- Pessoal Técnico

  Dia ...

  Saída ...

  Local ...

  Retorno ...

- Candidatos

CARGOS/EMPREGOS(EXEMPLOS)	ESCRITURÁRIO	MOTORISTA
Apresentação	7h55m	10h30m
Ingresso	8h00	10h30m
Identificação	8h00	10h35m
Início de prova previsto	8h15m	10h45m
Término	10h30m	12h45m

Processo de Aplicação

Primeira Fase: Preparação da Sala

. Cada aplicador receberá:

- crachá de Identificação;

- envelope contendo materiais para serem emprestados aos candidatos que esquecerem de levá-los: lápis, apontador e caneta esferográfica;

- envelopes contendo lista de presença: uma para ser afixada na porta da sala e outra para assinatura dos candidados;

- caixa lacrada contendo os cadernos de questões e folhas de respostas.

No quadro-negro deverão constar as seguintes informações:

- Início da Prova: ...horas,
  Término da Prova: ...horas;

- Quadro de Identificação a fim de facilitar a localização dos candidatos;

- Reprodução do cabeçalho da folha de respostas.

NOME DO CANDIDATO	No. DE INSCRIÇÃO	No. RG
ASSINATURA DO CANDIDATO:	VISTO DO FISCAL	

- O resultado desta prova será divulgado por um jornal o por um órgão municipal competente, após ... (data);

- Nome dos aplicadores;

- Os três últimos candidatos deverão sair juntos da sala após terem sido lacrados pelos aplicadores os envelope contendo as folhas de respostas.

Segunda Fase: Recepção dos Candidatos

. Prepare-se para recepcionar os candidatos, colocando sobr a mesa a lista de presença, as folhas de respostas e canet para conferência da inscrição e anotação de presença pe candidato.

. As listagens dos candidatos, por ordem alfabétic indicando as salas correspondentes, estarão afixadas saguão de entrada e na porta da sala, além da lista presença.

À medida que os candidatos forem chegand autorize sua entrada na sala e lhes indique onde senta Constatando a presença da maioria, inicie a indicação, um um, na própria carteira.

. Verifique se o candidato consta da lista de presença sala.

. Verifique se o número e nome do documento de identidade o mesmo indicado no protocolo de inscrição.

. Verifique se a fotografia do protocolo de inscrição corresponde ao portador.

. Apresente a lista de presença para assinatura. O candidato deverá, obrigatoriamente, assiná-la.

. Controle a saída de candidatos da sala após a assinatura da lista de presença.

. Havendo qualquer tipo de dúvida, providencie o encaminhamento do candidato à sala de coordenação através do supervisor. O aplicador não deve se afastar de sua sala, em nenhuma hipótese.

Terceira Fase: Preparativos para Aplicação da Prova

. Verifique se todos os candidatos trouxeram o material, se algum não o possuir, forneça-o. Sobre a carteira somente poderão permanecer lápis, borracha, caneta, protocolo de inscrição e o documento de identidade.

. Todo material de consulta e equipamentos deverão ser colocados no chão, ao lado do candidato. Exemplo: calculadora, livros, pastas, bolsas etc.

Quarta Fase: Início da Prova

. Aguarde a presença do coordenador e confirme a regularidade dos procedimentos:

- Dado o sinal para o início das provas, explique que fomos contratados para aplicar o concurso e que as provas vieram lacradas da comissão examinadora. Retire o lacre do envelope à vista dos candidatos;

- Distribua os cadernos de questões e as folhas de respostas, solicitando a todos que não abram o caderno antes de serem autorizados;

- Peça aos candidatos para verificar se o caderno está totalmente completo (numeração, e se há folhas sem impressão ou eventuais rasuras);

- Oriente os candidatos no preenchimento, à tinta e sem rasuras, do cabeçalho da folha de respostas;

- Leia, pausadamente, para os candidatos as instruções contidas no caderno de questões. Repita-as, se necessário. Esclareça dúvidas, se houver. Peça aos candidatos para não se levantarem;

- Terminadas as instruções e atendidas as possíveis consultas, autorize o início da prova e complete o quadro informativo, marcando o horário de início e término da prova;

- Informe que todas as questões do caderno de provas deverão ser respondidas e somente depois transcritas para a folha de respostas;

- Poderão ser utilizados, como rascunho, os espaços em branco e o verso das folhas do caderno de provas;

- Caso ocorra alguma situação não prevista no esquema apresentado, recorra à coordenação, bastando, para isso, dirigir-se à porta da sala e aguardar a presença do coordenador.

Quinta Fase: Realização da Prova

. Não admita qualquer comunicação entre os candidatos, sob pretexto algum.

. Advirta o candidato em casos de tentativa de comunicação.

. Determine a mudança de lugar do candidato.

. Persistindo o problema, leve-o ao conhecimento da coordenação.

. Não admita consulta a qualquer material, nem uso de equipamentos (por exemplo: calculadora).

Sexta Fase: Término da Prova

. À medida que os candidatos forem concluindo as provas, recolha os cadernos de questões e as folhas de respostas.

. Atenda somente um candidato por vez. Certifique-se de que o candidato:

- preencheu o cabeçalho à tinta;

- respondeu à tinta às questões;

- assinou o cabeçalho da folha de respostas.

. Faça sua rubrica em cada prova verificada.

. Caso haja necessidade, sibstituia a folha de respostas.

. Transcreva, a caneta, os dados da folha de respostas original para a folha de respostas substituta.

. Inutilize a folha de respostas original, rasgando-a na presença do candidato.

. Recolha o caderno de questões utilizado pelo candidato.

. Avise os candidatos quando restarem dez e cinco minutos para o término do horário marcado para a conclusão da prova.

. Encerrado o prazo, determine aos candidatos remanescentes que nada mais escrevam ou anotem nos cadernos de questões e folhas de respostas, recolhendo-os.

. Não fique, ao final das provas, com apenas um só candidato. Peça ao penúltimo para permanecer até que tenha atendido o último e que este tenha entregue as provas.

Sétima Fase: Devolução do Material

. Dispensados todos os candidatos, verifique se todas as folhas de respostas estão rubricadas e condicione-as em seus envelopes, bem como os cadernos de questões.

. Devolva à coordenação a caixa contendo:

- cadernos de questões;

- folhas de respostas;

- relatório de informações de sala.

4.14 Orientação para Aplicação da Prova de Datilografia

O local para aplicação da prova de datilografia deve proporcionar condições para que possa reunir um número razoável de máquinas de escrever da mesma marca e tipo, com fitas novas e revisadas, que permita efetuar a prova em turmas, de modo a não prolongá-la demasiadamente.

A convocação dos candidatos para a prova deve ser feita em turmas sucessivas.

A nossa experiência tem demonstrado que o tempo médio para realização da prova de datilografia é de 15 minutos, se seguidos os procedimentos descritos. Caso existam dez máquinas, deverão ser convocados oito candidatos por turma, ficando duas máquinas de reserva para eventuais substituições daquelas que, por ventura, quebrarem.

Material necessário para a aplicação da prova:

. textos previamente preparados, conforme sugestão anexa;

. papel sulfite para experimentar a máquina;

. folhas para a prova;

. régua;

. lista de presença;

. folha de controle de aplicação;

. recorte de edital de convocação para a prova;

. cronômetro ou relógio com indicação de segundos;

. envelopes para as provas;

. fita adesiva.

Identificação

Os candidatos deverão ser identificados antes de sua entrada na sala de aplicação da prova. Para isso, deverá ser escolhido um local onde os candidatos, uma vez identificados, possam aguardar a chamada para a prova. Identificada a primeira turma, os candidatos são encaminhados à sala de prova.

Atividades na identificação dos candidatos:

. Solicite o documento hábil de identidade na seguinte ordem de preferência: cédula oficial de identidade, título de eleitor, certificado de reservista, carteira de trabalho.

. Identifique os candidatos da primeira turma, à medida que forem colhidas as assinaturas na lista de presença; e

. Encaminhe os candidatos para um local onde aguardarão a chamada para a prova.

Roteiro para Aplicação da Prova

. Os candidatos, ao entrarem na sala de prova, se distribuirão à vontade pelas máquinas existentes e receberão uma folha de papel para rascunho.

"Não toquem em nada. Não mexam nas máquinas antes de receberem ordem para isso."

Este aviso será repetido a cada candidato que for entrando.

. Após todos os candidatos terem se acomodado, diga:

"Quando eu mandar, vocês irão experimentar a máquina e verificar se ela está em bom estado de funcionamento. Se alguém encontrar máquina com defeito, levante o braço em silêncio e será atendido. Testem letras, números e sinais gráficos.

Não deixem de verificar: o teclado de modo geral; o tabulador para parágrafos; os marginadores.

A partir do momento em que eu avisar para começar, vocês terão dois minutos para experiência. Escrevam o que quiserem na folha que lhes foi distribuída

Não toquem na folha que colocaremos nas mesas, enquanto experimentam as máquinas.

Quando eu mandar parar, parem imediatamente.

Atenção! Podem Começar".

. Enquanto os candidatos experimentam as máquinas, coloque o texto virado para baixo, com uma régua e a folha em que o candidato prestará a prova.

Esgotados os dois minutos, diga:

"Parem Imediatamente. Retirem a folha da máquina e coloquem-na sobre a mesa para que seja recolhida. Peguem uma caneta esferográfica.

Prestem atenção às instruções da folha que está ao lado da máquina.

Preencham o cabeçalho à tinta e não esqueçam de assinar.

Terminado o preenchimento, aguardem novas instruções".

. Enquanto os candidatos preenchem o cabeçalho, recolha as folhas de rascunho, não permita que os candidatos virem o texto antes de receberem ordens.

. Verifique se os candidatos estão preenchendo corretamente o cabeçalho da Folha de Resposta.

. Quando todos tiverem preenchido o cabeçalho, diga:

"Vocês farão agora cópia fiel de um texto datilografado. Não usem borracha.

Coloquem a alavanca do seletor de entrelinhas no número dois.

Ajustem os marginadores da máquina; a partir da margem esquerda, contem dez espaços para marcar o parágrafo, apertando a tecla do tabulador. Podem tabular.

Atenção, quando eu disser podem começar, vocês irão virar a folha que se encontra ao lado da máquina e copiar fielmente o texto nela impresso.

Quando eu disser parem, obedeçam e parem imediatamente.

Atenção! Podem começar".

. Esgotados os cinco minutos, diga:

"Parem!

Retirem a folha da máquina com cuidado, e coloquem-na ao lado.

Permaneçam em seus lugares enquanto são recolhidas as provas."

. Recolha todas as provas e textos; confira com o número de presentes e só então dispense os candidatos, dizendo:

"Podem retirar-se. Verifiquem se não esqueceram nada".

. Coloque as provas no envelope para que não se misturem com outros materiais. Reiniciar o mesmo processo com a turma seguinte.

4.15 Modelo de Grade para Análise de **Curriculum Vitae**

NOME: PROFISSÃO:

---

1 - TEMPO DE FORMADO — Pontuação Revisor

"ANALISE HÁ QUANTO TEMPO O CANDIDATO ESTÁ FORMADO".
COMPUTAR: 1 PONTO POR ANO.

2 - EXPERIÊNCIA NA ÁREA

"ANALISE HÁ QUANTO TEMPO O CANDIDATO EXECUTA TRABALHOS NA SUA ÁREA DE FORMAÇÃO".
COMPUTAR: 1,0 PONTO POR ANO DE TRABALHO.

3 - DURAÇÃO DO CURSO

"ANALISE EM QUANTO TEMPO O CANDIDATO REALIZOU SEU CURSO".
COMPUTAR: 1,0 PONTO: TEMPO NORMAL
0,5 PONTO: TEMPO PROLONGADO
0 PONTO: DOBRO DO TEMPO

4 - EVOLUÇÃO DO CARGO

"ANALISE SE O CANDIDATO EVOLUIU OU NÃO NO GRAU DE COMPLEXIDADE DE SEU TRABALHO".
COMPUTAR: 0,2 PONTO: SEM EVOLUÇÃO
0 PONTO: REGRESSÃO
0,3 PONTO POR PROMOÇÃO: PROGRESSÃO NORMAL
0,5 PONTO POR PROMOÇÃO: GRANDE-PROGRESSO

(continua)

(continuação)

4.15 Modelo de Grade para Análise de **Curriculum Vitae**

NOME: PROFISSÃO:

---

5 - EVOLUÇÃO SALARIAL Pontuação Revisor

"ANALISE SE O CANDIDATO APRESENTOU ALGUMA EVOLUÇÃO NO SEU SALÁRIO (INFLAÇÃO)".
COMPUTAR: 0,2 PONTO : SEM EVOLUÇÃO
0 PONTO : REGRESSÃO
0,3 PONTO POR PROMOÇÃO: PROGRESSÃO NORMAL
0,5 PONTO PROMOÇÃO

GRANDE PROGRESSO

6 - OUTROS CURSOS

"ANALISE SE O CANDIDATO REALIZOU OUTROS CURSOS EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO OU FORA DELA".
COMPUTAR: 0,5 PONTO POR CURSO: CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
0,2 PONTO POR CURSO: OUTROS CURSOS

7 - ESTÁGIOS

"ANALISE SE O CANDIDATO REALIZOU ESTÁGIOS REFERENTES A SUA ÁREA DE FORMAÇÃO".
COMPUTAR: 0,5 PONTO POR ESTÁGIO: DURAÇÃO ACIMA DE SEIS MESES
0,2 PONTO POR ESTÁGIO: DURAÇÃO ABAIXO DE SEIS MESES

8 - PUBLICAÇÃO E/OU OBRAS REALIZADAS

"ANALISE SE O CANDIDATO POSSUI ALGUMA PUBLICAÇÃO OU OBRAS REALIZADAS EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO".
COMPUTAR: 0,5 PONTO POR PUBLICAÇÃO/OBRA

(continua)

(continuação)

4.15 Modelo de Grade para Análise de **Curriculum Vitae**

NOME: PROFISSÃO:

---

9 - PÓS-GRADUAÇÃO

Pontuação Revisor

"ANALISE SE O CANDIDATO POSSUI CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO".
COMPUTAR: 1,0 PONTO POR CURSO COMPLETO
0,5 PONTO POR CURSO INCOMPLETO

10 - ESTABILIDADE

"ANALISE O TEMPO DE PERMANÊNCIA DO CANDIDATO EM SEUS EMPREGOS".
COMPUTAR: 0,2 PONTO POR ANO DE ESTABILIDADE

4.16 Modelo de Regulamento de Concurso Público

Decreto nº...de...de 19...

"Dispõe sobre a realização de concursos públicos para provimento dos cargos/empregos do quadro de pessoal."

Obs: O texto seguinte deverá servir apenas de exemplo para a elaboração de um regulamento de concurso público.

EDITAL

Artigo 1o. - Cabe ao...(indicar o órgão municipal competente) a realização de concursos para provimento dos cargos/empregos públicos do quadro de pessoal...(indicar o órgão municipal competente).

Artigo 2o. - O... (indicar o órgão municipal competente) elaborará, para cada concurso, Edital que deverá estabelecer:

a) requisitos gerais de inscrição;

b) requisitos especiais exigidos para exercício do cargo/emprego, referentes a nível de escolaridade, experiência de trabalho, capacidade física etc.;

c) modalidade do concurso, a ser realizado, de provas ou de provas e títulos;

d) as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;

e) os títulos a serem considerados;

f) valor de cada prova e/ou títulos e critérios para determinação da nota final;

g) critérios de classificação dos candidatos e, de preferência, em caso de empate;

h) prazo de validade do concurso;

i) forma e constituição da comissão examinadora e suas atribuições;

j) prazo para realização das inscrições;

l) forma de comprovação dos requisitos para inscrições;

m) critérios para participação de pessoa portadora de deficiência;

n) outras condições julgadas necessárias.

Parágrafo 1o. - São requisitos gerais para inscrições em concurso:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - Estar quite com o serviço militar, se for o caso;
III - Estar em gozo dos seus direitos políticos.

PRAZO DE VALIDADE

Parágrafo 2o. - O prazo de validade do concurso será de...anos e poderá ser prorrogado em igual período atendendo a interesses da administração, de acordo com o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal.

INSCRIÇÃO

Artigo 3o. - A inscrição nos concursos será feita pelo próprio candidato ou por procurador com poderes especiais e legalmente investido.

Artigo 4o. - Os pedidos de inscrição serão recebidos pelo...(indicar o órgão municipal competente), cabendo à...(autoridade competente) decidir sobre sua aprovação.

PUBLICAÇÃO DAS RELAÇÕES DOS INSCRITOS E INDEFERIDOS

Artigo 5o. - A relação dos candidatos inscritos, com a inscrição dos respectivos números que lhes forem atribuídos, bem como a relação dos que tiveram suas inscrições indeferidas, serão divulgadas pelo... (indicar o órgão municipal competente).

Parágrafo 1o. - Do indeferimento caberá recurso, no prazo de três dias (quando previsto no edital), a contar da data de sua publicação, à autoridade competente que o julgará no prazo de cinco dias.

PARTICIPAÇÃO CONDICIONAL

Parágrafo 2o. - Interposto o recurso e não julgado no prazo de cinco dias, o candidato poderá participar condicionante das provas que se realizarem, até a decisão do recurso, permanecendo no concurso, se este lhe for favorável, e dele sendo excluído, se negado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Artigo 6o. - A comissão examinadora poderá ser encarregada pela preparação, aplicação e julgamento das provas.

Parágrafo único - A comissão de que trata este artigo será composta, sempre em número ímpar, por elementos indicados pela autoridade competente pertencentes ou estranhos ao quadro de servidores, de reconhecida idoneidade moral e conhecimento nas matérias a examinar.

Artigo 7o. - As provas serão realizadas em dia, hora e local fixados no edital, que deverá ser divulgado com a antecedência mínima de cinco dias. Não haverá obrigatoriedade de mais de uma divulgação desta convocação.

Artigo 8o. - Somente será admitido à prestação das provas, o candidato que comprovar no ingresso à sala do concurso sua indentidade, mediante documento hábil.

SEGUNDA CHAMADA

Artigo 9o. - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas.

Artigo 10 - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao cuncurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pela comissão examinadora;

II - Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia do fiscal.

FISCALIZAÇÃO SALA DE PROVA

Artigo 11 - As salas de prova serão fiscalizadas por elementos designados pela comissão examinadora, sendo vedado o ingresso de pessoas estranhas.

IDENTIFICAÇÃO DAS PROVAS

Artigo 12 - As provas, sob pena de nulidade, não serão assinadas e nem conterão qualquer sinal que permita a identificação de seus autores.

Parágrafo 1o. - A assinatura do candidato será lançada sempre em talão destacável, que terá o mesmo número de identificação da prova.

Parágrafo 2o. - Os talões de identificação, depois de colocados em sobrecarta (envelope) fechada e rubricada, ficarão sob a guarda da comissão examinadora.

Parágrafo 3o. - Somente após a conclusão do julgamento serão identificados os autores das provas, através de ato público, em local, data e hora previamente anunciados.

CONCEITO DE TÍTULOS

Artigo 13 - Nos concursos, poderão ser considerados como títulos:

a) freqüência e conclusão de cursos, segundo a natureza e exigências do cargo/emprego em concurso;

b) experiência de trabalho;

c) trabalhos publicados;

d) outras atividades reveladoras da capacidade do candidato.

Parágrafo único - Os títulos deverão ser devidamente comprovados e ter direta relação com as atribuições dos cargos/empregos em concurso.

Artigo 14 - As notas atribuídas às provas e os pontos atribuídos aos títulos, bem como a nota final serão aproximados até décimos, arredondadas para um décimo as frações iguais ou superiores a cinco centésimos e desprezadas as inferiores.

PUBLICAÇÃO DE NOTAS

Artigo 15 - Terminada a avaliação das provas e dos títulos, será publicada a classificação final dos candidatos.

REVISÃO DE NOTAS PELA COMISSÃO

Artigo 16 - No prazo de cinco dias, a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer à comissão examinadora revisão da nota atribuída as provas e dos pontos atribuídos aos títulos (quando previsto no edital).

Parágrafo único - Solicitada a revisão, esta deverá ser procedida no prazo máximo de cinco dias.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Artigo 17 - Após as eventuais alterações, será publicado o resultado final do concurso.

Artigo 18 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer à autoridade que determinou sua realização e esta, mediante decisão fundamentada e proferida em dez dias, anulará o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até cinco dias após a publicação do resultado final do concurso.

HOMOLOGAÇÃO

Artigo 19 - À vista do relatório apresentado pela comissão examinadora, cabe à autoridade competente, no prazo de até quinze dias contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso.

Artigo 20 - A nomeação deverá obedecer à ordem de classificação.

DESEMPATE (EXEMPLOS)

Parágrafo único - Em caso de empate na classificação, terão preferência, sucessivamente, os candidatos:

I - casados ou viúvos que tiverem o maior número de dependentes;

II - que tiverem mais (ou menos) idade.

Obs: Esses critérios deverão ser definidos de acordo com interesse da administração, resguardando-se os princípios constitucionais.

Artigo 21 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pela autoridade competente.

Artigo 22 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

... , de ..... de 19...

Autoridade Competente

4.17 Modelo de Despacho de Homologação de Concurso Público

Órgão municipal competente de ... - SP

À vista do relatório apresentado pela comissão examinadora, homologo o concurso para preenchimento dos cargos/empregos vagos de ...(mencionar a denominação dos cargos/empregos) ... .

Publique-se a classificação definitiva.

Expeçam-se os seguintes atos:

a) Nomeação dos habilitados, obedecida a classificação definitiva, nos termos da Lei no. ... de ... de 19... .

b) Exoneração dos cargos/empregos ou demissão dos empregos que ocupavam anteriormente, em se tratando de servidores municipais, que estarão assumindo novas funções.

..., ... de ... de 19...

Autoridade Competente

4.18 Modelo de Relatório Final

À
Autoridade competente

Prezado Senhor:

Em vista da realização do concurso público, vimos a seguir relatar todas as etapas do processo.

O concurso foi para os cargo(s)/emprego(s) de ... (... candidatos), ... (... candidatos), e ... (... candidatos). As provas da primeira fase do concurso foram elaboradas pelos senhores ...;- questões específicas: ..., ... e ...;- atualidades: ..., ... e ...

A aplicação das provas da primeira fase ocorreu no dia ... de ... do corrente, na parte da ..., tendo como fiscais ..., ... e ... Nesta fase somente para os cargo(s)/emprego(s) de ... e ... não houve faltas. As ausências para os demais cargo(s)/emprego(s) foram as seguintes:

. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos

A segunda fase do concurso foi realizada no dia ... de ... de ..., no período da ..., com as seguintes ausências:

. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos
. ... - ... candidatos

As provas desta fase foram elaboradas pelos senhores ... e ...

Não houve qualquer pedido para revisão de provas dessas fases.

A última fase do concurso público foi realizada nos dias ... e ... de ... do corrente. Para esta etapa, conforme previsto no edital de abertura, foram chamados os ... primeiros candidatos para o(s)cargo(s)/emprego(s) de ..., ..., e ... que obtiveram a maior média aritmética das fases iniciais.

Esta fase foi aplicada pelos senhores ..., e ... Somente para o cargo/emprego de ... houve uma ausência.

A entrega do resultado final foi feita no dia ... de ... do corrente, juntamente com o modelo de edital de resultado final.

..., ... de ... de 19...

Comissão Examinadora

5 DO EDITAL

O órgão municipal competente elaborará, segundo regulamentação própria e para cada concurso, um edital que deverá estabelecer:

- forma e constituição da comissão examinadora e suas atribuições (portarias);

- requisitos gerais exigidos para a inscrição;

- requisitos especiais exigidos para o exercício do cargo/emprego, referentes a nível de escolaridade, experiência do trabalho, capacidade física, limite mínimo de idade, número de vagas reservado para pessoa portadora de deficiência etc.;

- total de vagas por cargo/emprego;

- forma de comprovação dos requisitos, para inscrição;

- prazo para inscrição;

- modalidade do concurso a ser realizado (de provas ou de provas e títulos);

- as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;

- os títulos a serem considerados;

- valor de cada prova e/ou títulos e critérios para determinação da nota final;

- critério de classificação dos candidatos e critério de preferência, em caso de empate;

- formas de divulgação;

- prazo de validade do concurso e prazo para entrada de recurso para revisão de prova;

- outras condições julgadas necessárias.

5.1 Das Inscrições

Poderão constar como requisitos gerais para inscrição em concurso:

- ser brasileiro, nato ou naturalizado;

- estar quite com o serviço militar, se for o caso;

- estar em gozo dos seus direitos políticos.

A inscrição deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais e legalmente investido, junto ao órgão municipal competente, cabendo ao superior hierárquico do órgão analisar e decidir quanto a sua aceitação.

O edital de abertura definirá os documentos que deverão ser apresentados no ato da inscrição e a cobrança ou não de taxa e seu respectivo valor.

A relação dos candidatos inscritos, com a indicação dos respectivos números que lhes foram atribuídos, bem como a relação dos que tiveram suas inscrições indeferidas, deverão ser divulgadas através dos meios de comunicação do município (exemplo: jornal de circulação local). Essa divulgação poderá ocorrer juntamente com a convocação para a primeira fase de prova(s).

Caso haja indeferimento do pedido de inscrição, caberá recurso. Sugerimos que o prazo seja de três dias, a contar da data de sua divulgação. A autoridade competente que o julgará no prazo máximo de cinco dias.

Interposto o recurso e não julgado no prazo estipulado, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, até a decisão do recurso, permanecendo no concurso, se este lhe for favorável, e dele sendo excluído, se for negado.

5.2 Do Desempate

Em caso de empate na classificação, a comissão examinadora poderá determinar os critérios de desempate, se estes já não estiverem definidos em regulamento de concurso, devendo ser mantidos em edital. Por exemplo: poderão ter preferência, sucessivamente, os candidatos:

- casados ou viúvos que tiverem maior número de dependentes;

- que tiverem mais (ou menos) idade;

- que forem servidores da administração pública etc.

5.3 Da Validade Do Concurso

Segundo artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, o prazo de validade de concurso público será de até dois anos, prorrogável uma só vez, por igual período. Dentro do prazo de validade, as vagas que surgirem para o mesmo cargo/emprego, objeto do concurso, serão preenchidas obedecendo-se a ordem de classificação dos candidatos. Para tanto, sugere-se vagas previstas na época da realização do concurso para futuro aproveitamento.

5.4 Dos Títulos

Nos concursos, poderão ser considerados como títulos:

. Freqüência e conclusão de curso(s), segundo a natureza e as exigências do cargo/emprego em concurso.

. Experiência de trabalho (entenda-se aqui tempo na administração pública apenas para os funcionários considerados estáveis, conforme art. 19, Parágrafo 1o., da Constituição Federal - Disposições Transitórias). A pontuação correspondente à experiência de trabalho deverá seguir critérios preestabelecidos, como por exemplo:

- nove anos e um dia a dez anos - dois pontos;
- dez anos e um dia a 15 anos - três pontos;
- 15 anos e um dia a 20 anos - quatro pontos, ou seja, 0,2 ponto por ano de estabilidade.

. Outras atividades reveladoras da capacidade do candidato.

Os títulos deverão ser devidamente comprovados e ter direta relação com as atribuições dos cargos/empregos em concurso. O edital de abertura definirá a etapa em que deverão ser apresentados os comprovantes dos títulos.

5.5 Modelo de Edital Resumido de Abertura de Concurso Público (para Publicação)

(A ser datilografado em papel timbrado do órgão municipal competente e publicado em jornal local ou da região, no período de .../.../.. a.../.../...).

Órgão municipal competente de...

Concurso Público para ...

O órgão municipal competente de ..., Estado de São Paulo, torna público que estão abertas inscrições para concurso público, para preenchimento do cargo/emprego de:

cargo/emprego	vagas(s)
.....	.....

As inscrições estarão abertas no período de .../.../... a .../.../..., no horário das ... às ...horas, nos próprios do órgão municipal competente de ... - SP, sita na ... (endereço)...

O edital completo estará afixado no local da inscrição, onde poderá ser consultado pelos interessados e será entregue aos inscritos.

...., ... de ... de 19...

Autoridade Competente

5.6 Modelo de Edital de Concurso Público

(A ser datilografado em papel timbrado do órgão competente e afixado nos próprios do órgão competente de ...e distribuição aos candidatos no período de .../.../... a .../.../...)

..., Estado de São Paulo, faz saber que fará realizar neste município, em local, datas e horário a serem oportunamente divulgados, Concurso Público para preenchimento de cargo(s)/emprego(s) vago(s) abaixo indicado(s), conforme artigo ...., do Estaluto dos Funcionários do Município de ..., regido de acordo com as seguintes instruções especiais, que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

1 Caracterização

DENOMINAÇÃO	No. VAGAS	SALÁRIO	HORÁRIO DE TRABALHO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....
.....	.....	.....	.....

1.1 As pessoas portadoras de deficiência poderão ocupar o(s) cargo(s) emprego(s), desde que a intensidade e a extensão da deficiência sejam compatíveis com o exercício da(s) função(ões).

1.2 Descrição das atividades extras pertinentes ao(s) cargo(s)/emprego(s).

1.3 Benefícios oferecidos.

2 Das Inscrições

2.1 As inscrições estarão abertas e serão feitas no período de... a ... de ... de 19..., no horário das ... às ... horas, na rua ..., número ..., não havendo atendimento fora do horário acima estabelecido.

2.2 O candidato deverá preencher, de próprio punho, a ficha de inscrição, que será fornecida ao mesmo no local da inscrição, expressando sua concordância em aceitar as condições de inscrição no concurso público e as seguintes, sob as penas de lei.

2.2.1 São condições de inscrição;

2.2.1.1 ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2.1.2 ter, na data do encerramento das inscrições, idade igual ou superior a 18 anos;

2.2.1.3 ter comprovante de ter votado nas últimas eleições ou justificado ausência;

2.2.1.4 estar quite com o serviço militar, se for o caso;

2.2.1.5 estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;

2.2.1.6 possuir escolaridade correspondente ao ...grau completo;

2.2.1.7 pagar a taxa de Cr$...(...) como ressarcimento de despesas com material de serviços prestados.

2.3 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: candidato no local da inscrição;

2.3.1 cédula oficial de identidade;

2.3.2 título de eleitor, com comprovante de voto ou justificativa;

2.3.3 certificado de reservista, se for o caso;

2.3.4 certificado de conclusão do ... grau completo;

2.3.5 comprovante de recolhimento da taxa de inscrição; e

2.3.6 duas fotos 3 x 4, recentes.

2.3.7 No caso de pessoa portadora de deficiência, a mesma deverá apresentar atestado médico, apenas com a finalidade de descrever a deficiência, a fim de que sejam garantidas as condições especiais de participação nas provas. O atestado terá por base o exame médico específico, que poderá ser realizado por médico particular ou especialista na área da saúde da administração pública municipal, estadual ou federal, ou de entidades filantrópicas ligadas à pessoa portadora de deficiência.

2.4 Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos no item anterior.

2.5 A efetivação da inscrição estará condicionada à apresentação pelo candidato, no ato da inscrição, dos documentos exigidos no item 2.3 e do correto preenchimento do requerimento.

2.6 A inscrição deverá ser feita pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, não sendo aceita a inscrição por via postal ou de forma condicional.

2.7 Os documentos apresentados no ato da inscrição não ficarão retidos.

2.8 Se aprovado e nomeado, o candidato, por ocasião da sua posse, deverá apresentar os documentos constantes do item 2.4 e os demais que lhe forem exigidos, sob pena de perda do direito à vaga.

2.9 Somente terá validade o cartão de identificação do candidato que estiver devidamente rubricado pelo funcionário encarregado das inscrições, com o carimbo da repartição e rigorosamente numerado, para confronto com a folha de presença, quando da realização das provas.

2.10 Não serão admitidas inscrições, uma vez encerrado o prazo a elas destinado.

2.11 Encerrado o prazo para inscrições e não havendo candidatos, a autoridade competente deliberará sobre sua reabertura ou não.

2.12 No ato da inscrição o candidato rece-berá o cartão de identidade, com a indicação de seu número, que servirá de comprovante do referido ato, bem como para ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

3 Das Provas

O Concurso Público para ... constará das seguintes provas:

(A título de sugestão, para melhor explicitar os demais itens do edital).

3.1 Primeira Fase: Esta fase constará de provas obje-tivas para avaliação dos conhecimentos gerais dos candida-tos:

. Português - no nível de ... grau completo; Ortografia oficial - conjunção de verbos; flexões de gênero; número e grau; sintaxe de concordância e de regência; emprego da crase; formas de tratamento; pontuação; emprego de prono-mes.

. Matemática - no nível de ..., grau completo. Operações com números inteiros e fracionários - sistema de medidas usuais; sistema métrico-decimal e sistema de medidas não decimais; divisão proporcional; regra de três; porcentagem; juros simples; números e grandezas proporcionais.

3.2 Segunda Fase: esta fase constará de provas práti-cas

. Datilografia - cópias de texto

3.2.1 A prova prática constará de datilografia, com cópia de trecho, durante dez minutos, a ser escolhido no momento da prova. Nesta prova não será admitido o uso de borracha e será avaliada de acordo com os seguintes critérios: estética, correção e velocidade, atribuindo-lhes, respectivamente, os pesos de dois, quatro e quatro.

Outro exemplo:

. Prática de Trânsito

3.2.2 Para o cargo de motorista - exame de trânsito e condução de veículo, a critério da comissão examinadora.

4 Da Prestação de Provas

4.1 As provas realizar-se-ão na cidade de ... - SP;

4.2 Não será admitido, na sala de provas, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início das mesmas, para tanto, o mesmo deverá comparecer com antecedência de 30 minutos antes da hora prevista para o início das provas.

4.3 O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o protocolo de inscrição e cédula oficial de identidade;

4.4 O candidato deverá comparecer, no local designado para a realização das provas, munido de caneta esferográfica azul, lápis preto e borracha.

4.5 Durante a realização das provas não será admitido consulta à legislação, livros ou outro material, nem a utilização de instrumentos - máquinas de calcular elétrica etc.

4.6 As pessoas portadoras de deficiências participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que for referente ao conteúdo e à avaliação das provas (mantidas as condições especiais para realização da prova acesso ao local de provas, apresentação das provas etc).

4.7 O candidato que terminar as provas deverá dar ciência do fato ao responsável pela aplicação, que o instruirá devidamente sobre os procedimentos a serem adotados.

5 Do Julgamento das Provas

5.1 As provas serão avaliadas na escala zero a dez.

5.2 O candidato que tirar a nota zero em qualquer uma das provas será eliminado.

5.3 A nota da primeira fase resultará da média aritmética das notas obtidas nas provas que constituem esta fase.

5.4 A nota da primeira fase terá caráter eliminatório, devendo ser a mínima igual a cinco;

5.5 Os candidatos classificados serão convocados para a segunda fase, em ordem alfabética.

5.6 A nota final resultará da média aritmética das notas obtidas nas duas fases e terá caráter eliminatório.

5.7 A nota mínima final exigida será igual a cinco e terá caráter eliminatório.

5.8 O não comparecimento às provas excluirá o candidato automaticamente do concurso, considerando sem efeito as provas porventura já realizadas, não lhe sendo permitido prestar as provas subseqüentes.

5.9 Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

6 Da Classificação

6.1 Após o julgamento das provas serão elaboradas duas listas de classificação; uma, com a relação de todos os candidatos não portadores dedeficiência e outra, somente com os portadores de deficiência.

6.2 A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética das notas obtidas nas fases previstas no item 3.

6.3 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do valor da média aritmética das notas obtidas nas duas fases.

6.4 Em caso de igualdade de média das provas, terá preferência para admissão, necessariamente, o candidato (a título de exemplo).

6.4.1 casado ou viúvo que tiver maior número de dependentes;

6.4.2 que tiver mais idade;

6.4.3 que obtiver maior nota na prova de..Conhecimentos gerais.

6.5 O candidato somente poderá apresentar fundamentado pedido de revisão, relativamente ao resultado de cada prova, indicando, com precisão, as questões e os pontos a serem objeto da revisão, sob pena de indeferimento liminar. O citado recurso será redigido à autoridade competente, no prazo de ... dias contados da data de divulgação dos resultados pelo órgão oficial do município.

7 Da Convocação para Admissão.

7.1 A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá aos seguintes critérios:

7.1.1 Será chamado primeiramente o candidato que obtiver a maior nota, portador ou não de deficiência.

7.1.2 A ordem de chamada será alternada, convocando-se em segundo lugar o candidato da outra lista e assim sucessivamente.

7.2 A ... de ... poderá convocar e investir os candidatos não portadores de deficiência, aprovados nos cargos/empregos reservados aos portadores de deficiência, quando da ocorrência das seguintes hipóteses, neste concurso:

7.2.1 inexistência de inscrição de portadores de deficiência;

7.2.2 reprovação da totalidade dos portadores de deficiência;

7.2.3 número de portadores de deficiência aprovados insuficiente para o preenchimento dos cargos/empregos a eles reservados.

7.3 Os candidatos remanescentes convocados, em conformidade com o disposto no item 7.2, integrarão uma única lista de classificação, prosseguindo o concurso público nos seus ulteriores termos.

7.4 A aprovação dos candidatos no concurso não gerará o direito à nomeação. Ficará a critério da administração. A convocação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

7.5 Para efeito de sua admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame médico e à apresentação dos documentos que lhe forem exigidos. Os candidatos portadores de deficiência serão submetidos à avaliação, perante uma junta multidisciplinar que fornecerá o laudo comprobatório de sua capacidade para o exercício das funções inerentes ao cargo(s)/emprego(s) que venha a ser investido.

7.5.1 O candidato, cuja deficiência não for configurada, ou quando esta for considerada imcompatível com a função a ser desempenhada, será desclassificado.

7.5.2 É assegurado ao candidato desclassificado nos termos do subitem anterior o direito de recorrer da decisão prolatada pela junta multidisciplinar, no prazo de três dias contados da data do resultado oficial.

7.6 A deficiência existente jamais poderá ser arguida para justificar readaptação funcional ou concessão de aposentadoria, salvo se dela advierem complicações que venham a produzir incapacidade ocupacional parcial ou total.

7.7 O concurso terá validade de dois anos contados da data de sua homologação.

7.8 O candidato deverá manter, durante o prazo de validade de concurso, o seu endereço atualizado para eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível ao órgão competente convocá-lo por falta da citada atualização.

8 Das Disposições Finais

8.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento e na aceitação tática das condições do concurso, estabelecidas no presente edital.

8.2 A nomeação dos candidatos classificados far-se-á pelo ... - SP, obedecendo ao limite de vagas previsto neste Edital.

8.3 A inexatidão das informações ou a constatação de irregularidade em documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminam o candidato do concurso.

8.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo ... da ... - SP, de acordo com as normas pertinentes.

...,... de ... de 19...

Autoridade Competente

5.7 Modelo de Edital para Divulgação dos Candidatos Habilitados nas Provas da Primeira Fase de um Concurso Público

(A ser datilografado em papel timbrado do órgão municipal competente e publicado em jornal local ou da região, além de afixado nos próprios do órgão competente, no período de .../.../... a .../.../...).

Orgão municipal competente de ... - SP

Edital dos candidatos habilitados nas provas da primeira fase do concurso público para ....

O órgão municipal competente de ..., Estado de São Paulo, faz saber aos candidatos inscritos no concurso público para o cargo/emprego de ..., a relação dos candidatos habilitados na primeira fase.

No. INSCRIÇÃO	NOME

..., ... de ...de 19...

Autoridade Competente

5.8 Modelo de Edital de Convocação para as Provas da Segunda Fase de Concurso Público

(A ser datilografado em papel timbrado do órgão municipal competente e publicado em jornal local ou da região, além de afixado nos próprios do órgão municipal competente, no período de .../.../... a .../.../...).

Órgão municipal competente ... - SP

Edital de convocação para as provas da segunda fase do concurso público para ...

O órgão municipal competente de ..., Estado de São Paulo, convoca os candidatos habilitados na primeira fase do concurso público para o cargo/emprego de ..., para as provas da segunda fase:

1 Local de realização das provas

Local ...

Endereço ...

Cidade ...

2 O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que:

2.1 tiver sido habilitado na primeira fase;

2.2 apresentar cédula oficial de identidade; e

2.3 apresentar protocolo de inscrição.

3 Data de realização das provas:

PROVA	DIA DO MÊS	DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO

4 Relação dos candidatos habilitados na primeira fase

No. DA INSCRIÇÃO	NOME

Obs.: O não comparecimento do candidato no dia e hora estabelecidos para as provas acarretará o cancelamento da sua inscrição.

..., ... de ... de 19...

Autoridade Competente

5.9 Modelo de Edital para Divulgação do Resultado Final de Concurso Público

Órgão municipal competente de .... - SP

A comissão examinadora do concurso público para provimento dos cargos/empregos de ... (mencionar a denominação dos cargos/empregos) ..., realizado nos dias ... de ..., nesta cidade, torna público, de acordo com o disposto no Edital do concurso de ..., de ... de 19..., o seguinte resultado final, com a classificação dos habilitados:

NOME	NOTA PRIMEIRA FASE	NOTA SEGUNDA FASE	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
.....	.....	.....	.....	1
.....	.....	.....	.....	2
.....	.....	.....	.....	3

..., ... de ... de 19...

Comissão Examinadora

6 DA ELABORAÇÃO DAS PROVAS

6.1 Orientação para Elaboração de Provas Escritas

Uma seleção de candidatos a cargo ou emprego público através de concurso deve ser caracterizada sempre por provas.

Os tipos de provas mais utilizados em seleção através de concurso público são os seguintes:

6.1.1 Provas de verificação de aprendizagem e/ou provas de conhecimento específico: estas provas podem ser formuladas com questões abertas (tipo pergunta e resposta) ou com questões objetivas (tipo completar lacunas, múltiplas escolha, relacionar colunas etc.) e objetivam avaliar:

- escolaridade exigida para o cargo/emprego. Ver material sobre disciplina acadêmicas e seus respectivos programas (exemplo: Português e Matematica em nível de primeiro grau);

- especialização do candidato em relação a temas específicos (exemplos: Legislação de Trânsito Medicina do Trabalho, Direito Administrativo etc.).

6.1.2 Provas situacionais: conjunto de questões ou situações problemas que representam o cargo/emprego e a situação de trabalho em seus diferentes aspectos. Não é sinônimo de dinâmica de grupo e nem uma situação de dramatização.

Incluem-se nas provas situacionais: a redação, a entrevista, os grupos e discussão, as provas práticas e a observação.

O essencial nas provas situacionais consiste no fato de os dados possibilitarem a sua previsão.

Em geral dever ser elaborada no próprio órgão, exigindo um trabalho de pesquisa e coleta de dados junto à área requisitante da vaga.

Seu emprego pressupõe a participação do requisitante, tanto como fornecedor de informações para o perfil, como elaborador e avaliador da prova.

A aplicação das provas segue as regras normais de sua categoria e a avaliação fundamenta-se basicamente na análise do que foi produzido pelo candidato.

6.1.3 Provas práticas e/ou provas de verificação de aptidão:

- as provas práticas visam propiciar a observação e avaliação dos candidatos em situação similares àquelas que deverão desempenhar no trabalho (exemplos: datilografia, condução de veículos, operação de equipamentos etc.);

- as provas de verificação de aptidão (ou avaliação psicológica) são aquelas que visam diagnosticar características pessoais dos candidatos. Essas características são predeterminadas pela análise profissiográfica, pesquisa que definirá o rol de traços considerados indispensáveis ao desempenho eficaz da atividade, dos quais podemos citar como exemplos: ritmo de trabalho, coordenação motora/visual, concentração, produtividade, resistência à fadiga, relacionamento interpessoal, emotividade, agressividade, atenção etc.

Cabe ressaltar que, embora utilizando-se o termo "Avaliação Psicológica", esta não é uma avaliação tão abrangente como o termo psicológico sugere. O laudo aqui deve ser predominantemente atuarial (estatístico) e numérico, ou como cita o professor Agostinho Minicucci, **Elaboração de laudos psicológicos**, v. III, capítulo 5 - Tipos de Laudos.

"A - Laudo Psicológico - Fundamentos:

Esse tipo de laudo é um dos mais comuns utilizados pelas empresas e centros de seleção.

Situa-se na concepção atuarial, transformando os resultados em escalas de percentis.

... Nos testes de aptidão (percentil), o que nós pretendemos é determinar o lugar (25%, 50%, 75%...) que ocupa esse indivíduo entre seus companheiros, congêneres em relação a esta aptidão".

. Nossa orientação, contudo, tem sido no sentido de utilizar a avaliação psicológica em concurso público, principalmente quando:

- há expectativa de grande número de candidatos e não há exigência de escolaridade qualificação específica ou experiência anterior (exemplo: braçais, auxiliar de serviços gerias etc.). Nesses casos, o que impossibilita a aplicação de provas escritas e as provas práticas podem ser demoradas e onerosas. Nestes casos, a avaliação psicológica pode ser um instrumento que dê parâmetros mais objetivos na escolha dos candidatos;

- há necessidade de avaliação de aptidões indispensáveis e que sejam pré-requisitos para a segurança nas atividades a serem desempenhadas pelos candidatos;

- há interesse da administração em conhecer o perfil dos candidatos para melhor adequá-los às atividades, às chefias e ao grupo de trabalho ao qual irão ser integrados.

Nessas duas últimas hipóteses, sugerimos que a avaliação psicológica seja aplicada após outras fases de provas tipos citadas anteriormente, não tendo caráter eliminatório, mas apenas classificatório entre os candidatos que a ela forem submetidos, já que objetiva definir entre eles aquele(s) com perfil mais adequado.

Alertamos, ainda, que a avaliação psicológica deve ser executada por profissional devidamente habilitado.

6.1.4 Entrevista

A entrevista é um dos mais antigos procedimentos para obtenção de dados e, durante muito tempo, foi o único modo de obtê-los.

Com o desenvolvimento dos testes, a entrevista passou a ter um campo mais limitado, porém continua a funcionar como fonte de informação, como comprovação de outras fontes ou como integração dos dados obtidos nas diversas fontes.

Sua primeira função é obter informações sobre aspectos não mensuráveis pelos testes. Em segundo lugar, a entrevista serve para confirmar as outras fontes de informação (por exemplo: quando um indivíduo realiza um teste sem condições adequadas de saúde e o resultado está muito abaixo do esperado, principalmente se confrontado com outros testes realizados em outro dia, a entrevista poderá referendar ou não os resultados).

Em terceiro lugar, tem uma função integradora: as aptidões de uma pessoa constituem um todo, não mera justaposição de traços isolados. Os traços obtidos de forma isolada pelos testes precisam ser integrados e combinados, definindo o perfil de uma personalidade. Por sua vez, a entrevista deve preencher determinados requisitos, especialmente confiabilidade e validade. A experiência tem mostrado a baixa confiabilidade da entrevista, ou pouco acordo nas avaliações dos diversos entrevistadores. Os erros de confiabilidade parecem ser causados pelas impressões subjetivas dos mesmos.

Em relação à validade, que pode ser definida como sendo o grau de previsão do futuro desempenho ou a relação entre um fator previsto e o êxito no trabalho, também é um

requisito que depende do entrevistador, na medida em que é ele quem determina os fatores que permitem prever o futuro desempenho do indivíduo.

Para ser eficaz, a entrevista precisa ser realiza por um entrevistador realmente capaz, que saiba dirigir o diálogo de forma prática, ordenada, paciente e cientificamente fundamentada.

Apesar de suspeitável, consideramos que a entrevista deva ser vista, no contexto dos métodos de investigação, como um deles e como forma complementar dos mesmos, ou seja, deve ser utilizada como mais um critério de avaliação do comportamento humano e não o único, dentro do processo seletivo.

Segundo uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Milton Mendell sobre o método da entrevista, citaremos a seguir, a título de orientação para o usuário deste manual, os fatores do comportamento humano que a entrevista avalia de forma satisfatória. São eles (em ordem decrescente de valor atribuído nas respostas de pesquisa): aparência, facilidade de expressão, autoconfiança, desejos do candidato, quantidade e qualidade da experiência anterior, conhecimento do trabalho, atitude para com a empresa, interesses e **hobbies**, brilhantismo na conservação, certos maneirismos desagradáveis, habilidade para se dar com pessoas, calor na abordagem pessoal, domínio da linguagem, nível cultural, organização e apresentação de idéias, retrato externo da pessoa, rapidez de compreensão e senso crítico.

Utilizada juntamente com os testes de aptidões específicas, personalidade, redação e provas de conhecimentos inerentes ao cargo/emprego ao qual o indivíduo está se candidatando, poderá garantir a seleção de um candidato com o perfil mais adequado para desempenhar, de forma satisfatória, as atribuições que lhe serão conferidas dentro de uma organização ou empresa e, ao mesmo tempo, garantir à seleção de indivíduos portadores de qualidades pessoais que os tornem elementos realmente integrados dentro da estrutura da qual irão fazer parte.

6.1.5 Fases

. Identificação e definição dos objetivos a serem avaliados.

. Seleção da área de conteúdo.

. Elaboração das questões.

. Revisão técnica dessas questões.

. Montagem datilográfica da prova e elaboração de instruções.

. Testagem da prova para definição final das questões, nível de dificuldade, tempo de duração e instruções para aplicação.

. Produção e revisão das matrizes.

. Impressão das provas.

. Aplicação aos candidatos.

. Correção, segundo critério preestabelecidos (crivo de respostas).

. Tratamento estatístico das questões (porcentagem de aspectos e erros).

. Divulgação dos resultados obtidos pelos candidatos (classificação).

6.2 Provas para Cargos/Empregos Onde Não é Exigida Escolaridade

Para cargo(s)/emprego(s) onde não é exigida, como pré-requisito, escolaridade alguma, nossa orientação é de que sejam feitas provas práticas e/ou provas situacionais em conjunto com provas de verificação de aptidão e ainda entrevistas. Assim, além de estar selecionando os candidatos que tenham melhor desempenho para o exercício da função, estaremos atendendo o disposto na Constituição Federal em seu artigo 37, inciso II: "... **a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ...**" (grifos nossos).

PROJETO DE RESOLUÇAO Nº 11/95

"Disciplina o pedido de Certidão previsto no Art.120 da Lei Orgânica Municipal, no âmbito da Câmara Municipal de Morro Agudo"

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E EU, **ANTONIO CÉSAR DE FARIA** PROMULGO A SEGUINTE

RESOLUÇÃO

Art.1º - A Câmara Municipal de Morro Agudo é obrigada a fornecer a qualquer interessado no prazo máximo de quinze (15) dias, Certidões de Atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo Único - No mesmo prazo deverá atender as requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Art.2º - O pedido de Certidão, será endereçado a Coordenadoria de Administração e Legislação da Câmara Municipal, por escrito, local que fornecerá as Certidões, mediante autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal, devendo atender aos seguintes requisitos:

I - legítimo interesse - o requerente deverá ter sua pretensão baseada na defesa de direito individual ou coletivo, não podendo pleitear informações de forma indiscriminada a pretexto de rixas pessoais ou políticas, devendo o fato ser certo e determinado, vedado pedidos genéricos;

II - ausência de sigilo - Os dados requeridos não poderão ser fornecidos pela Câmara Municipal em nome da coletividade, se por motivo de segurança o Poder Executivo decretar o sigilo;

III- possibilidade material do pedido - A certidão requerida deverá referir-se a dados pertencentes a Casa Legislativa, e não estranha a ela, não podendo ser excessivo, devendo se ater ao prazo estabelecido para a resposta;

IV - titularidade - O interessado especificará, seu domicílio, sua profissão, seu RG, CPF, Título Eleitor, vedado requerimentos anônimos;

V - indicação de Finalidade - O requerente especificará os objetivos a que se destina a Certidão.

Art.3º - O pedido de Certidão que verificar a ausência de um ou mais dos requisitos exigidos nesta Resolução, desobrigará a autoridade do atendimento.

Parágrafo Único - Poderá o Presidente da Câmara Municipal determinar a intimação do Requerente, para que este a emende para a obtenção da Certidão, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

Art.4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A resolução ora apresentada a este colegiado, tem como finalidade disciplinar o pedido de certidão, vez que a L.O.M. no artigo 120, determina que Prefeitura e Câmara são obrigadas ao fornecimento de certidões, a qualquer interessado, no prazo que ali determina.

A garantia do direito é pois inquestionável, figura ele, nos moldes constitucionais, como mecanismo utilizavéL no exercício da democracia direta, que permite a população o conhecimento da gestão e condução dos negócios públicos, nos quais lhe é dado interferir em prol da defesa dos interesses públicos.

Porém torna- se necessário alguns pressupostos para que a Câmara Municipal, possa ter condições de recepcionar os pedidos de certidões, pois caso contrário estará sujeita a atender toda e qualquer requisição, ocasionando entrave ao desenvolvimento de seus serviços que lhe são inerentes, com prejuízo aí sim, para a própria população.

Os pressupostos são buscados na doutrina e jurisprudência, que darão as diretrizes que tornarão obrigatória a expedição das certidões, e atendido tais pressupostos, a autoridade pública não poderá declinar o atendimento, sob pena de ser compelida a faze - lo.

PROJETO DE RESOLUÇAO Nº 11/95

"Disciplina o pedido de Certidão previsto no Art.120 da Lei Orgânica Municipal, no âmbito da Câmara Municipal de Morro Agudo"

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E EU, **ANTONIO CÉSAR DE FARIA** PROMULGO A SEGUINTE

RESOLUÇÃO

Art.1º - A Câmara Municipal de Morro Agudo é obrigada a fornecer a qualquer interessado no prazo máximo de quinze (15) dias, Certidões de Atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Parágrafo Único - No mesmo prazo deverá atender as requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Art.2º - O pedido de Certidão, será endereçado a Coordenadoria de Administração e Legislação da Câmara Municipal, por escrito, local que fornecerá as Certidões, mediante autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal, devendo atender aos seguintes requisitos:

I - legítimo interesse - o requerente deverá ter sua pretensão baseada na defesa de direito individual ou coletivo, não podendo pleitear informações de forma indiscriminada a pretexto de rixas pessoais ou políticas, devendo o fato ser certo e determinado, vedado pedidos genéricos;

II - ausência de sigilo - Os dados requeridos não poderão ser fornecidos pela Câmara Municipal em nome da coletividade, se por motivo de segurança o Poder Executivo decretar o sigilo;

III- possibilidade material do pedido - A certidão requerida deverá referir-se a dados pertencentes a Casa Legislativa, e não estranha a ela, não podendo ser excessivo, devendo se ater ao prazo estabelecido para a resposta;

IV - titularidade - O interessado especificará, seu domicílio, sua profissão, seu RG, CPF, Título Eleitor, vedado requerimentos anônimos;

V - indicação de Finalidade - O requerente especificará os objetivos a que se destina a Certidão.

Art.3º - O pedido de Certidão que verificar a ausência de um ou mais dos requisitos exigidos nesta Resolução, desobrigará a autoridade do atendimento.

Parágrafo Único - Poderá o Presidente da Câmara Municipal determinar a intimação do Requerente, para que este a emende para a obtenção da Certidão, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de arquivamento.

Art.4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A resolução ora apresentada a este colegiado, tem como finalidade disciplinar o pedido de certidão, vez que a L.O.M. no artigo 120, determina que Prefeitura e Câmara são obrigadas ao fornecimento de certidões, a qualquer interessado, no prazo que ali determina.

A garantia do direito é pois inquestionável, figura ele, nos moldes constitucionais, como mecanismo utilizavéL no exercício da democracia direta, que permite a população o conhecimento da gestão e condução dos negócios públicos, nos quais lhe é dado interferir em prol da defesa dos interesses públicos.

Porém torna- se necessário alguns pressupostos para que a Câmara Municipal, possa ter condições de recepcionar os pedidos de certidões, pois caso contrário estará sujeita a atender toda e qualquer requisição, ocasionando entrave ao desenvolvimento de seus serviços que lhe são inerentes, com prejuízo aí sim, para a própria população.

Os pressupostos são buscados na doutrina e jurisprudência, que darão as diretrizes que tornarão obrigatória a expedição das certidões, e atendido tais pressupostos, a autoridade pública não poderá declinar o atendimento, sob pena de ser compelida a faze - lo.

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 500 - CEP.13150-000 - ESTADO DE SÃO PAULO - FONE: (0192) 72-1472

Projeto de Resolução nº 01/95

~~DECRETO LEGISLATIVO Nº 079/93~~
~~DE 29 DE OUTUBRO DE 1993.~~

"Dispõe sobre a realização de concursos públicos para provimento dos ~~cargos~~ cargos ou empregos do quadro de pessoal".

A MESA DA CAMARA MUNICIPAL DE ~~COSMOPOLIS~~ HOLAMBRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL, APROVOU E ~~A MESA, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:~~ O PRESIDENTE PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO.

Artigo 1º - Cabe ao Presidente da Câmara Municipal a realização de concursos para provimento dos ~~cargos~~ cargos ou empregos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Cosmópolis.

Artigo 2º - O Presidente da Câmara elaborará, para cada concurso, Edital que deverá estabelecer:

a) requisitos gerais de inscrição;

b) requisitos especiais exigidos para o exercício do cargo, referentes a nível de escolaridade, experiência do trabalho, capacidade física, etc.;

c) modalidade do concurso a ser realizado (de provas ou de provas e títulos);

d) as matérias sobre as quais versarão as provas e os respectivos programas;

e) os títulos a serem considerados;

f) valor de cada prova e/ou títulos, e critérios para determinação da nota final;

g) critério de classificação dos candidatos e de preferência em caso de empate;

h) prazo de validade do concurso;

i) forma e constituição da Comissão Examinadora e suas atribuições;

j) prazo para realização das inscrições;

l) forma de comprovação dos requisitos para inscrição, e;

m) outras condições julgadas necessárias.

Parágrafo Primeiro - São requisitos gerais para inscrição em concurso:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - estar quite com o serviço militar, se for o caso; e;

III - estar em gozo dos seus direitos políticos.

PRAZO DE VALIDADE

Parágrafo Segundo - O prazo de validade do concurso poderá ser prorrogado atendendo a interesse da Administração, de acordo com artigo 37, inciso III, da Constituição Federal.

INSCRIÇAO

Artigo 3º - A inscrição nos concursos será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais e legalmente investido.

Artigo 4º - Os pedidos de inscrição serão ~~recebidos~~ decididos pelo Presidente da Câmara, ~~cabendo ao Diretor Superintendente, decidir sobre sua aprovação.~~

PUBLICAÇAO DAS RELAÇOES DOS INSCRITOS E INDEFIRIDOS

Artigo 5º - A relação dos candidatos inscritos, com a indicação dos respectivos números que lhes forem atribuídos, bem como a relação dos que tiveram suas inscrições indefiridas, serão divulgadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Primeiro - Do indeferimento caberá recurso, no prazo de três 03 (três) dias, a contar da data de sua divulgação, ao Presidente da Câmara, que o julgará no prazo de 05 (cinco) dias.

PARTICIPAÇÃO CONDICIONAL

Parágrafo Segundo - Interposto o recurso e não julgado no prazo de 05 (cinco) dias, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, até a decisão do recurso, permanecendo no concurso, se este lhe for favorável, e dele sendo excluído, se negado.

COMISSÃO EXAMINADORA

Artigo 6º - A Comissão Examinadora poderá ser encarregada pela preparação, aplicação, julgamento das provas e pelas entrevistas.

Parágrafo Único - A Comissão de que trata este artigo será composta, sempre em número ímpar, por elementos indicados pelo Presidente da Câmara, ~~pertencentes ou estranhos ao funcionalismo municipal~~, de reconhecida idoneidade moral e conhecimento nas matérias a examinar.

Artigo 7º - As provas serão realizadas em dia, hora e local fixados no edital que deverá ser divulgado com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Artigo 8º - Somente será admitido à prestação das provas, o candidato que comprovar no ingresso à sala do concurso sua identidade, mediante documento hábil.

SEGUNDA CHAMADA

Artigo 9º - Não haverá segunda chamada para qualquer das provas.

Artigo 10 - Durante a realização das provas não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pela Comissão Examinadora; e;

II - Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia do fiscal.

FISCALIZAÇÃO SALA DE PROVA

Artigo 11 - As salas de prova serão fiscalizadas por elementos designados pela Comissão Examinadora, vedado o ingresso à elas de pessoas estranhas.

IDENTIFICAÇÃO DAS PROVAS

Artigo 12 - As provas escritas, sob pena de nulidade, não serão assinadas e nem conterão qualquer sinal que permita a identificação de seus autores.

Parágrafo Primeiro - A assinatura do candidato será lançada sempre em talão destacável, que terá o número de identificação repetido na prova.

Parágrafo Segundo - Os talões de identificação, depois de colocados em sobre-carta fechada e rubricada, ficarão sob a guarda da Comissão Examinadora.

Parágrafo Terceiro - Somente após a conclusão do julgamento serão identificados os autores das provas, através de ato público, em local, data e hora previamente anunciados.

CONCEITO DE TITULOS

Artigo 13 - Nos concursos poderão ser considerados como títulos:

a) frequência e conclusão de cursos, segundo a natureza e as exigências do cargo em concurso;

b) experiência de trabalho;

c) trabalhos publicados e;

d) outras atividades reveladoras da capacidade do candidato.

Parágrafo Único - Os títulos deverão ser devidamente comprovados e ter direta relação com as atribuições dos cargos em concurso.

Artigo 14 - As notas atribuídas às provas e os pontos atribuídos aos títulos, bem como a nota final, serão aproximados até décimos, arredondados para 01 (um) décimo as frações iguais ou superiores a 05 (cinco) centésimos, e desprezadas as inferiores.

PUBLICAÇÃO NOTAS

Artigo 15 - Terminada a avaliação das provas, da entrevista e dos títulos, serão divulgadas a nota por prova e a média final de cada candidato.

REVISÃO DE NOTAS PELA COMISSÃO

Artigo 16 - No prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer à Comissão Examinadora, revisão da nota atribuída as provas, a entrevista e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Solicitada a revisão, esta deverá ser procedida no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Artigo 17 - Após as eventuais alterações, será publicado o resultado final do concurso.

Artigo 18 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer à autoridade que determinou sua realização e esta, mediante decisão fundamentada e proferida em 10 (dez) dias, anulará o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 05 (cinco) dias após a publicação do resultado final do concurso.

HOMOLOGAÇÃO

Artigo 19 - Compete ao Presidente da Câmara no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do Relatório apresentado pela Comissão Examinadora.

Artigo 20 - A nomeação deverá obedecer a ordem de classificação.

DESEMPATE

Parágrafo Único - Em caso de empate na classificação terão preferência, sucesivamente, os candidatos:

I - casados ou viúvos que tiverem o maior número de dependentes e;

II - que tiverem mais idade.

Artigo 21 - Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Presidente da Câmara.

Artigo 22 - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS, 29 DE OUTUBRO DE 1993.

Avelino Boaventura
Presidente

Maurício Wagner Jorge
1º Secretário

José Anselmo Tescari
2º Secretário

Publicado em à Secretaria. Data Supra.

Antonio Rodolfo Rizzo
Diretor Superintendente

LEI Nº 3.536

Institui a Campanha "ADOTE UMA RAMPA" e dá providências correlatas

O DR. THELMO DE ALMEIDA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL DE JACAREÍ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica instituída no Município de Jacareí a Campanha **"ADOTE UMA RAMPA"**, destinada à captação de recursos materiais para rebaixamento de guias e de passeios públicos para construção de rampas nos pontos de cruzamento, e sua correspondente conservação, visando facilitar a locomoção das pessoas de maneira geral e em especial a locomoção das pessoas portadoras de deficiência.

ARTIGO 2º - Os pontos de rebaixamento a que se refere o artigo 1º desta Lei constarão de projetos previamente elaborados pela Prefeitura Municipal, de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em especial da NBR 9050.

ARTIGO 3º - Poderão aderir à campanha instituída por esta Lei, todas as pessoas jurídicas interessadas, sediadas ou não no Município.

ARTIGO 4º - O interesse em aderir à campanha será demonstrado mediante assinatura de termo de compromisso de doação de materiais para a construção das rampas e de sua conservação, esta pelo prazo de 3 (três) anos.

§ 1º - Do termo de compromisso constarão:

I - a especificação dos materiais e de suas quantidades, conforme relação elaborada pela Prefeitura,

trução das rampas será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, segundo a ordem de classificação dos pontos assinalados no projeto, conforme critérios estabelecidos em função da necessidade de utilização da ~~rampa~~ praça.

ARTIGO 11 - A Prefeitura Municipal convocará aqueles que aderiram à campanha para proceder a entrega dos materiais destinados à execução das rampas, obedecido o cronograma de execução das obras.

ARTIGO 12 - Concluída a construção de cada praça, a Prefeitura Municipal, dentro de no máximo dez (10) dias, convocará aquele que a adotou para a colocação das placas e início da conservação.

ARTIGO 13 - A Prefeitura Municipal incumbir-se-á de todas as medidas necessárias à ampla divulgação da campanha instituída por esta Lei.

ARTIGO 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, 12 DE julho DE 1.994

DR. THELMO DE ALMEIDA CRUZ
Prefeito Municipal

AUTOR: VEREADOR ADILSON DOMICIANO DE JESUS

no ato da adesão;

II - descrição do ponto de localização da rampa a ser conservada, de acordo com o projeto referido no artigo 2º desta Lei.

§ 2º - Os pontos de localização das rampas serão atribuídos aos interessados na estrita conformidade da ordem cronológica de sua apresentação para assinatura do termo de compromisso.

ARTIGO 5º - Poderá haver a adoção de mais de um ponto de localização de rampa pelo mesmo interessado, observado o disposto no artigo 4º, § 2º.

ARTIGO 6º - Fica assegurado àqueles que aderirem à campanha nos termos do artigo 4º o direito de veicular, pelo mesmo período destinado à conservação, propaganda da empresa mediante a colocação de placa nos postes com os nomes dos logradouros, no cruzamento objeto da rampa, na qual figurarão os seguintes dizeres: **"(NOME DA EMPRESA) ADOTA E CONSERVA ESTA RAMPA".**

ARTIGO (7º) - A veiculação da propaganda aludida no artigo anterior será exclusiva da pessoa jurídica que aderir à campanha, assegurado o direito de sucessores e vedada a transferência, a qualquer título, a terceiros.

ARTIGO 8º - Em caso de paralização dos serviços de conservação da rampa, por período superior a noventa (60) dias, sem que haja comunicação escrita à Prefeitura Municipal, esta poderá retirar a propaganda a que se refere o artigo 6º.

ARTIGO 9º - Nos casos em que a conservação implicar interferência no tráfego de pessoas e ou veículos, a Prefeitura Municipal deverá ser previamente comunicada por escrito para as providências cabíveis, quando necessário.

ARTIGO 10 - A execução das obras de cons

Câmara Municipal de Artur Nogueira

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua Expedicionários, 467 — CEP 13.160 — Fone DDD (0192) 77-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

0903

RESOLUÇÃO N. 05

"Fixa a Verba de Representação do Presidente da Câmara Municipal de Artur Nogueira"

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - A verba de representação do Presidente da Câmara Municipal de Artur Nogueira de que trata o inciso XX do artigo 33 da LOMAN - Lei Orgânica do Município de Artur Nogueira, para a 11ª Legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 1993 será de 270 (duzentas e setenta) UFMAN's - Unidade Fiscal do Município de Artur Nogueira (criada pela Lei Municipal nº 1783), desde que efetivamente em exercício.

Parágrafo único - No caso de suspensão ou extinção do índice a que se refere o "caput" deste artigo será aplicado o índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Resolução, onerarão dotação própria prevista nos orçamentos anuais, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 1993.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Artur Nogueira, 03 de agosto de 1992.

VEREADOR REINALDO AMÉLIO TAGLIARI
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Artur Nogueira
(BERÇO DA AMIZADE)
Rua Expedicionários, 467 — CEP 13.160 — Fone DDD (0192) 77-1097
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

RESOLUÇÃO N. 04

"Fixa a remuneração dos Vereadores à Câmara Municipal de Artur Nogueira para a Legislatura 1993/1996"

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - O subsídio de cada Vereador da Câmara Municipal de Artur Nogueira de que trata o inciso XIX do artigo 33 da LOMAN - Lei Orgânica do Município de Artur Nogueira, combinado com o inciso V do artigo 29 da Constituição Federal, para a 11ª Legislatura a iniciar-se em 1º de janeiro de 1993, será de 900 (novecentas) UFMAN's Unidade Fiscal do Município de Artur Nogueira (criada pela Lei Municipal nº 1783).

Parágrafo 1º - O subsídio a que se refere o "caput" deste artigo compreende a parte fixa que corresponde a 50% (cinquenta por cento), e a parte variável que corresponde a 50% (cinquenta por cento) de seu total.

Parágrafo 2º - A parte variável será devida pelo efetivo comparecimento do Vereador às Sessões Ordinárias e a participação nas votações.

Parágrafo 3º - O valor de cada Sessão Ordinária será obtido dividindo-se o total da parte variável pelo número de Sessões Ordinárias que forem realizadas durante o mês, na forma regimental.

Parágrafo 4º - No caso de suspensão ou extinção do índice a que se refere o "caput" deste artigo será aplicado o índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

Artigo 2º - As Sessões Extraordinárias não serão remuneradas, independente do número de sessões realizadas.

Câmara Municipal de Artur Nogueira

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua Expedicionarios, 467 — CEP 13.160 — Fone DDD (0192) 77-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Artigo 3º - O Valor total dos subsídios devidos aos Vereadores não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor da receita mensal efetivamente realizada no Município de Artur Nogueira.

Artigo 4º - As despesas com a execução desta Resolução, onerarão dotação própria prevista nos orçamentos anuais, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 1993.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Artur Nogueira, em 03 de agosto de 1992.

VEREADOR REINALDO AMÉLIO PAGLIARI
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Artur Nogueira

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua Expedicionarios, 467 — CEP 13.160 — Fone DDD (0192) 77-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO LEGISLATIVO N. 01/92

"Fixa a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal de Artur Nogueira para a Legislatura 1993/1996"

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - O subsídio do Prefeito Municipal de Artur Nogueira de que trata o inciso XX do artigo 33 da LOMAN - Lei Orgânica do Município de Artur Nogueira, combinado com o inciso V do artigo 29 da Constituição Federal, para o mandato a iniciar-se em 1º de janeiro de 1993, será de 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) UFMAN's - Unidade Fiscal do Município de Artur Nogueira, (criada pela Lei Municipal nº 1783).

Parágrafo 1º - Ao Prefeito Municipal será atribuída também, uma Verba de Representação que será paga mensalmente na base de 950 (novecentos e cinquenta) UFMAN's.

Parágrafo 2º - No caso de suspensão ou extinção do índice a que se refere o "caput" deste Artigo será aplicado o índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

Artigo 2º - Fica atribuída ao Vice-Prefeito Municipal, uma Verba de Representação que será paga mensalmente na base de 700 (setecentas) UFMAN's.

Artigo 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo, onerarão dotações próprias previstas nos orçamentos anuais, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário a contar de 1º de janeiro de 1993.

Câmara Municipal de Artur Nogueira

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua Expedicionários, 467 — CEP 13.160 — Fone DDD (0192) 77-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Artur Nogueira, 03 de agosto de 1992.

VEREADOR REINALDO AMÉLIO TAGLIARI
Presidente da Câmara Municipal

Jan 93

Fe 94

600. 80

São Paulo, agosto de 2000

Senhor(a) Presidente

Noventa e quatro estudantes da 5ª à 8ª série das escolas públicas e particulares foram escolhidos, no ano passado, para participar da primeira edição do PARLAMENTO JOVEM PAULISTA, ocorrida em novembro, dia 26.

Agora, estamos preparando a segunda edição do PARLAMENTO JOVEM e ***contamos com a sua imprescindível ajuda e colaboração para divulgarmos e implementarmos em seu município o debate amplo que o evento enseja, por ocasião da escolha do representante de cada unidade escolar desse município.*** Como se verá pela leitura do ***Manual*** que estamos lhe remetendo (***também disponível, na íntegra, em nosso*** site: www.al.sp.gov.br), trata-se de um projeto de fortalecimento dos princípios da cidadania participativa.

De fato, em 1999, a sessão propriamente dita do Parlamento Jovem na Assembléia Legislativa foi muito concorrida, além de termos contado com a participação direta e indireta de mais de quatrocentas mil pessoas -alunos, professores, diretores, pais e amigos-, que estiveram envolvidas nas inúmeras tarefas de preparação da sessão do Parlamento Jovem. Acreditamos, no entanto, que neste ano poderemos, ***com sua parceria***, expandir fortemente o número de participantes do evento que, aliás, já se prenuncia muito promissor, pela amostragem das inúmeras consultas e solicitações de informações que estamos recebendo das escolas querendo saber como proceder para fazer parte do PARLAMENTO JOVEM PAULISTA. É assim, Senhor(a) Presidente, que, zelosos, estaremos cumprindo nosso dever de propiciar às alunas e aos alunos de seu município, mais uma oportunidade de ***desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade***, além da ***difusão de princípios fundamentais como os da liberdade de expressão e da pluralidade de pensamento***, bem como ***o apreço ao diálogo e à tolerância***.

Registro, desde já, nossos sinceros e profundos agradecimentos pela atenção.

Atenciosamente,

014 09 00

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

C. of. nº 051/00
Departamento de Planejamento

Holambra, 16 de Junho de 2000.

Senhor Presidente:

Anexo encaminhamos à esta colenda Casa de Leis o documento "Relatório da ERB (Site) 9608 - Holambra", solicitado verbalmente por Vossa Excelência em reunião ocorrida em Outubro de 1999, nessa Colenda Casa de Leis, para complementação dos estudos da aprovação do projeto de instalação da antena TESS, em nosso Município.

Informo que o original do referido documento foi entregue à esta Administração Municipal em 01.06.2000 e se encontra à disposição nos arquivos do Departamento de Planejamento.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Atenciosamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Arq. José Antonio de Andrade Dias da Silva
Diretor de Planejamento

Exmo. Senhor
VEREADOR VALTER COSTELA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Holambra - SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 2376/2000
Fls. Nº 82 Livro Nº 009
Data 16/06/2000
Secretária